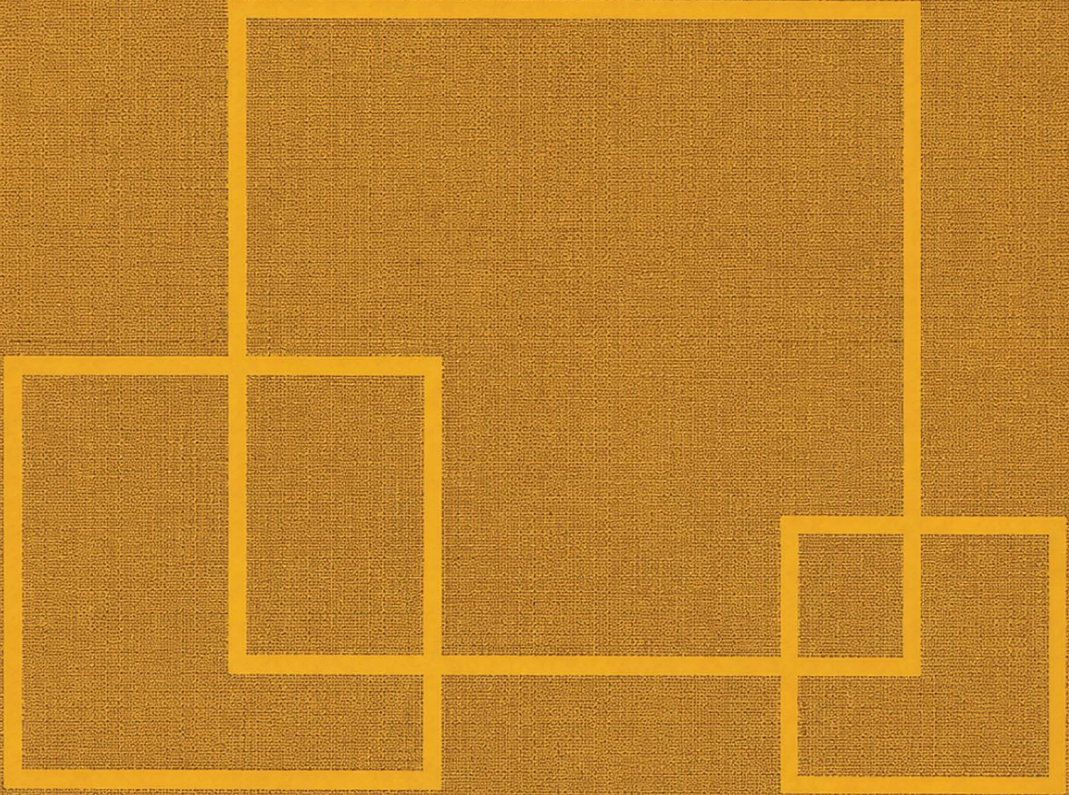




literatura econômica

ipea - Instituto de Planejamento Econômico e Social

volume 7 — número 1

fevereiro — 1985



literatura econômica

ISSN 0100-655X



— Instituto de Planejamento
Econômico e Social

DIRETORES RESPONSÁVEIS

Andrea Sandro Calabi
Presidente do IPEA

Michal Gartenkraut
Superintendente do INPES

Francisco Vidal Luna
Superintendente do IPLAN

CORPO EDITORIAL

Claudio Monteiro Considera
Editor

Fernanda Machado Pinto
Editora-Executiva

Alice Martins de Carvalho
Antonio de Lima Brito
Gilberto V. de Carvalho
Editores-Assistentes

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Alcides F. Vilar de Queiroz

A assinatura de LITERATURA ECONÔMICA é gratuita e inclui, além dos números regulares, publicados em fevereiro, junho e outubro, o suplemento bimestral SUMÁRIOS DE PERÍODICOS e o ÍNDICE BIENAL, bem como eventuais edições suplementares. Pedidos de números atrasados serão atendidos de acordo com a disponibilidade do estoque.

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução das matérias divulgadas, desde que seja citada a fonte.

Os manuscritos devem ser apresentados em duas cópias, datilografadas em espaço duplo, com o máximo de 50 páginas. Todas as citações bibliográficas, no texto, em notas de pé de página ou no final das matérias, deverão seguir à risca as normas da ABNT.

Toda correspondência, manuscritos e doação de publicações devem ser endereçadas a

LITERATURA ECONÔMICA — EDITORIA

Av. Pres. Antônio Carlos, 51 — 15.º andar
Caixa Postal 2672

20 020 — Rio de Janeiro — RJ

O INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPEA, Fundação vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, tem por atribuições principais:

I — auxiliar a Secretaria de Planejamento na elaboração dos programas globais de governo e na coordenação do sistema nacional de planejamento;

II — auxiliar a Secretaria de Planejamento na articulação entre a programação do Governo e os orçamentos anuais e plurianuais;

III — promover atividades de pesquisa aplicada nas áreas econômica e social;

IV — promover atividades de treinamento para o planejamento e a pesquisa aplicada.

O IPEA compreende um Instituto de Pesquisas (INPES), um Instituto de Planejamento (IPLAN), um Instituto de Programação e Orçamento (INOR) e o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC). Fazem parte do IPLAN três Coordenadorias: Planejamento Geral, Setorial e Regional, além do Centro Nacional de Recursos Humanos.

literatura econômica

volume 7

fevereiro 1985

número 1

Sumário

ARTIGOS

A Condição Feminina e a Teoria Econômica

Hildete Pereira de Melo
Maria Valéria Junho Pena 8

A Sujeição das Mulheres

John Stuart Mill 11

O Consumo e o Conceito da Família

John Kenneth Galbraith 39

Segregação Sexual no Mercado de Trabalho

Francine D. Blau
Carol L. Jusenius 49

A Discriminação Informal da Mão-de-Obra Feminina

Marina Figueira de Mello 67

Trabalho Feminino e Mercado Informal: Algumas Considerações

Jacqueline Pitanguy
Leila Linhares Barsted 81

Trabalho Feminino: de Olho na Literatura

Cynthia Sarti 93

COMUNICAÇÕES

Prêmio Nobel de Economia — 1983: Gerard Debreu

Apresentação

Aloisio Pessoa de Araujo 117

Bibliografia

..... 121

História e Economia

Alice Piffer Canabrava 127

LIVROS

Relação Classificada 141

Resumos Informativos 158

PUBLICAÇÕES ESPECIAIS

Publicações Seriadas 175

Estudos e Pesquisas 183

Referência 191

Publicado por

 — Instituto de Planejamento Econômico e Social
INSTITUTO DE PESQUISAS — INPES

Rio de Janeiro

Lit. econ., 7(1): 1-196, 1985.

A Condição Feminina e a Teoria Econômica

Apresentação

HILDETE PEREIRA DE MELO *

MARIA VALÉRIA JUNHO PENA **

Até a eclosão do movimento de mulheres no final dos anos 60, o sistema universitário e científico fazia apenas uma leitura biológica e naturalizante da condição feminina; as ciências econômicas e sociais não escapavam à regra e, à exceção de estudos sobre a família, nos quais a mulher reinava, ignoravam-na enquanto ator social.

A rigor, elas apareciam como uma categoria estatística, em trabalhos realizados sob inspiração censitária: recebiam salários mais baixos que os homens, apresentavam taxas de rotatividade maior no seu trabalho, eram as preferidas do setor serviços, aumentaram sua participação na prestação de serviços coletivos, na indústria concentravam-se em alguns poucos ramos e em ocupações classificadas como pouco qualificadas, etc.

Mas a constatação desses fatos está muito aquém do que se quer da ciência como uma atividade dedicada a compreender o mundo. Dela se espera não que se subjugue aos fatos e, sim, que cumpra a exigência de propor significados.

Se a burocratização do saber implicou uma atitude preferencial pela "constatação" como sucedâneo à "inteligibilidade", vários autores considerados, *et pour cause*, como clássicos, são ainda, nesse sentido, os portadores da curiosidade jovem, da abordagem paciente, da busca metódica de significados para a vida social. Este número da *Literatura Econômica* selecionou, em primeiro lugar, John Stuart Mill para falar da posição da mulher na vida produzida pelo industrialismo.

* Do Departamento de Economia da UFF.

** Do Instituto de Economia Industrial da UFRJ.

Seu texto "A sujeição das mulheres", do qual aqui se reproduz a primeira parte, foi terminado em 1861 e apenas em 1869 foi entregue pelo autor para publicação, 21 anos, portanto, após a edição de *Princípios de economia política*. "A sujeição das mulheres", conjuntamente com *Mulheres e economia*, de Charlotte Perkin (1891), e *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, são considerados o marco inicial da reflexão sobre a condição feminina e os inspiradores primeiros de sua luta por igualdade jurídica, política e econômica.

As idéias de Mill a respeito da questão feminina, bem como as teses por ele defendidas nos *Princípios de economia política* se deveram muito à influência exercida por Harriet Taylor, e por ele mesmo reconhecida em sua Autobiografia.

John Stuart Mill e Harriet Taylor conheceram-se nas reuniões literárias e políticas dos utilitaristas e dos unitaristas radicais. Entre esses já era grande a preocupação com a situação da mulher que a Revolução Industrial e a progressiva expansão de direitos de cidadania vinha alterando e a legendária Mary Wollstonecraft já colaborara em várias das revistas destas correntes.

Entre 1831 e 1832, Stuart Mill e Harriet Taylor escreveram um conjunto de ensaios sobre o casamento e o papel nele desempenhado pelas mulheres. Nesses textos, embora a postura de Mill fosse mais acanhada que a de sua futura mulher, já se articulava a demanda por alterações na legislação sobre o casamento, no sentido de concessão de maiores direitos às mulheres. Ao mesmo tempo, Mill propugnava por maiores oportunidades educacionais para elas e, sob influência das idéias de Owen, antecipava moradias comunitárias para jovens casais, com responsabilidades compartilhadas na execução das tarefas domésticas e no cuidado às crianças. No entanto, diferentemente de Harriet Taylor, desdenhava o trabalho feminino fora do lar e afirmava, então, que a ocupação da mulher, depois do casamento, deveria ser a de "adornar e embelezar a vida".

Juntos escreveram também o famoso ensaio "Sobre a liberdade", enquanto, ao mesmo tempo, ele a estimulava a trabalhar no seu *Liberção das mulheres* (*Enfranchisement of women*). Assim, quando ele se dedicou ao projeto de "A sujeição das mulheres", já convivera intimamente com uma pessoa que pensava o seguinte: "Nós negamos o direito de qualquer parcela da humanidade decidir por qualquer outra aquilo que é ou não sua 'esfera própria'. Para todos os seres humanos, 'esfera própria' é a maior e mais ampla que estejam aptos a atingir. O que significa que somente pode ser descrita com completa liberdade de escolha".

“A sujeição das mulheres” deve ser considerado uma homenagem a uma companheira que lhe abriu novas possibilidades de reflexão sobre o problema da igualdade — a sua questão por excelência. Com a viuvez, Mill se fixou em Avignon, onde se sentia mais próximo à memória de Harriet, e diariamente visitava seu túmulo no pequeno cemitério local. Dois anos após a morte dela, começou a escrever o seu próprio trabalho sobre a temática que ela lhe descortinara, reconhecendo em sua Autobiografia que, no texto, “o que há de maior apelo e de maior profundidade pertence à minha mulher, vem do fundo de um pensamento que se tornou comum a nós dois, através de conversas e discussões sobre um tópico que preencheu um espaço tão grande em nossas mentes”.

Mais de um século após ter sido escrita, a obra continua tão poderosa e polêmica quanto o foi de início. Suas críticas aos argumentos de inspiração darwinista, que baseavam na força natural a sujeição das mulheres, são ainda hoje tão pertinentes quanto o foram no passado. “Ninguém pode conhecer nada da natureza dos sexos enquanto eles tiverem sido conhecidos apenas nas relações presentes que mantêm entre si”. Seu apelo à justiça e aos direitos continua desafiando tanto os sistemas microscópicos da vida social, a família e a escola, como os sistemas políticos modernos. “Nós temos tido a moralidade da submissão e a moralidade do cavalheirismo e da generosidade; chegou o tempo da moralidade da justiça”.

A seleção do texto de Mill representou uma opção pela publicação da perspectiva liberal sobre a condição feminina em sua visão mais exacerbada. Poder-se-ia optar pela tradição da corrente socialista: afinal, de Fourier a Emma Goldman, ela foi insaciável na procura das determinações de uma realidade que gostaria de ver transformada. Mas o fato é que entre o sonhador Fourier e sua teoria sobre a paixão, o pragmático Engels e sua análise sobre a constituição da trindade contemporânea, o poder masculino, o poder do mercado e o poder do Estado, e as lutas teóricas e práticas de Emma Goldman, Kolantai, Clara Zetkin, e Eleanor Marx, acabou sendo o pai desta última, Karl Marx, que terminou por prevalecer como o elaborador dos parâmetros analíticos que os seguidores dessa corrente têm utilizado para compreender a situação de sujeição das mulheres na sociedade.

Para a teoria marxista, no processo de valorização capitalista o trabalho é entendido como capital variável e, portanto, não importa se são homens, mulheres, negros ou brancos, migrantes ou não, que dele

participam. A esse nível de abstração, o capital variável é uma forma de capital e cego ao sexo. No entanto, essa forma de capital tem a peculiaridade de encarnar-se em seres humanos que vivem, respiram, têm nervos e coração. Se a sociedade mercantil se baseia na concorrência intra e intercapitalistas e trabalhadores, o sexo, juntamente com a raça e o nível de qualificação, consistiria num dos fatores de clivagem dessa concorrência, funcionando como álibi para a discriminação. O capital, desenvolvendo-se dentro de padrões de hierarquia sexual, reforça uma opressão que não criou, mas que lhe serve.

A maior divulgação, no Brasil, de textos sobre a subordinação feminina inspirados nas teses de Marx, frente a outras correntes econômicas, levou a que esta fosse preterida nessa edição. De fato, escolheu-se, em seguida, "O consumo e o conceito da família", publicado em *A economia e o objetivo público*, de J. K. Galbraith, como uma forma de integração entre o liberalismo clássico e o moderno.

Para esse autor, a Ciência Econômica deveria colocar em evidência a enorme contribuição das mulheres na produção de serviços domésticos, realizados no seio da família e não objeto de troca no mercado. A rigor, a diferença básica entre a produção doméstica e a produção "lá fora" seria a gratuidade da primeira. Mas a exclusão do circuito de troca não deveria implicar, necessariamente, a negação do papel econômico do trabalho doméstico na sociedade.

O fato é que algumas pesquisas reforçam a tese de Galbraith. E algumas dessas são bem antigas. Vejamos: King e Epstein escreviam em 1930: "Alguns produtos nos quais o valor monetário é certo, não foram considerados como tal, porque foi impossível estimar mesmo grosseiramente seu valor monetário total... a dificuldade de avaliar corretamente estes serviços (domésticos) é tão grande que eles foram excluídos".¹ Cálculos de Walker (1978) revelam que a produção doméstica não mercantil representa entre 25 e 30% do PNB americano; Tobin e Nordhaus (1973) afirmam que se o trabalho doméstico da mulher fosse agregado à produção de bens e serviços não mercantil, esta produção, em 1965, nos Estados Unidos, aumentaria o PNB em 48%.

Mesmo nos países socialistas a questão da invisibilidade persiste pois, na União Soviética, Z. A. Yankhova estima em 100 milhões o número de horas de trabalho anuais que as mulheres soviéticas consagram à produção

¹ King e Epstein (1930), citados por Walker (1978).

das tarefas domésticas; estes cálculos permitem inferir que as mulheres soviéticas têm apenas a metade do tempo livre cotidiano dos homens.²

Se a discussão de Stuart Mill era com os darwinistas, a de Galbraith, nesse aspecto, é com os economistas neoclássicos. Para a teoria neoclássica não existe uma relação entre a produção e o consumo de mercadorias e a produção e o consumo não mercantil. Nessa perspectiva, a produção e o consumo de mercadorias é tratada como expressão do progresso econômico e de melhores níveis de vida; as atividades remuneradas de homens e mulheres entram todas no circuito da produção mercantil e, assim, da riqueza; correlatamente, a produção doméstica na família, porque não integrada no mercado, não participa dos parâmetros teóricos e está ignorada dos indicadores econômicos.³

O terceiro texto deste número da *Literatura Econômica* é "Segregação sexual no mercado de trabalho", de Francine Blau e Carol L. Jusenius, e consiste numa revisão provocativa das formas como o pensamento econômico contemporâneo trata teoricamente o trabalho feminino e a segregação — que todos reconhecem existir — no mercado de trabalho. Para tanto, sua atenção concentra-se na teoria neoclássica e nas modernas análises institucionais. No primeiro caso, as autoras resumem e criticam a elaboração da utilização de modelos de concorrência perfeita para explicação das desigualdades salariais entre homens e mulheres, seja em sua versão do capital humano, seja sob a hipótese de saturação do mercado de trabalho. Discutem, assim, modelos nos quais o salário é igual ao valor de seu produto marginal e nos quais as diferenças salariais entre os sexos refletem diferenças de produtividade, quer devido ao menor nível acumulado de capital humano pelas trabalhadoras, quer à saturação do mercado de trabalho, dada a preferência dos empregadores por trabalhadores masculinos e a conseqüente relação capital/trabalho relativamente menor no caso feminino. Ainda dentro dos parâmetros neoclássicos, as autoras examinam o modelo do monopsonio e como ele foi utilizado para o enfoque do mesmo problema.

Indubitavelmente mais simpático às abordagens que elaboram os conceitos de "mercado de trabalho dual" e "mercado de trabalho interno",

² Yankhova (1970), citado por Michel, ed. (1978, p. 57). Sabemos que nos países socialistas não se contabiliza nos cálculos do PNB nenhum serviço, o qual é mensurado sob a rubrica de Products Materials System.

³ Mesmo sem sucesso, podemos citar algumas contribuições dos economistas sobre este tema: Nordhaus e Tobin (1973), Boulding (1973), Walker (1978), Kirk (1929) e Fourastié (1965).

ainda assim, após resumir seus postulados mais gerais e a incorporação de desigualdades sexuais no seu âmbito analítico, o artigo procura discutir as lacunas que permanecem na compreensão da questão da segregação. No entanto, vale ressaltar que esse texto não foi escolhido por sua importância teórica ou seu caráter inventivo — de resto quase impossível em trabalho com características de “resenha” — e, sim, pela sistematização que empreende das formas teóricas contemporâneas mais expressivas sobre a sujeição das mulheres no espaço do trabalho coletivo.

Finalmente, esse número se completa com um conjunto de textos representativos da produção recente no Brasil sobre o tema do trabalho feminino, iniciando-se por uma bibliografia comentada intitulada “Trabalho feminino: de olho na literatura”, de Cynthia Sarti (Fundação Carlos Chagas), seguido de “A discriminação informal da mão-de-obra feminina”, de Marina Figueira de Mello (Departamento de Economia da PUC/RJ), que explora as razões da existência de expressivos diferenciais de salário por sexo no Brasil, com base nos dados da RAIS. Finalmente, “Trabalho feminino e mercado informal — algumas considerações”, de Jacqueline Pitanguy e Leila Barsted (CNPq e IDAC), que discute a magnitude e os efeitos do mercado de trabalho informal, destacando a participação das mulheres, que são o seu principal contingente relativo.

Temos consciência de que esta é uma discussão que no Brasil apenas se inicia e cujos resultados são ainda precários e pouco consolidados. Com este número de *Literatura Econômica* pretende-se abrir o debate entre os economistas, mesmo porque a ciência econômica está a dever a seu público uma avaliação da situação discriminada das mulheres, inclusive em seu âmbito profissional. Afinal, estamos falando de uma população que, segundo relatório das Nações Unidas, de 1980, consiste na metade da população mundial, recebe 1/10 da renda mundial, possui 1/100 da propriedade mundial e é responsável por 2/3 das horas de trabalho mundialmente realizadas.

BIBLIOGRAFIA

- BOULDING, Kenneth E. *The economy of love and fear*. Belmonte, Califórnia, Wadsworth Publishing Company, 1973.
- FOURASTÉ, J. *Les 40.000 heures*. Paris, Denöel-Gouthier, 1965.

- KING, W. I. e EPSTEIN, L. *The national income and its purchasing power*. Publication 15. Nova York, National Bureau of Economic Research, 1930.
- KIRK, H. *Economic problems of the family*. Nova York, Harper & Brothers Publishers, 1929.
- MICHEL, A., ed. *Les femmes dans la société marchande*. Paris, PUF, 1978.
- NORDHAUS, W. e TOBIN, J. *Is growth obsolete? The measurement of economic and social performance*. Nova York, National Bureau of Economic Research, 1973.
- WALKER, K. E. La mesure du temps consacré aux activités domestiques des familles américaines. In: MICHEL, A., ed. *Les femmes dans la société marchande*. Paris, PUF, 1978.
- . Reciprocité et échange: l'individu et la famille dans la société. In: MICHEL, A., ed. *Les femmes dans la société marchande*. Paris, PUF, 1978.
- YANKHOVA, Z. A. *Rôles familiaux de la travailleuse*. Recherches Sociales, 4. Moscou, Nanka, 1970.

A Sujeição das Mulheres*

JOHN STUART MILL

O objetivo deste ensaio é expor, tão claramente quanto me seja possível, os fundamentos de uma opinião que sustento desde a época em que comecei a formular as primeiras opiniões sobre questões sociais ou políticas, e que, ao invés de ter-se enfraquecido ou modificado, vem constantemente se tornando mais forte com o desenvolvimento da reflexão e com a vivência; a saber, que o princípio que regula as relações sociais entre os dois sexos — a subordinação legal de um sexo ao outro — é errado em si mesmo, e que é hoje um dos principais obstáculos ao progresso humano, e que deveria ser substituído por um princípio de perfeita igualdade que não reconhecesse poder ou privilégio de um lado nem inferioridade do outro.

As próprias palavras necessárias para expressar a tarefa a que me propus demonstram sua dificuldade. Mas seria um erro supor que a dificuldade do caso estivesse na insuficiência ou na obscuridade dos fundamentos racionais sobre os quais se assenta minha convicção. A dificuldade é a mesma que há em todos os casos em que temos de enfrentar toda uma profusão de sentimentos. Na medida em que uma opinião se encontra fortemente enraizada nos sentimentos, a existência de uma sólida argumentação a ela contrária não apenas não a enfraquece como a torna mais forte. Isto porque, se ela fosse aceita como resultado de argumentação, a refutação do argumento poderia abalar a solidez da convicção; mas quando se assenta apenas no sentimento, quanto pior se sair na argumentação, mais persuadidos ficam seus partidários de que seus sentimentos devem ter alguma base mais profunda, que os argumentos não atingem; e enquanto durar, o sentimento fica sempre erigindo novas trincheiras de argumentos para reparar qualquer brecha aberta na argu-

* Nota do Editor: Trata-se da primeira parte desse artigo, publicado no livro *Ensaio sobre a igualdade sexual*, de John Stuart Mill e Harriet Taylor Mill, editado e introduzido por Alice S. Rossi pela The University of Chicago Press. A tradução é de Leila de Souza Mendes Pereira, com revisão de Paulo Henriques de Brito (da FUC/RJ) e Antonio de Lima Brito (do IPEA/INPES).

mentação anterior. E existem tantas causas que tendem a fazer dos sentimentos relacionados a este assunto os mais intensos e mais profundamente enraizados de todos aqueles que se acumulam em torno de velhas instituições e costumes, e os protegem, que não devemos nos espantar de ainda constatar que o progresso da grande transição espiritual e social moderna abalou-os e enfraqueceu-os menos do que a quaisquer outros; tampouco supor que os barbarismos a que os homens se apegam por mais tempo sejam menos bárbaros do que aqueles dos quais se descartam mais cedo.

Sob todos os aspectos, o ônus é pesado para aqueles que atacam uma opinião quase universal. Precisam ser muito afortunados e também inusitadamente capazes para conseguirem, pelo menos, uma oportunidade de serem ouvidos, além de terem mais dificuldades em conseguir um julgamento que quaisquer outros litigantes em obter um veredito. Se afinal conseguem ser ouvidos, são submetidos a uma série de exigências lógicas totalmente diferentes daquelas exigidas de outras pessoas. Em todos os outros casos, supõe-se que o ônus da prova esteja com a proposição afirmativa. Se uma pessoa é acusada de assassinato, cabe àqueles que a acusam dar provas de sua culpa, e não a ela própria provar sua inocência. Se existe uma diferença de opiniões quanto à veracidade de qualquer pretensão evento histórico, no qual os sentimentos das pessoas em geral não estão muito envolvidos, como o cerco de Tróia, por exemplo, exige-se que aqueles que sustentam que o evento aconteceu mostrem suas provas, antes que se peça que os que sustentam a opinião contrária digam qualquer coisa; e em nenhum momento se exige que estes façam mais que demonstrar que as evidências exibidas por aqueles não têm nenhum valor. Mais uma vez, em questões práticas, supõe-se que o ônus da prova esteja com aqueles que são contra a liberdade; que lutam por qualquer tipo de restrição ou proibição; ou por qualquer limitação da liberdade geral de ação, ou por qualquer interdição ou desigualdade de prerrogativas que afete uma pessoa, ou categoria de pessoas, em oposição a outras. A presunção *a priori* é a favor da liberdade e da imparcialidade. Considera-se que não deveria haver restrição que não fosse exigida pelo bem comum, e que a lei não deveria particularizar pessoas, mas sim tratar a todos por igual, salvo quando a diferença de tratamento fosse exigida por motivos positivos, quer de justiça ou de política. Mas aqueles que sustentam a opinião que eu professo não terão o benefício de nenhuma dessas regras. De nada adianta eu dizer que aqueles que sustentam a doutrina de que os homens têm o direito de comandar e as mulheres o dever de obedecer,

ou que os homens estão capacitados para governar e as mulheres não, estão do lado afirmativo da questão, e que estão obrigados a apresentar provas positivas de suas afirmativas, ou então aceitar sua rejeição. Também de nada adianta eu dizer que aqueles que negam às mulheres qualquer liberdade ou privilégio com justiça permitidos aos homens, tendo contra si a dupla presunção de que estão se opondo à liberdade e recomendando a parcialidade, devem apresentar as provas mais cabais de sua causa, e que a menos que seu êxito seja tal que exclua toda e qualquer dúvida, o veredito deve ser contra eles. Julgar-se-ia que estas alegações são boas em qualquer causa comum; mas não serão encaradas assim neste caso. Antes que eu possa ter esperança de ter qualquer influência, exige-se que eu não só responda a tudo o que já foi dito por aqueles que defendem a posição contrária, mas que imagine tudo que possa ser dito por eles — descubra seus raciocínios, assim como responda a tudo que eu descobrir; e além de refutar todos os argumentos da proposição afirmativa, terei de dar argumentos positivos irresponsáveis para provar uma proposição negativa. E mesmo que eu pudesse fazer tudo isto, e deixasse o lado oponente com a avalanche de argumentos contra eles sem respostas, e eles não conseguissem refutar nenhum dos meus, achariam que havia feito pouco; pois numa causa apoiada por um lado por uso universal e, por outro, por uma grande preponderância de sentimento popular, supõe-se que tenha uma opinião a seu favor superior a qualquer convicção que um apelo à razão possa produzir em quaisquer intelectos que não os superiores.

Não menciono estas dificuldades para me queixar delas; primeiramente porque seria inútil; não há como evitá-las quando se tem de apelar para o discernimento das pessoas contra a hostilidade dos sentimentos e tendências comuns. E, realmente, o discernimento da maioria das pessoas teria de ser muito mais bem cultivado do que jamais o foi, para que se pudesse delas exigir tal confiança em seu próprio poder de avaliar argumentos, a ponto de abandonarem os princípios usuais com os quais nasceram e cresceram, e que são o fundamento de grande parte da ordem existente no mundo, diante da primeira discussão à qual não fossem capazes de resistir usando a lógica. Portanto, não as censuro por confiarem tão pouco na argumentação, e sim por terem fé em demasia nos costumes e nos sentimentos comuns. Um dos preconceitos característicos da reação do século XIX ao século XVIII é conceder aos elementos irracionais da natureza humana a infalibilidade que se supõe que o século XVIII tenha imputado aos elementos racionais. Substituímos a apoteose da

Razão pela do Instinto; e chamamos de instinto a tudo que encontramos em nós mesmos e para o que não conseguimos encontrar nenhum fundamento racional. Esta idolatria, infinitamente mais degradante que a outra, e a mais perniciosa das falsas devoções dos dias de hoje, das quais ela é agora o principal sustentáculo, provavelmente manterá sua posição até ceder ante uma sólida psicologia que revele a verdadeira origem de grande parte do que é venerado como intenção da Natureza e vontade de Deus. No que diz respeito a essa questão, estou disposto a aceitar as condições desfavoráveis que o preconceito me impõe. Concorro que o costume estabelecido e o sentimento comum sejam julgados como conclusivos contra mim, a menos que se possa mostrar que costume e sentimento, em todas as épocas, deveram sua existência a outras causas que não sua sensatez, e retiraram sua força do que há de pior, e não de melhor, na natureza humana. Aceito que o veredito seja contra mim, a menos que eu possa demonstrar que meu juiz foi subornado. A concessão não é tão grande quanto possa parecer, já que provar estas asserções é de longe a parte mais fácil de minha tarefa.

A universalidade de uma prática, em alguns casos, é uma forte presunção de que esta leve, ou que ao menos já tenha levado, a fins louváveis. Este é o caso quando a prática foi adotada, ou posteriormente mantida, como um meio para tais fins, e se baseava na experiência da modalidade pela qual os fins poderiam ser alcançados mais eficazmente. Se a autoridade dos homens sobre as mulheres, quando estabelecida, pela primeira vez tivesse sido o resultado de uma comparação conscienciosa entre as várias modalidades de se constituir a organização da sociedade; se, após se haver tentado várias outras modalidades de organização social — o domínio das mulheres sobre os homens, a igualdade entre os dois, e as modalidades mistas que porventura fossem inventadas — se houvesse decidido, com base no testemunho da experiência, que a modalidade na qual as mulheres estão totalmente sob o domínio dos homens, sem nenhuma participação nos assuntos públicos, cada uma delas em particular sob a obrigação legal de obedecer ao homem ao qual associou seu destino, fosse a organização que melhor levasse à felicidade e ao bem-estar de ambos, então sua adoção universal poderia ser vista, justificadamente, como uma possível prova de que, na época em que foi adotada, era a melhor; embora, mesmo assim, as considerações que a recomendaram, como em tantos outros fatos sociais primitivos da maior importância, possam ter subsequente, com o passar do tempo, deixado de existir. Mas a situação do caso em pauta é, sob todos os aspectos, oposta. Em

primeiro lugar, a opinião a favor do sistema em apreço, que subordina o sexo mais fraco ao mais forte, fundamenta-se apenas na teoria, visto que nunca se tentou qualquer outro sistema, de tal modo que não se pode preterir que a experiência, no sentido corriqueiro daquilo que se opõe à teoria, tenha proferido qualquer veredito. E, em segundo lugar, a adoção deste sistema de desigualdades nunca foi o resultado de deliberação, nem de previsão, nem de quaisquer idéias sociais, nem de qualquer noção de que levaria ao benefício da humanidade ou à boa organização da sociedade. Surgiu apenas do fato de que desde o alvorecer da sociedade humana, cada mulher (devido ao valor a ela atribuído pelos homens, juntamente com sua inferioridade em força muscular) se encontrava em estado de submissão a algum homem. As leis e os sistemas sociais sempre começam por reconhecer as relações já existentes entre os indivíduos. Convertem o que era um simples fato físico em um direito legal, dão-lhe a sanção da sociedade, e principalmente visam à substituição dos conflitos de força física, que não conhecem regra ou lei, por meios públicos e organizados de afirmar e proteger esses direitos. Aqueles que já haviam sido compelidos à obediência se tornaram, desta forma, a ela submissos por lei. A escravidão, antes simples questão de força entre senhor e escravo, foi regulamentada e se transformou em um acordo entre os senhores que, unindo-se para sua proteção comum, garantiam por sua força coletiva suas posses particulares, incluindo seus escravos. Nos tempos mais antigos, a grande maioria dos indivíduos do sexo masculino era de escravos, assim como a totalidade dos indivíduos do sexo feminino. E muitos séculos se passaram, alguns de grande cultura, até que algum pensador tivesse audácia suficiente para questionar a legitimidade e a absoluta necessidade social de uma dessas formas de escravidão. Gradualmente tais pensadores apareceram e (com a ajuda do progresso geral da sociedade), a escravidão dos indivíduos do sexo masculino, pelo menos em todos os países da Europa cristã (embora, em um deles, somente nos últimos anos), foi finalmente abolida, e a dos indivíduos do sexo feminino foi gradualmente transformada numa forma mais branda de dependência. Mas essa dependência, tal como existe hoje em dia, não é uma instituição original, que se tenha iniciado a partir de considerações de justiça e utilidade social — é a condição primitiva de escravidão que perdura após sucessivos abrandamentos e modificações ocasionados pelas mesmas causas que suavizaram os costumes gerais, e que colocaram todas as relações humanas progressivamente sob um maior controle da justiça e da influência da humanidade. Ela não perdeu a

nódoa de sua origem cruel. Não se pode, portanto, concluir nada a seu favor a partir do fato de sua existência. A única conclusão a favor que se poderia ter seria aquela baseada na sua duração até os dias de hoje, quando tantas outras coisas que se originaram da mesma fonte odiosa foram descartadas. E é isto, na verdade, o que torna estranho, para a maioria das pessoas, ouvir a afirmação de que a desigualdade de direitos entre homens e mulheres não tem outra origem que não a lei do mais forte.

Se esta afirmação parece paradoxal, em parte isto se deve ao progresso da civilização e ao aperfeiçoamento dos sentimentos morais da humanidade. Hoje vivemos – ou melhor, uma ou duas das nações mais desenvolvidas do mundo vivem – numa condição em que a lei do mais forte parece estar completamente abandonada enquanto princípio regulador do mundo: ninguém a professa, e, no que diz respeito à maioria das relações entre seres humanos, a ninguém se permite praticá-la. Quando alguém consegue fazê-lo, é sob algum pretexto que lhe permita dar a impressão de estar agindo em prol de algum interesse social. Sendo assim, aparentemente, o estado das coisas, as pessoas se congratulam por não imperar mais a lei do mais forte, por ela não poder se constituir na razão de ser de nada que tenha continuado a funcionar plenamente até a época atual. Qualquer que tenha sido o início das nossas instituições atuais, julga-se que estas só podem ter sido preservadas até esta época de civilização avançada por uma convicção bem fundamentada de que as mesmas se adaptam bem à natureza humana, e que conduzem ao bem universal. Não compreendem a grande vitalidade e durabilidade das instituições que colocaram o direito ao lado da força, com que intensidade elas são abraçadas; o modo como tanto as boas quanto as más tendências e convicções daqueles que detêm o poder se identificam com sua manutenção; a lentidão com que essas más instituições desaparecem, uma de cada vez, as más fracas primeiro, começando por aquelas que estão menos interligadas aos hábitos cotidianos da vida; e que muito raramente aqueles que conseguiram o poder legal por terem tido primeiro o poder derivado da força física perdem o controle antes que este se passe para o outro lado. Esse deslocamento da força física não aconteceu no caso das mulheres; isto, juntamente com todas as características específicas deste caso particular, assegurou desde o início que este ramo do sistema do direito fundamentado na força, embora abrandado em seus aspectos mais atrozes em um período mais antigo do que muitos dos outros ramos, seja o último a desaparecer. Era inevitável que este caso de relação social fundamentado

na força sobrevivesse a sucessivas instituições baseadas na igualdade, uma exceção quase única ao caráter geral de suas leis e costumes; mas que, na medida em que não declara sua própria origem, e como a discussão não trouxe à tona seu verdadeiro caráter, não é considerado distoante da civilização moderna, assim como a escravidão doméstica entre os gregos não conflitava com sua noção de si mesmos como homens livres.

A verdade é que as pessoas da atual e das últimas duas ou três gerações perderam toda a noção do que era a condição primitiva da humanidade; e só os poucos que estudaram História detalhadamente, ou que visitaram as partes do mundo habitadas por representantes vivos de eras passadas, são capazes de formar uma imagem mental do que era a sociedade de então. As pessoas não se dão conta de que, em épocas passadas, a lei do mais forte era a única regra da vida; de que esta lei era reconhecida pública e abertamente — não digo cínica ou vergonhosamente porque estas palavras implicam que havia algo de que se envergonharem, e um conceito destes não poderia encontrar lugar na mente de qualquer pessoa que vivesse naquelas épocas, com exceção de algum filósofo ou santo. A História dá uma visão cruel da natureza humana, ao mostrar que o respeito devido à vida, aos bens, e a toda a felicidade terrena de qualquer classe de pessoas, era rigorosamente medido por aquilo que tais pessoas tinham o poder de impor; que todos que opunham qualquer resistência às autoridades armadas, por mais terrível que fosse a provocação, tinham contra si não só a lei da força mas também todas as outras leis, e todos os conceitos de responsabilidade social; e que, aos olhos daqueles a quem resistiam, eram não só culpados de crime, mas do pior de todos os crimes, que merecia a punição mais cruel que os seres humanos pudessem infligir. A primeira vez que um superior se sentiu no dever de reconhecer o direito de um inferior ocorreu quando aquele foi induzido, por conveniência, a fazer alguma promessa a este. Embora essas promessas, mesmo quando sancionadas pelos juramentos mais solenes, por muitos séculos fossem revogadas ou violadas à menor provocação ou tentação, é possível que isto, exceto no caso de pessoas de moral ainda pior que a média, quase sempre provocasse dores na consciência. As repúblicas clássicas, em sua maioria baseadas desde o início em algum tipo de pacto mútuo, ou pelo menos formadas por uma união de pessoas de poder não muito desigual, proporcionaram, em consequência, o primeiro exemplo de um conjunto de relações humanas protegidas e colocadas sob o domínio de outra lei que não a da força. E embora a lei da força original permanecesse em pleno vigor entre eles

e seus escravos, e também (exceto na medida em que era limitada pelo pacto explícito) entre a comunidade e seus súditos, ou outras comunidades independentes, a revogação daquela lei primitiva, ainda que de um campo tão estreito, deu início à regeneração da natureza humana, ao originar sentimentos que a experiência logo demonstrou serem de imenso valor mesmo para interesses materiais, e que doravante bastava serem estendidos e não criados. Embora os escravos não fizessem parte da comunidade, foi nos estados livres que pela primeira vez se pensou que eles tinham direitos como seres humanos. Os estóicos foram, creio eu, os primeiros (exceto na medida em que a lei judaica constitui uma exceção) a ensinar como parte da moral que os homens tinham obrigações morais para com seus escravos. Ninguém, depois da ascensão do cristianismo, poderia jamais desconhecer esta crença, em teoria; e, após a ascensão da Igreja Católica, esta crença nunca deixou de ter quem a defendesse. No entanto, colocá-la em vigor foi a tarefa mais árdua que o cristianismo já teve de realizar. A Igreja lutou neste sentido por mais de mil anos, com quase nenhum resultado perceptível. Não foi por falta de poder sobre a mente dos homens. Seu poder era prodigioso. Ela pôde fazer com que reis e nobres renunciassem a suas posses mais estimadas para enriquecer a Igreja. Pôde fazer com que milhares de pessoas, na plenitude da vida e no auge das vantagens mundanas, se enclausurassem em conventos para buscar sua salvação através da pobreza, da abstinência e da oração. Pôde enviar centenas de milhares de pessoas pelos mares e terras, Europa e Ásia, para darem suas vidas pela libertação do Santo Sepulcro. Pôde fazer reis renunciarem a esposas que eram objeto de profunda afeição porque a Igreja afirmava estarem dentro do sétimo grau de parentesco (por nossos cálculos, do décimo quarto). Tudo isto o poder da Igreja fez, mas não pôde fazer com que os homens lutassem menos entre si, nem que tiranizassem com menos crueldade os servos, e, quando podiam, os burgueses. Não pôde fazer com que as pessoas renunciassem a nenhuma das duas aplicações de força; força militante e força triunfante. Isto as pessoas nunca puderam ser induzidas a fazê-lo senão quando foram elas próprias coagidas por um força superior. Só pelo crescente poder dos reis é que se pôs fim a todo tipo de luta exceto o conflito entre os reis ou os concorrentes à realeza; só com o crescimento de uma burguesia rica e belicosa nas cidades fortificadas, e de uma infantaria plebéia que se revelou mais poderosa no campo de batalha do que a cavalaria indisciplinada, é que a tirania insolente dos nobres sobre a burguesia e o campesinato foi de certa forma reduzida. Esta tirania ainda persistiu não apenas até o mo-

mento em que os oprimidos adquiriram um poder que lhes permitisse conseguir uma vingança patente mas também muito tempo depois; e no continente esse estado de coisas ainda persistiu até a época da Revolução Francesa, embora na Inglaterra as classes democráticas, organizadas há mais tempo e de modo melhor, puseram um fim a essa situação antes, com o estabelecimento de leis iguais e instituições nacionais livres.

Se a maioria das pessoas está tão pouco inteirada de que, durante a maior parte da duração de nossa espécie, a lei da força era a regra confessa de conduta universal, sendo qualquer outra apenas uma consequência especial e excepcional de relações peculiares — e de que é de data muito recente a pretensão de que os assuntos da sociedade em geral sejam regulados de acordo com leis morais; de quão pouco as pessoas se lembram ou imaginam como instituições e costumes que nunca tiveram nenhum fundamento mas a lei da força, persistam até épocas em que o consenso geral jamais teria permitido o seu estabelecimento inicial. Há menos de 40 anos, os ingleses ainda podiam por lei manter seres humanos em cativeiro como propriedade negociável; neste século, podiam seqüestrá-los e pô-los para trabalhar literalmente até a morte. Esse caso extremo da lei da força, condenado por aqueles que toleram quase qualquer outra forma de poder arbitrário, e que, de todos, apresenta características as mais revoltantes aos sentimentos de todos que o analisam de uma posição imparcial, era a lei da Inglaterra civilizada e cristã numa época que permanece na memória das pessoas ainda vivas; e em metade da América anglo-saxônica, três ou quatro anos atrás, não só a escravidão existia como o tráfico de escravos, e a procriação destes expressamente para este fim, era uma prática comum nos Estados escravocratas. No entanto, não apenas havia opiniões mais fortes contra esta prática, como também pelo menos na Inglaterra menos sentimentos e interesses a favor dela, do que a respeito de qualquer outro dos abusos usuais da força, porque sua motivação era o amor ao lucro, puro e sem disfarce; e aqueles que lucravam com ela eram uma fração muito pequena do país, enquanto que o sentimento natural de todos que não estavam pessoalmente interessados era de total repulsa. Um caso tão extremo torna quase supérflua a referência a qualquer outro; porém consideremos a longa duração da monarquia absoluta. Na Inglaterra, hoje, a convicção quase geral é a de que o despotismo militar é um caso de lei da força, que não tem outra origem nem justificativa. No entanto, em todas as grandes nações da Europa, exceto na Inglaterra, ele, ou ainda existe, ou apenas recentemente foi abolido, havendo mesmo hoje uma forte facção que lhe é favo-

rável em todas as camadas da população, especialmente entre pessoas de posição e importância. Assim é o poder de um sistema estabelecido, mesmo quando longe de ser universal; embora não apenas em quase todos os períodos da História, tem havido exemplos bem conhecidos do sistema contrário, como também estes têm sido quase sempre dados pelas comunidades mais ilustres e mais prósperas. Neste caso, também, aquele que possui o poder ilegítimo, a pessoa diretamente interessada nele é apenas uma, enquanto que aqueles que lhe estão sujeitos, e sofrem por causa dele, são literalmente todo o resto. O jugo é natural e forçosamente humilhante para todas as pessoas, exceto para aquela que está no trono, juntamente com, no máximo, aquela que espera vir a ocupá-lo. Como estes casos são diferentes dos do poder dos homens sobre as mulheres! Não estou agora prejulgando a questão de ser este justificável ou não. Estou mostrando que ele só poderia ser muito mais duradouro, ainda que não justificável, do que essas outras dominações que, no entanto, duraram até nossos dias. Qualquer que seja a gratificação pessoal existente na detenção do poder, e qualquer interesse pessoal em seu exercício, neste caso não se restringe a uma classe limitada, mas é comum a todos os indivíduos do sexo masculino. Em vez de ser, para a maioria de seus adeptos, uma coisa desejável, principalmente de forma abstrata, ou, como os fins políticos geralmente disputados por indivíduos facciosos, é de pouca importância particular para todos, a não ser para os líderes; ele afeta a pessoa e o lar de todo chefe de família e a todos que esperam vir a sê-lo. O camponês exerce, ou está prestes a exercer, seu quinhão de poder tanto quanto o mais poderoso nobre. E é nesse caso que o desejo de poder é mais forte: pois todo aquele que deseja o poder, deseja exercê-lo principalmente sobre aqueles que lhe estão mais próximos, com quem passa a sua vida, com quem tem mais interesses em comum, e em quem a independência em relação a sua autoridade mais freqüentemente pode interferir em suas preferências individuais. Se, nos outros casos mencionados, o poder manifestamente baseado apenas na força, e com muito menos a sustentá-los, só é descartado lentamente e com tanta dificuldade, com muito mais razão isto se dá neste caso, mesmo se ele não se baseia em nenhum fundamento melhor que o dos outros. Devemos ter em conta, também, que os detentores do poder têm meios, neste caso, mais poderosos do que em qualquer outro, de evitar qualquer insurreição contra eles. Cada uma das vassalas vive sob completa vigilância e, quase, poder-se-ia dizer, nas mãos de um dos senhores, em maior intimidade com ele do que com qualquer uma das suas companheiras de sujeição, sem quais-

quer meios de se unirem contra ele, sem qualquer poder de subjugá-lo mesmo em nível local, e, por outro lado, com os motivos mais fortes para tentar cair nas suas graças e evitar ofendê-lo. Nas lutas por emancipação política, todos sabem como é freqüente que seus paladinos sejam subordinados ou aterrorizados. No caso das mulheres, cada um dos indivíduos da classe subjugada se encontra num estado crônico de suborno e intimidação. Para opor resistência, um grande número das líderes, e ainda maior de seguidoras, tem de fazer um sacrifício quase completo dos prazeres e dos paliativos de que usufruem. Se jamais nenhum outro sistema de privilégios e sujeição forçada impôs jugo tão absoluto àqueles que domina, este o fez. Ainda não demonstrei que é um sistema errado; mas quem quer que seja capaz de analisar o assunto sem dúvida verá que, mesmo que o seja, estava fadado a durar mais que todas as outras formas de autoridade injusta. E considerando que algumas das outras formas mais brutais ainda existem em muitos países civilizados, e só recentemente foram abolidas em outros, seria estranho se aquela, que é a mais profundamente enraizada, já houvesse sido sensivelmente abalada. Há mais razão ainda para se estranhar que os protestos e testemunhos contra ela tenham sido tão numerosos e tão fortes como o são.

Alguns objetarão que não é justo fazer uma comparação entre o domínio do sexo masculino e as formas de poder injusto que mencionei a título de ilustração, já que estas são arbitrárias e resultado de mera usurpação, enquanto que aquele, pelo contrário, é natural. Mas terá havido qualquer dominação que não parecesse natural àqueles que a exerciam? Houve épocas em que a divisão da humanidade em duas classes, uma pequena de senhores, e uma numerosa de escravos, parecia, mesmo para as mentes mais refinadas, ser uma condição natural, e única, da espécie humana. Ninguém menos que Aristóteles, que tanto contribuiu para o progresso do pensamento humano, sustentava esta opinião sem dúvidas ou escrúpulos; e a fundamentava nas mesmas premissas em que geralmente se baseiam as afirmativas a respeito do domínio dos homens sobre as mulheres, ou seja, a de que existem diferentes naturezas no seio da humanidade, as naturezas livres e as escravas; de que os gregos eram de natureza livre, e as raças bárbaras dos trácios e asiáticos, de natureza escrava. Mas por que devo remontar a Aristóteles? Não defendiam os proprietários de escravos do Sul dos Estados Unidos a mesma doutrina, com todo o fanatismo com o qual os homens se apegam às teorias que justificam suas paixões e legitimam seus interesses pessoais? Não tomavam o céu e a terra por testemunhas de que o domínio do branco sobre o

negro é natural, de que a raça negra é por natureza inabilitada para a liberdade, e destinada à escravidão? Alguns indo até ao ponto de dizer que a liberdade dos trabalhadores braçais é antinatural em qualquer parte do mundo? Assim também os teóricos da monarquia absoluta sempre afirmaram que ela era a única forma natural de governo; descendente do patriarcado, que era a forma primitiva e espontânea da sociedade, modelada à imagem do paternalismo, que é anterior à própria sociedade e, conforme argumentavam, a autoridade mais natural de todas. Aliás, a própria lei da força, para aqueles que não podiam alegar qualquer outra, sempre pareceu ser o mais natural de todos os fundamentos para o exercício da autoridade. As raças conquistadoras sustentam que é imposição da própria Natureza que os conquistados obedeçam aos conquistadores, ou, como eufemisticamente parafraseiam, as raças mais fracas e menos belicosas devem se submeter às mais valentes e viris. Um mínimo de conhecimento da vida na Idade Média mostra como o domínio da nobreza feudal sobre os homens de baixa condição parecia absolutamente natural à própria nobreza, e como parecia antinatural a idéia de uma pessoa de classe inferior reivindicar igualdade a ela, ou exercer autoridade sobre ela. A coisa não parecia diferente para as classes mantidas em sujeição. Os servos emancipados e os cidadãos comuns, mesmo em suas lutas mais renhidas, nunca tiveram qualquer pretensão a um quinhão de autoridade; só exigiam uma limitação maior ou menor do poder que os tiranizava. Assim é que o antinatural significa apenas o incomum, e tudo que é costumeiro parece natural. Sendo a sujeição das mulheres aos homens um costume universal, qualquer desvio desta norma naturalmente parece antinatural. Mas a experiência mostra que, mesmo neste caso, o sentimento depende inteiramente do costume. Nada causa tanto espanto às pessoas de países distantes, quando tomam conhecimento das coisas da Inglaterra, do que o fato de o país possuir uma rainha: isto lhes parece tão antinatural a ponto de parecer quase incrível. Aos ingleses isto não parece nem um pouco antinatural, já que estão acostumados; mas julgam antinatural que as mulheres sejam soldados ou membros do Parlamento. Nos tempos feudais, pelo contrário, a guerra e a política não eram consideradas antinaturais para as mulheres, porque isto não era incomum; parecia natural que as mulheres das classes privilegiadas fossem de caráter viril, em nada inferiores a seus maridos e pais, exceto em força física. A independência das mulheres parecia bem menos antinatural aos gregos que a outros povos antigos, devido às legendárias Amazonas (que eles acreditavam serem personagens históricas), e ao exemplo proporcionado

pelas mulheres espartanas, que, embora não menos subordinadas por lei do que em outros estados gregos, eram de fato mais livres, e que por praticarem exercícios físicos da mesma forma que os homens, demonstravam claramente que não eram naturalmente incapacitadas para tais atividades. Sem dúvida que a experiência espartana sugeriu a Platão, dentre muitas de suas doutrinas, a da igualdade social e política dos dois sexos.

Mas, dirão, o domínio dos homens sobre as mulheres difere de todos esses outros na medida em que não é feito pela força, mas aceito voluntariamente, já que as mulheres não protestam, e aceitam sua sujeição. Em primeiro lugar, um grande número de mulheres não a aceita. Desde que surgiram mulheres capazes de tornarem seus sentimentos conhecidos através de seus escritos (a única forma de publicidade que a sociedade lhes permite), um número cada vez maior delas tem registrado protestos contra sua condição social, e recentemente milhares delas, lideradas pelas mulheres mais eminentemente conhecidas do público, reivindicaram ao Parlamento seu direito de voto. A reivindicação das mulheres no sentido de receberem uma educação tão sólida quanto os homens, e nas mesmas áreas de saber, é feita com intensidade cada vez maior e com grandes perspectivas de sucesso, enquanto que a exigência de sua admissão a profissões e ocupações até agora fechadas a elas se torna a cada ano mais insistente. Embora não haja neste país, como há nos Estados Unidos, convenções periódicas e um partido organizado que reivindiquem os Direitos das Mulheres, existe uma sociedade ativa e numerosa, organizada e controlada por mulheres, com o objetivo mais limitado de obter direito de voto. E não é apenas no nosso país e na América do Norte que as mulheres estão começando a protestar, mais ou menos coletivamente, contra as limitações em que trabalham. França, Itália, Suíça e Rússia hoje dão exemplos idênticos. Quantas outras mulheres existem que silenciosamente alimentam aspirações semelhantes, ninguém pode saber; mas há inúmeros sinais de quantas *alimentariam* estas aspirações, se não lhes ensinassem com tanta veemência a reprimi-las sob a alegação de serem contrárias às normas de seu sexo. Deve ser lembrado, também, que nenhuma classe escravizada jamais pediu por liberdade completa imediatamente. Quando Simão de Monforte chamou os parlamentares representantes do povo * a se sentarem pela primeira vez no Parlamento, por acaso algum deles sonhava exigir que uma assembléia, eleita por seus

* No original *deputies of the commons*. (N. do T.)

constituintes, formasse e derrubasse ministérios, e desse ordens ao rei em assuntos de Estado? Tais idéias jamais passaram pela cabeça do mais ambicioso deles. A nobreza já tinha estas pretensões; o povo não tinha outras pretensões que não as de se tornarem isentos de impostos arbitrários, e se livrarem das formas mais flagrantes de opressão individual nas mãos dos ajudantes do rei. É uma lei política da natureza que aqueles que estão sob o domínio de qualquer poder de origem antiga nunca comecem reclamando do poder em si, mas apenas de seu exercício opressivo. Em todas as épocas sempre houve mulheres que protestaram contra os maus tratos que lhes infligiam seus maridos. Haveria um número infinitamente maior se o protesto não fosse o maior de todos os incentivos à repetição e ao acirramento dos maus tratos. É isto que frustra todas as tentativas de manter o poder protegendo as mulheres contra seus abusos. Em nenhum outro caso (exceto no de crianças) a pessoa que se provou judicialmente ter sofrido uma agressão é colocada novamente sob o poder físico do agressor. Desta forma, as esposas, mesmo nos casos mais extremos e prolongados de maus tratos físicos, quase nunca ousam se valer das leis feitas para sua proteção; e se, num momento de indignação incontida, ou por influência dos vizinhos, são induzidas a fazê-lo, todo seu esforço posterior é no sentido de revelar o mínimo possível, e de livrar seu tirano de seu castigo merecido.

Todas as causas, sociais e naturais, se associam para tornar improvável que as mulheres se rebelem coletivamente contra o poder dos homens. Estão até agora numa posição diferente da de todas as outras classes subjugadas, na medida em que seus senhores exigem delas mais que apenas seus serviços. Os homens não querem apenas a obediência das mulheres, mas seus sentimentos. Todos os homens, exceto os mais insensíveis, desejam ter, na mulher mais ligada a ele, não uma escrava à força e sim voluntária, não simplesmente uma escrava, mas uma favorita. Portanto, usaram todos os recursos com o fim de escravizar suas mentes. Os senhores de todos os outros escravos basearam-se no temor para manter a obediência, seja a eles próprios, ou o religioso. Os senhores das mulheres queriam mais que simples obediência, e dirigiram toda a força da educação para levar a cabo seu propósito. Todas as mulheres são educadas, desde os primeiros anos, na crença de que seu ideal de caráter é oposto ao dos homens; nenhuma vontade própria e nenhum domínio sobre si mesmas, mas submissão e sujeição ao controle de outros. Todas as éticas dizem qual é o dever da mulher, e todos os sentimentalismos dizem qual é sua natureza, qual seja viver para os outros; fazer a mais completa

abnegação de si mesma, e não ter outra vida que não a de suas afeições. E por afeições entendem-se apenas aquelas que lhe são permitidas — a afeição ao homem ao qual está ligada, ou aos filhos que constituem um vínculo adicional e indestrutível entre elas e o homem. Quando juntamos essas três coisas — primeiro, a atração natural entre os sexos opostos; segundo, a total dependência da esposa em relação ao marido, sendo que cada privilégio ou prazer que ela tenha seja uma dádiva dele, ou dependa completamente da vontade dele; e, finalmente, que o principal objetivo da atividade humana, o respeito, bem como todos os objetos da ambição social, só podem em geral ser buscados e obtidos por ela através dele — seria um milagre se o objetivo de ser atraente aos homens não tivesse se tornado a estrela guia da educação e da formação do caráter da mulher. E, uma vez conseguido esse importante meio de influenciar as mentes das mulheres, um instinto de egoísmo fez os homens se valerem desse meio ao máximo como uma maneira de manter as mulheres em estado de sujeição, apresentando a elas docilidade, submissão e renúncia a toda vontade individual como uma parte essencial de seu atrativo sexual. Não pode haver dúvida que qualquer um dos outros jugos que a humanidade conseguiu romper teria se mantido até hoje se os mesmos meios tivessem existido, e tivessem sido tão diligentemente usados, para dobrar as mentes dos subjugados. Se se houvesse convencido todo jovem plebeu de que o objetivo da sua vida deveria ser cair nas graças de algum nobre, e a cada jovem servo na de algum senhor; se lhes fosse dito que ser domesticado por ele e receber parte de sua afeição pessoal eram os prêmios a que todos deviam almejar, os mais dotados e desejosos podendo contar com os prêmios mais cobiçados; e se quando esse prêmio tivesse sido obtido, fosse erigida uma muralha que os separasse de todos os outros interesses que não os que dissessem respeito ao senhor, de todos os sentimentos e desejos a não ser aqueles que o senhor partilhasse ou incutisse; não seriam os servos e senhores, plebeus e nobres, tão diferentes hoje como os homens e mulheres o são? E não acreditariam todos, exceto um ou outro pensador, que essa diferença fosse um fato fundamental e inalterável da natureza humana?

As considerações acima são mais que suficientes para demonstrar que o costume, por mais universal que seja, não permite neste caso qualquer presunção, e não deveria criar qualquer preconceito, a favor de sistemas que coloquem as mulheres em sujeição social e política aos homens. Mas posso ir mais longe, e sustentar que a marcha da história, e as tendências da sociedade humana progressista, não só não permitem qualquer infe-

rência a favor deste sistema de desigualdade de direitos, mas sim contra; e que, se é possível inferir algo com base em toda a marcha do progresso humano até agora, e em todo o fluxo das tendências modernas, é que esta relíquia do passado é incompatível com o futuro, e deve necessariamente desaparecer.

Pois qual é a especificidade do mundo moderno — a diferença que mais distingue as instituições, as idéias sociais e a própria vida moderna daquelas de épocas há muito passadas? É o fato de que os seres humanos não nascem mais com uma determinada posição no mundo, não estão mais acorrentados por um vínculo inexorável à posição para a qual nasceram, mas são livres para usar suas faculdades, e as oportunidades favoráveis que se lhes oferecem para conquistar o quinhão que lhes possa parecer mais desejável. A sociedade humana antiga era constituída sobre um princípio muito diferente. Todos nasciam com uma posição social fixa, e eram em sua maioria nela mantidos por lei, ou impedidos de usar quaisquer meios pelos quais pudessem sair dela. Assim como alguns homens nascem brancos e outros pretos, alguns nasciam escravos e outros livres e cidadãos; alguns nasciam nobres, outros plebeus, alguns aristocratas feudais, outros povo e *roturiers*. Um escravo ou servo nunca podia se libertar, nem, exceto pela vontade de seu senhor, ser libertado. Na maioria dos países da Europa, só no final da Idade Média, e como consequência do crescimento do poder do rei, é que os plebeus puderam tornar-se nobres. Mesmo entre os nobres, o filho mais velho já nascia como o único herdeiro dos bens paternos, e apenas muito tempo depois é que ficou plenamente estabelecido que o pai poderia deserdá-lo. Dentre as classes trabalhadoras, somente aqueles que nasciam membros de uma guilda, ou eram admitidos a ela por seus membros, podiam exercer legalmente sua ocupação dentro de seus limites locais; e ninguém podia exercer qualquer ocupação considerada importante de nenhuma outra maneira senão a legal — utilizando processos prescritos pela autoridade. Artesãos foram submetidos ao pelourinho por ousarem exercer sua atividade utilizando métodos novos e aperfeiçoados. Na Europa moderna, e principalmente naqueles países onde mais se observaram os outros progressos, agora predominam doutrinas diametralmente opostas. A lei e o governo não se incumbem de determinar quem deve ou não realizar qualquer atividade social ou industrial, ou quais modos de realizá-las serão considerados legais. Tais coisas ficam a critério dos indivíduos. Até mesmo as leis que exigiam que os operários passassem por um período de aprendizado foram revogadas neste país, havendo certeza de que em todos os casos em que o

aprendizado é necessário, esta necessidade é suficiente para impô-lo. A teoria antiga era de que o mínimo possível deveria ser deixado a critério do agente individual; que tudo que ele tinha a fazer deveria, na medida do possível, ser-lhe determinado por seus superiores mais sábios. Se agisse por conta própria certamente se sairia mal. A convicção moderna, fruto de mil anos de experiência, é de que as coisas nas quais os indivíduos estão pessoalmente interessados, nunca dão certo a não ser que elas sejam deixadas a seu próprio critério; e se as autoridades tentarem regulamentá-las com qualquer outro fim que não seja o de proteger os direitos dos outros, certamente será nocivo. Esta conclusão, à qual se chegou vagarosamente, e que só foi adotada depois que todas as aplicações possíveis da teoria contrária tinham sido feitas com resultados desastrosos, hoje predomina (no setor industrial) em todos os países mais avançados, e em quase todos que se pretendem avançados. Não que se suponha que todos os processos sejam igualmente bons, ou que todas as pessoas sejam igualmente qualificadas para fazer tudo; mas que a liberdade de escolha individual é sabidamente a única coisa que logra a adoção dos melhores processos, e coloca cada atividade nas mãos daqueles mais qualificados para realizá-la. Ninguém acha necessário determinar por lei que só homens de braço forte possam ser ferreiros. A liberdade e a concorrência são suficientes para fazer com que os ferreiros sejam homens de braços fortes, porque os de braços fracos podem ganhar mais adotando atividades para as quais estejam mais aptos. Em consonância com esta doutrina, acredita-se que seja exorbitar dos limites apropriados da autoridade fixar-se de antemão, baseado em algum pressuposto geral, que determinadas pessoas não são aptas a fazer determinadas coisas. Hoje sabe-se e admite-se que tais pressupostos, se existem, não são infalíveis. Mesmo que estejam bem fundamentados numa maioria de casos, o que provavelmente não estão, haverá uma minoria de casos excepcionais na qual não têm validade; e nesses casos é tanto uma injustiça para com os indivíduos, quanto um prejuízo para a sociedade colocar barreiras à utilização de suas faculdades para seu próprio benefício e para o dos outros. Por outro lado, nos casos em que a inadequação é real, as motivações normais da conduta humana serão de modo geral suficientes para evitar que pessoas incompetentes tentem ou persistam em tentar.

Se esse princípio geral da ciência social e econômica não é válido; se os indivíduos, com toda a ajuda que possam ter da opinião daqueles que os conhecem, não são melhores juizes de suas próprias capacidades e vocações que a lei e o governo, o mundo deve abandonar este princípio

o mais rápido possível e voltar ao velho sistema de regulamentos e restrições. Mas se o princípio é válido, devemos agir como se acreditássemos nele, e não estabelecer que nascer menina em vez de menino, ou negro em vez de branco, ou plebeu em vez de nobre, decidirá a posição das pessoas por toda a vida, impedirá as pessoas de alcançarem as posições sociais mais elevadas e de exercerem todas as ocupações respeitáveis, com exceção de umas poucas. Mesmo se admitíssemos o máximo que se já pretendeu quanto à adequação superior dos homens a todas as funções que hoje lhes são reservadas, aplica-se o mesmo argumento que proíbe exigir-se uma qualificação legal para os candidatos ao Parlamento. Se apenas uma vez em cada 12 anos as condições de elegibilidade excluem uma pessoa capaz, haverá uma perda real, enquanto que a exclusão de milhares de pessoas incapazes não será nenhum ganho; pois se a constituição do corpo eleitoral os predispuser a escolher pessoas inadequadas, sempre haverá um grande número de pessoas inadequadas elegíveis. Em todas as coisas mais difíceis e importantes, aqueles que as podem fazer bem são em menor número do que é necessário, mesmo sem haver restrições à escolha; e qualquer limitação do campo de escolha priva a sociedade de algumas possibilidades de ser servida pelos competentes, sem jamais livrá-la dos incompetentes.

Atualmente, nos países mais adiantados, as restrições às mulheres são o único caso, com uma única exceção, em que as leis e instituições tomam as pessoas pelo que são quando de seus nascimentos, e estabelecem que nunca, em todas as suas vidas, terão permissão de competir por determinadas coisas. A única exceção é a realeza. As pessoas ainda nascem destinadas ao trono; ninguém, fora da família reinante, pode jamais ocupá-lo, e ninguém, mesmo daquela família, pode, por qualquer outro meio que não o da sucessão hereditária vir a ocupá-lo. Todas as outras honras e vantagens sociais estão abertas a todos os indivíduos do sexo masculino; muitas, na verdade, só são alcançáveis através de riqueza, mas qualquer um pode lutar por estas riquezas, e, de fato, muitos homens da mais humilde origem o conseguem. Na verdade, as dificuldades são insuperáveis para a maioria, sem a ajuda da sorte; mas nenhum ser humano do sexo masculino está sob qualquer interdição legal; nem a lei nem a opinião superadicionam obstáculos artificiais aos naturais. A realeza, como já disse, é uma exceção; mas neste caso todos sentem que é uma exceção — uma anomalia no mundo moderno, em marcada oposição a seus costumes e princípios, a ser justificada apenas por conveniências extraordinárias que, embora indivíduos e nações difiram na estimativa de seu valor, inques-

tionavelmente de fato existe. Mas nesse caso excepcional, no qual uma alta função social é, por importantes razões, conferida no nascimento, em vez de ser posta em competição, todas as nações livres logram aderir em substância ao princípio que oficialmente desmerecem; já que circunscrevem esta alta função com condições reconhecidamente destinadas a evitar que a pessoa a quem ela supostamente pertence realmente a desempenhe; enquanto que a pessoa por quem é desempenhada, o ministro responsável, obtém o posto por competição da qual nenhum cidadão adulto do sexo masculino é legalmente excluído. Portanto, as restrições às quais as mulheres estão sujeitas, só por terem nascido mulheres, são os únicos exemplos deste tipo na legislação moderna. Em nenhum caso, a não ser estes que abrangem metade da espécie humana, as funções sociais mais altas são interditas a certas pessoas por uma fatalidade de nascimento que nenhum esforço, e nenhuma mudança de circunstâncias, pode superar; isto porque até as restrições religiosas (que, aliás, na *Inglaterra e na Europa*, praticamente deixaram de existir) não atrapalham a carreira de qualquer pessoa sem qualificação religiosa, caso ela se converta.

A subordinação social das mulheres sobressai-se como um fato isolado nas instituições sociais modernas, única violação do que se tornou sua lei fundamental; reliquia única de um mundo velho em pensamentos e costumes, desacreditado em tudo o mais, mas mantido a pretexto de um interesse universal maior; como se um gigantesco dólmene, ou um grande templo de *Júpiter Olympius* ocupasse o lugar da Catedral de Saint Paul e recebesse devoções diárias, enquanto que as igrejas cristãs próximas seriam freqüentadas apenas nas abstinências e festividades. Essa discrepância total entre um fato social e todos aqueles que a ele se associam, e a oposição radical entre sua natureza e o movimento progressista que é o orgulho do mundo moderno, e que sucessivamente pôs fim a todas as outras coisas de caráter análogo, certamente dá muito o que pensar a um consciencioso observador das tendências humanas. Suscita uma inferência *prima facie* em oposição muito mais importante que qualquer inferência que os hábitos e os costumes poderiam, em tais circunstâncias, criar em apoio; e deveria pelo menos bastar para fazer desta opção, assim como entre república e monarquia, uma questão equilibrada.

O mínimo que se pode exigir é que a questão não seja prejudicada pelos fatos e opiniões existentes, mas aberta à discussão sobre seus méritos, como uma questão de justiça e de oportunidade; que a decisão sobre ela, como sobre qualquer dos outros sistemas sociais da humanidade, dependa

do que uma avaliação esclarecida das tendências e conseqüências venha a demonstrar ser mais vantajoso à humanidade em geral, sem distinção de sexo. E a discussão deve ser verdadeira, descendo às bases, não se satisfazendo apenas com afirmações vagas e gerais. Não adiantará, por exemplo, afirmar, em termos gerais, que a experiência da humanidade tenha se pronunciado a favor do sistema existente. Não é possível que a experiência tenha se decidido entre duas direções, já que só tomou conhecimento de uma. Se se disser que a doutrina da igualdade dos sexos só se baseia na teoria, deve-se lembrar que a doutrina oposta também só se baseia em teoria. A única prova em seu favor pela experiência direta é que, sob este sistema, a humanidade tem sido capaz de existir e de atingir o grau de desenvolvimento e prosperidade que hoje observamos; mas a experiência não diz se esta prosperidade foi alcançada mais cedo, ou se é hoje maior do que teria sido sob outro sistema. Por outro lado, a experiência assegura que cada passo em direção ao progresso tem sido acompanhado com tal freqüência por um passo dado no sentido de elevar a posição social das mulheres, que historiadores e filósofos têm sido obrigados a adotar a elevação ou rebaixamento da condição das mulheres como o teste mais seguro e a medida mais correta do grau de civilização de um povo ou de uma época. No decorrer de todo o período progressista da história humana, a condição das mulheres tem-se aproximado da igualdade com os homens. Este fato por si só não prova que a assimilação deva continuar até a completa igualdade, mas certamente permite que se suponha que tal seja o caso.

Tampouco fornece qualquer base para que se diga que a *natureza* dos dois sexos os adapta a suas funções e posições atuais, e as torna apropriadas a eles. Baseando-me no senso comum e na constituição da mente humana, nego que qualquer pessoa conheça, ou possa conhecer, a natureza dos dois sexos, na medida em que foram observados apenas em sua atual inter-relação. Se os homens já houvessem sido encontrados em uma sociedade sem mulheres, ou as mulheres numa sociedade sem homens, ou se houvesse existido uma sociedade de homens e mulheres na qual as mulheres não estivessem sob o controle dos homens, alguma coisa de positivo poderia ter sido conhecida sobre as diferenças mentais e morais que possam ser inerentes à natureza de cada um. O que agora é chamado de natureza das mulheres é algo eminentemente artificial — o resultado de repressão forçada em alguns sentidos, e estimulação antinatural em outros. Pode-se afirmar, sem escrúpulos, que nenhuma outra classe de dependentes jamais teve seu caráter tão deformado de suas proporções

naturais em virtude de suas relações com seus senhores; isto porque, se algumas raças conquistadas e escravizadas foram, em alguns aspectos, reprimidas com mais violência, aquilo que nelas não foi esmagado com mão de ferro, em geral foi deixado em paz e, quando deixado com alguma liberdade de movimento, desenvolveu-se de acordo com suas próprias leis; mas, no caso das mulheres, sempre foi feito um tipo de cultivo de estufa de algumas de suas capacidades, para benefício e o prazer de seus senhores. Então, por esta razão certos produtos da força vital geral brotam vigorosamente e alcançam um grande desenvolvimento nessa atmosfera aquecida e sob essa nutrição e irrigação ativas, enquanto que outros brotos da mesma raiz, que são deixados do lado de fora, ao vento de inverno, com gelo empilhado propositalmente ao seu redor, têm um crescimento tolhido, e alguns são queimados com fogo e desaparecem; os homens, com aquela incapacidade de reconhecer sua própria obra, o que caracteriza a mente não analítica, negligentemente acreditam que a árvore cresce espontaneamente na forma que a deixaram crescer, e que morreria se metade dela não fosse mantida em banho de vapor e a outra metade na neve.

De todas as dificuldades que obstam o progresso do pensamento e a formação de opiniões bem fundadas sobre a vida e os sistemas sociais, a maior é hoje a execrável ignorância e desatenção da humanidade a respeito das influências que moldam o caráter humano. Supõe-se que tudo que qualquer fração da espécie humana é, ou parece ser, hoje, o seja por sua tendência natural, mesmo quando o conhecimento mais elementar das circunstâncias sob as quais foram colocadas claramente apontam as causas de serem o que são. Como um meeiro profundamente endividado com seu senhorio não é trabalhador, há quem pense que os irlandeses são preguiçosos por natureza. Como as Constituições podem ser derrubadas quando as autoridades nomeadas para executá-las viram suas armas contra elas, há quem pense que os franceses são incapazes de serem governados livremente. Como os gregos iludiram os turcos, e os turcos apenas pilharam os gregos, há quem pense que os turcos são por natureza mais sinceros; e como as mulheres, como se diz com frequência, não têm o menor interesse pela política, a não ser por suas personalidades, supõe-se que o bem comum seja naturalmente de menor interesse para as mulheres do que para os homens. A História, que hoje é muito mais bem compreendida que antes, ensina outra lição, ainda que apenas mostrando a extraordinária suscetibilidade da natureza humana às influências externas, e a extrema inconstância daquelas suas manifestações que se supõe serem as mais universais e uniformes. Mas na História, como nas viagens, os homens

geralmente só vêem o que já tinham em suas próprias mentes; e poucos aprendem com a História muito mais do que já sabiam ao começar a estudá-la.

Portanto, quanto àquela difícilíssima questão, a saber, quais são as diferenças naturais entre os dois sexos — assunto sobre o qual é impossível, no estado atual da sociedade, obter-se conhecimento completo e correto — enquanto quase todo mundo dogmatiza a respeito dela, quase todos negligenciam e fazem pouco do único meio de se obter qualquer compreensão parcial sobre ela, qual seja, um estudo analítico da parte mais importante da psicologia, as leis da influência das circunstâncias sobre o caráter. Pois, não importa quão grandes e aparentemente inextirpáveis sejam as diferenças morais e intelectuais entre homens e mulheres, quaisquer provas de serem diferenças naturais só poderiam ser negativas. Só as que não poderiam ser artificiais é que se deduzem serem naturais — o resíduo, depois de se subtraírem todas as características de ambos os sexos que possam ser explicadas pela educação ou circunstâncias externas. É indispensável o conhecimento mais profundo das leis da formação de caráter para que se possa afirmar até mesmo que existe qualquer diferença, quanto mais qual é a diferença, entre os dois sexos enquanto seres morais e racionais; como até hoje ninguém tem esse conhecimento (pois dificilmente existirá um assunto que, em proporção à sua importância, tenha sido tão mal estudado), ninguém até agora está autorizado a emitir qualquer opinião positiva sobre este assunto. Tudo que se pode fazer no momento são conjecturas; conjecturas mais ou menos prováveis, mais ou menos autorizadas pelo conhecimento que temos até agora das leis da psicologia, conforme aplicadas à formação do caráter.

Mesmo o conhecimento preliminar de quais são hoje as diferenças entre os sexos, agora todas as questões sobre como foram transformadas no que são, está ainda no estado mais tosco e incompleto. Os médicos e os fisiologistas já determinaram, até certo ponto, as diferenças na constituição física; e este é um elemento importante para o psicólogo, embora quase nenhum médico seja psicólogo. No que diz respeito às características mentais das mulheres, suas observações não têm mais valor que as das pessoas comuns. É um assunto sobre o qual não se pode saber nada de definitivo, na medida em que as únicas que realmente podem saber algo, as próprias mulheres, deram pouco testemunho, e esse pouco, em sua maior parte, forçado. É fácil reconhecer-se as mulheres estúpidas. A

estupidez é quase a mesma no mundo inteiro. As idéias e sentimentos de uma pessoa estúpida podem ser deduzidas seguramente daquelas que predominam no círculo que a rodeia. Isto não ocorre com aquelas cujas opiniões e sentimentos emanam de sua própria natureza e de suas faculdades. Poucos são os homens que têm um conhecimento razoável sequer do caráter das mulheres de sua própria família. Não falo de suas capacidades, pois essas ninguém conhece, nem elas mesmas, já que a maioria nunca foi evocada. Falo de seus pensamentos e de seus sentimentos. Muitos homens pensam que compreendem perfeitamente as mulheres por terem tido relações amorosas com várias delas, talvez muitas. Se é bom observador, e sua experiência se estende tanto à qualidade quanto à quantidade, pode ter aprendido alguma coisa de uma faceta estreita de sua natureza — uma faceta importante, sem dúvida. Mas, de todo o restante de sua natureza, geralmente poucas pessoas são mais ignorantes, já que há poucas de quem seja tão cuidadosamente escondido. O exemplo mais favorável que um homem pode ter, em geral, para estudar o caráter de uma mulher, é o de sua própria esposa, pois as oportunidades são maiores, e os casos de total afinidade não são tão raros. E de fato, creio, esta é a fonte da qual os conhecimentos dignos de se ter sobre o assunto geralmente têm vindo. Mas a maioria dos homens não tiveram a oportunidade de estudar desta forma mais que um único caso; assim, chega a ser engraçado que se possa inferir como é a esposa de um homem a partir de suas opiniões sobre as mulheres em geral. Para fazer com que mesmo este único caso dê algum resultado, a mulher deve valer a pena ser conhecida, e o homem deve ser não apenas um juiz competente, como também ter um caráter tão afável em si, e tão bem adaptado ao dela, que ele ou possa ler sua mente por intuição afetiva, ou não ter nada nele mesmo que a faça ter vergonha de revelar seu caráter. A meu ver, dificilmente existe algo tão raro quanto esta combinação. Acontece freqüentemente de existir a mais completa unidade de sentimentos e comunhão de interesses quanto a todas as coisas externas e, no entanto, um ter tão pouco acesso à vida interior do outro como se fossem apenas conhecidos. Mesmo havendo verdadeira afeição, a autoridade de um lado e a subordinação do outro, impedem que haja uma confiança completa. Ainda que nada seja intencionalmente ocultado, muita coisa não é mostrada. Na relação análoga entre pais e filhos, fenômeno idêntico certamente já deve ter sido observado por todos. Nas relações entre pai e filho, são muitos os casos em que o pai, apesar

da afeição verdadeira existente em ambas as partes, claramente não conhece, nem sequer suspeita, de aspectos do caráter do filho que são conhecidos por seus companheiros e colegas. A verdade é que a posição de respeito ao outro é extremamente impropícia a uma sinceridade e abertura completas. O medo de cair no seu conceito e perder seu afeto é tão forte que até um caráter honrado tem a tendência inconsciente de mostrar apenas o melhor lado, ou o lado que, embora não seja o melhor é o que ele mais gosta de ver; e pode-se dizer com confiança que o conhecimento completo um do outro quase nunca existe, senão entre pessoas que, além de serem íntimas, sejam pares. Quão mais verdadeiro então deve ser tudo isso, quando uma não só está sob a autoridade da outra, mas a traz inculcada nela como um dever de considerar tudo o mais como subordinado ao conforto e prazer do outro, além de não deixá-lo nem ver nem sentir nada que parta dela, exceto o que é agradável a ele. Todas estas dificuldades são obstáculos para que um homem tenha um conhecimento completo até mesmo da única mulher que, em geral, tem oportunidade suficiente de estudar. Quando, além disto, achamos que compreender uma mulher não significa necessariamente compreender qualquer outra mulher; que, mesmo se ele pudesse estudar muitas mulheres de uma classe, ou de um país, não iria necessariamente compreender mulheres de outras classes ou de outros países; e mesmo se o conseguisse, elas seriam ainda apenas mulheres de um único período da História; podemos afirmar, com segurança, que o conhecimento que os homens conseguem obter sobre as mulheres, tal como elas foram e são, sem referência ao que possam ser, é lamentavelmente imperfeito e superficial, e sempre o será, até que as próprias mulheres tenham dito tudo o que têm a dizer.

E esta época não chegou, nem vai chegar, a não ser gradualmente. Apenas recentemente as mulheres, ou foram reconhecidas por seus feitos literários ou tiveram permissão da sociedade para dizer qualquer coisa ao grande público. Até agora, pouquíssimas ousam dizer qualquer coisa que homens, de quem depende seu sucesso literário, não estejam com vontade de ouvir. Lembremos de que maneira, até há pouco tempo, o fato de expressar, mesmo por um autor do sexo masculino, opiniões incomuns ou aquilo que se julga como sentimentos exóticos, geralmente era, e de certa forma ainda é, recebido; e poderemos formar uma tênue idéia das dificuldades que uma mulher, que é educada para pensar que o costume e a opinião são sua lei soberana, encontra ao tentar expressar em livros qualquer coisa tirada do fundo de sua própria natureza. A mulher mais eminente que deixou escritos suficientes para lhe dar um lugar proemi-

nente na literatura de seu país, achou necessário acrescentar como um lema à sua obra mais ousada: "*Un homme peut braver l'opinion: une femme doit s'y soumettre*".¹ A maior parte do que as mulheres escrevem sobre as mulheres é mera bajulação aos homens. No caso das mulheres solteiras, a maior parte do que é escrito parece apenas visar aumentar suas possibilidades de conseguir um marido. Muitas, tanto as casadas quanto as solteiras, ultrapassam os limites, e insinuam uma subserviência além do que qualquer homem deseja ou aprova, exceto os mais vulgares. Mas hoje em dia isto já não é mais tão comum quanto o era ainda recentemente. As mulheres literatas estão ficando mais francas e mais dispostas a expressar seus verdadeiros sentimentos. Infelizmente, especialmente neste país, elas próprias são produtos tão artificiais que suas opiniões são compostas de uma pequena parte de observação e consciência individuais e uma parte bem grande de idéias adquiridas de terceiros. Isto tende a ocorrer cada vez menos, mas vai continuar assim durante muito tempo, enquanto as instituições sociais não admitirem o mesmo livre desenvolvimento da originalidade nas mulheres que é concedido aos homens. Quando essa época chegar, e não antes, veremos, e não apenas ouviremos, tudo o que é necessário para conhecermos a natureza das mulheres, e a adaptação das outras coisas a ela.

Estendi-me tanto sobre as dificuldades que, no momento, impedem os homens de obterem qualquer conhecimento real da verdadeira natureza das mulheres, porque aqui, como em tantas outras coisas, "*opinio copiae inter maximas causas inopiae est*"; e há pouca esperança de se conseguir opiniões razoáveis sobre a questão, enquanto as pessoas se gabarem de compreenderem perfeitamente um assunto do qual a maioria dos homens não conhece absolutamente nada, e do qual é, no momento, impossível que qualquer homem, ou todos juntos, tenham qualquer conhecimento que pudesse habilitá-los a estipular com firmeza, para as mulheres, qual é, ou qual não é, sua vocação. Felizmente, não é necessário um tal conhecimento para qualquer objetivo prático ligado à posição das mulheres em relação à sociedade e à vida. Pois, de acordo com todos os princípios envolvidos na sociedade moderna, a questão compete às próprias mulheres — para ser decidida por sua própria experiência e pelo uso de suas próprias faculdades. Não há meios de se descobrir o que uma ou muitas pessoas podem fazer, a não ser através de tentativas — e nem há meios

¹ Frontispício de *Delphine*, de Mme. de Staël.

pelos quais qualquer pessoa possa descobrir, por si própria, o que deve fazer, ou deixar de fazer, para sua felicidade.

De uma coisa podemos estar certos — de que o que é contrário à natureza das mulheres, elas nunca o farão optando simplesmente por dar liberdade à sua natureza. A ansiedade da humanidade em interferir em benefício da natureza, com receio de a natureza não conseguir realizar seus propósitos, é uma preocupação totalmente desnecessária. Daquilo que por natureza as mulheres não podem fazer, é totalmente supérfluo proibi-las. Daquilo que elas podem fazer, mas não tão bem quanto os homens, que são seus concorrentes, a competição é suficiente para excluí-las, já que ninguém reclama medidas protecionistas e subvenções oficiais em favor das mulheres; tudo o que se reclama é que as atuais subvenções e impostos protecionistas a favor dos homens sejam cancelados. Se as mulheres têm mais inclinação natural para algumas coisas do que para outras, há necessidade de leis ou de persuasão social para fazer com que a maioria delas prefira as primeiras às últimas. Sejam quais forem os serviços para os quais a participação das mulheres é mais desejada, o livre jogo da competição assegurará os mais fortes incentivos para que elas os realizem. E como as palavras sugerem, elas são mais solicitadas para as coisas as quais melhor se adaptam; ao atribuir-lhes tais atividades, as faculdades coletivas dos dois sexos podem ser aplicadas de modo geral com maior soma de resultados positivos.

Supõe-se que a opinião generalizada dos homens seja que a vocação natural da mulher é a de esposa e mãe. Eu digo que se supõe porque, a julgar pelas atitudes — de toda a sociedade atual — pode-se deduzir que a opinião deles fosse justamente a oposta. Eles poderiam pensar que a alegada vocação natural das mulheres fosse, de todas as coisas, a mais repugnante a suas naturezas; a tal ponto que, se forem livres para fazer qualquer outra coisa — se quaisquer outros meios de vida, ou qualquer outro emprego de seu tempo e de suas faculdades, que tenham qualquer possibilidade de lhes parecer agradável, lhes forem franqueados — não haverá um número suficiente delas que queiram aceitar a condição que se diz ser natural a elas. Se esta é a verdadeira opinião dos homens em geral, seria melhor que fosse dita claramente. Eu gostaria de ouvir alguém enunciar abertamente a doutrina (já implícita em muito do que foi escrito sobre o assunto) — “É necessário para a sociedade que as mulheres se casem e gerem filhos. Elas não farão isso a menos que sejam obrigadas. Por isso, é necessário obrigá-las”. Os méritos da questão estariam então claramente definidos. Seria o mesmo que os dos senhores de escravos da

Carolina do Sul e da Luisiânia. "É necessário que o algodão e o açúcar sejam cultivados. Os homens brancos não podem fazê-lo. Os negros não o farão por nenhum salário que resolvamos pagar-lhes. *Ergo* devem ser obrigados a fazê-lo". Um exemplo ainda mais adequado é o do recrutamento compulsório. É absolutamente necessário que haja marinheiros que defendam o país. Frequentemente acontece de eles não se alistarem voluntariamente. Portanto, é necessário que haja uma força que os obrigue. Quão frequentemente esta lógica tem sido usada! E, se não fosse por uma falha na mesma, sem dúvida teria sido bem-sucedida até os dias de hoje. Mas está aberta à réplica. Primeiramente, pague-se aos marinheiros o valor justo de seu trabalho. Quando você tiver feito com que valha tanto a pena servir-lhe quanto trabalhar para outros empregadores, você não terá mais dificuldades do que os outros têm em obter os seus serviços. A isto não há qualquer resposta lógica exceto "não quero": e como as pessoas hoje não apenas têm vergonha, mas também não desejam roubar aos trabalhadores o seu salário, não se defende mais o recrutamento compulsório. Aqueles que tentam forçar as mulheres a se casarem fechando-lhes todas as outras portas, expõem-se a réplica semelhante. Se o que dizem é o que pensam, sua opinião deve ser evidentemente a de que os homens não tornam a condição de casada tão desejável às mulheres que as induza a aceitá-la por seus próprios méritos. Quando se permite apenas a chamada opção de Hobson, "ou isto ou nada", certamente não considera aquilo que oferece muito desejável. E aqui, creio eu, está a chave para os sentimentos desses homens, que têm uma verdadeira antipatia para com a liberdade das mulheres. Creio que têm medo, não de que as mulheres não queiram casar-se, pois não creio que ninguém na verdade tenha esta apreensão; mas que elas insistam que o casamento seja em igualdade de condições; que todas as mulheres de espírito e caráter prefiram fazer quase qualquer outra coisa que não lhes parece degradante, a casar-se, quando o casamento representar subordinar-se a um senhor, e senhor de todos os seus bens terrenos. E na verdade, se essa consequência fosse necessariamente inerente ao casamento, penso que a apreensão seria muito bem justificada. Concordo que é provável que poucas mulheres, capazes de qualquer outra coisa, fossem, a menos que sob um *entraînement* irresistível, que as tornasse temporariamente insensíveis a qualquer outra coisa, escolher tal destino, quando outros meios estivessem abertos a elas para ocupar um lugar convencionalmente honrado na vida; e se os homens decidirem que a lei do casamento será uma lei de despotismo, estão absolutamente corretos, por uma simples questão de política, deixando para

as mulheres apenas a opção de Hobson. Mas neste caso, tudo o que foi feito no mundo moderno para atenuar os grilhões que aprisionavam as mentes das mulheres foi um erro. Nunca se deveria ter permitido que recebessem uma educação literária. As mulheres que lêem, e muito mais as que escrevem, são, na actual disposição de coisas, uma contradição e um fator perturbador; e foi um erro ensinar às mulheres quaisquer outras habilidades que não as de Odalissa, ou de empregada doméstica.

O Consumo e o Conceito da Família*

JOHN KENNETH GALBRAITH

Elas estavam tão ocupadas — ocupadas fazendo compras, dirigindo automóveis, usando as suas lavadoras e secadoras de pratos, os seus liquidificadores, ocupadas em jardinagem, encerando, lustrando, ajudando os filhos nas tarefas de casa, fazendo coleções a título de higiene mental e uma infinidade de pequeninos serviços.

Betty Friedan
The Feminine Mystique

Para o sistema neoclássico o consumo é uma coisa geralmente sem defeitos, que deve ser maximizada por todos os meios honestos e socialmente favoráveis. É também um prazer curiosamente isento de cuidados. Só se deve pensar na escolha dos bens e dos serviços. Nenhum problema decorre do seu uso. Ora, nada disso é verdade, e o que não se vê modela profundamente os padrões da vida individual, familiar e social. As circunstâncias que se escondem por detrás dessa miopia merecem ser examinadas. São assuntos de não pequena importância.

Além de certo ponto, a posse e o consumo de bens tornam-se opressivos, a menos que se possam delegar as tarefas correlatas. Dessarte, o consumo de comidas cada vez mais esmeradas ou exóticas só é compensador quando há alguém para prepará-las. A não ser assim, para todos exceto os excêntricos, o tempo gasto no seu preparo não tarda a pesar muito mais do que o prazer que proporciona a sua ingestão. A manutenção e a administração de habitações mais espaçosas e complicadas

* [Nota do Editor: Trata-se do Capítulo IV do livro *A economia e o objetivo público*, de John Kenneth Galbraith, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1975, pp. 30-37.]

são cada vez mais difíceis. O mesmo acontece com roupas, veículos, o gramado, instalações esportivas e outros artefatos de consumo. Se houver pessoas que possam assumir a responsabilidade da administração e possam, por sua vez, recrutar e dirigir os criados necessários, o consumo não tem limites. De outro modo, porém, os limites do consumo são rígidos. Quando contemplamos as grandes mansões inglesas dos séculos XVII, XVIII e XIX, o primeiro pensamento que nos acode é a riqueza dos seus moradores. Pois essa riqueza, não raro, era modesta pelos padrões modernos. Muito mais deveria ser atribuído à capacidade de delegar a responsabilidade administrativa do consumo a uma numerosa e disciplinada criadagem.

O serviço pessoal sempre foi ameaçado pelas oportunidades mais atraentes de trabalho propiciadas pelo desenvolvimento industrial. Mas a própria riqueza que esse desenvolvimento proporciona tornou-o ainda mais necessário. Não admira, portanto, que muitos esforços tenham sido despendidos nos últimos cem anos para encontrar meios de preservá-lo ou descobrir-lhe substitutos. A busca de substitutos conduziu geralmente às mulheres e à família. Utilizou-se uma força difusa na modelagem de atitudes sociais — uma força que tem sido amiúde sentida mas raro descrita. Precisa-se de um nome para ela, e podemos chamá-la Virtude Social Conveniente.

2

A virtude social conveniente atribui mérito a qualquer modelo de comportamento, por mais desconfortável ou desnatural que seja para o indivíduo, que sirva ao conforto ou ao bem-estar dos membros mais poderosos da comunidade, ou que se revele vantajoso para eles. O louvor moral da comunidade ao comportamento conveniente e, portanto, virtuoso serve, pois, de substituto para a compensação pecuniária. O comportamento inconveniente, aberrante, está sujeito à desaprovação virtuosa ou à sanção da comunidade.

A virtude social conveniente é importantíssima para induzir as pessoas a prestarem serviços desagradáveis. No passado, ela era atribuída ao jovial e prestimoso cidadão sorteado para prestar serviço militar que,

aceitando fazê-lo mediante soldos muito inferiores aos salários do mercado, aliviava apreciavelmente o ônus dos tributos que incidiam sobre os contribuintes relativamente abastados. Quem relutasse em fazer esse serviço era tachado de impatriota e imprestável. A virtude social conveniente também ajudou a angariar os serviços caritativos e compadecidos de enfermeiras, guardas, e outros funcionários de hospitais. Aqui também o mérito resultante aos olhos da comunidade servia de substituto parcial à remuneração. (Esse mérito nunca foi considerado um substituto inteiramente satisfatório da remuneração pelos médicos.) Inúmeras outras tarefas que visam ao bem público — comumente caracterizados como obras de caridade — têm também o seu custo muito reduzido pela virtude social conveniente. Mas esta tem sido principalmente útil na solução do problema do serviço pessoal servil.

No último século e no princípio deste, o criado da família era quase sempre retratado como pessoa singularmente merecedora de estima. Nada acreditava mais uma pessoa do que o serviço diligente e constante prestado a outrem. A expressão "velho criado da família" sugeria quase tanto mérito quanto estoutro: "sábio e afetuoso pai". A expressão "bom e fiel criado" encerrava uma bênção bíblica reconhecível. Na Inglaterra, extensa e hábil literatura associava o humor, a aptidão coloquial, a percepção social e um grande orgulho de casta à classe dos criados. Nada disso, entretanto, deteve a fuga para os empregos industriais. O derradeiro sucesso da virtude social conveniente consistiu em converter as mulheres aos vis serviços pessoais.

Nas sociedades pré-industriais concedia-se mérito às mulheres, pondo-se de lado a sua capacidade procriadora, pela eficiência no trabalho agrícola ou na manufatura caseira, ou, nos estratos mais elevados da sociedade, pelo valor intelectual, decorativo, sexual ou de qualquer outra espécie amena. A industrialização eliminou a necessidade das mulheres nos empregos caseiros, como a fiação, a tecedura ou a manufatura de roupas; combinada com o avanço tecnológico, ela lhes reduziu consideravelmente a utilidade na agricultura. Entrementes, os padrões crescentes de consumo popular, combinados com o desaparecimento do criado pessoal, criaram a necessidade urgente de administrar e, de qualquer modo, dirigir o consumo. Em consequência disso uma nova virtude social veio associar-se à administração da família — à compra inteligente de

mercadorias, ao preparo delas, ao uso, à manutenção e aos cuidados da habitação e outras propriedades. A mulher virtuosa passou a ser a boa dona de casa ou, mais amplamente, a boa mãe de família. A vida social converteu-se, em grande parte, numa exibição de virtuosismo no desempenho dessas funções — uma espécie de feira em que se expõe a virtude feminina relativa. E assim continua sendo. Essas tendências já estavam bem adiantadas nas famílias de renda superior no início deste século. Thorstein Veblen observou que “de acordo com o plano ideal da cultura pecuniária, a dona da casa é a principal criada da família”.¹

Com o aumento da renda aumentaram o volume e a diversidade do consumo, bem como o número e a complexidade das funções administrativas do lar. A distribuição do tempo entre as várias tarefas associadas à família, à educação e ao entretenimento dos filhos, às roupas, à vida social e a outras formas de consumo passou a ser um negócio cada vez mais complexo e difícil.² Em consequência disso, paradoxalmente, o papel servil da mulher tornou-se tanto mais árduo quanto mais elevada era a renda da família, a não ser para a pequena fração que ainda dispunha de criados pagos. A esposa do executivo de uma fábrica de automóveis não precisa ser intelectualmente brilhante ou divertida, embora delas se exija que seja convencionalmente decorativa nas ocasiões de cerimônias oficiais. Mas precisa cozinhar e servir as refeições do marido quando ele está em casa; dirigir as compras e a manutenção da família; providenciar-lhe o transporte; e, em caso de necessidade, agir como mulher de limpeza, porteira e jardineira. A competência aqui não se observa; pressupõe-se. Se ela desempenhar bem essas funções, é aceita como boa mãe de família, boa companheira, boa administradora, boa esposa — em suma, mulher virtuosa. A convenção proíbe papéis externos não associados à exibição de virtudes domésticas que estejam em conflito com a criteriosa administração da casa. Ela pode figurar no conselho de uma biblioteca local ou num comitê que se ocupa da delinquência entre os jovens. Mas não pode, sem incorrer em

¹ Thorstein Veblen, *The Theory of the Leisure Class* (Boston: Houghton Mifflin, 1973), p. 128.

² O leitor encontrará uma brilhante análise das necessidades de tempo do consumo (como também muitas outras coisas) em *The Harried Leisure Class* (Nova Iorque: Columbia University Press, 1970), de Staffen Burenstam Linder.

censuras, ter um emprego de tempo integral ou uma vocação absorvente. Fazê-lo é permitir que se diga que está descurando do lar e da família, isto é, do seu verdadeiro trabalho. Deixa de ser uma mulher de virtude reconhecida.

3

A conversão das mulheres numa classe cripto-serviçal foi um feito econômico de primordial importância. Criadas que se encarregassem dos serviços servis só eram acessíveis a uma minoria da população pré-industrial; a esposa-criada está democraticamente à disposição de quase toda a população masculina atual. Se todas as pessoas assim empregadas estivessem sujeitas à compensação pecuniária, formariam a maior categoria isolada da força de trabalho. Calculou-se o valor dos serviços das donas de casa um tanto ou quanto impressionantemente, numa quarta parte, mais ou menos, do Produto Nacional Bruto. Estimou-se que a dona-de-casa comum (segundo o valor dos salários pagos em 1970 a titulares de emprego equivalentes) executa 257 dólares de serviços por semana, ou sejam, 13.364 dólares por ano.³ Não fora esse serviço e todas as formas de consumo familiar seriam limitadas pelo tempo necessário à sua administração — escolher, transportar, preparar, consertar, manter, limpar, conservar, guardar, proteger e executar todas as tarefas associadas ao consumo dos bens. O papel servil da mulher é decisivo para a expansão do consumo na economia moderna. E o fato de ser tão genericamente aprovado, se excetuarmos algumas recentes divergências modernas, é um formidável tributo prestado ao poder da virtude social conveniente.

Como acabamos de notar, não se avalia o trabalho das mulheres para facilitar o consumo em termos de renda nem de produto nacional. Isto é importante para o seu disfarce; o que não se conta frequentemente não se nota. Por essa razão, e com o auxílio do ensino convencional e atual, as mulheres podem estudar economia sem se dar conta do seu preciso papel na economia. Isto, por sua vez, lhes facilita a aceitação

³ Ann Crittenden Scott, "The Value of Housework: for Love or Money", revista *Ms.* (julho de 1972).

desse papel. Se a função econômica da mulher fosse mais explicitamente delineada na pedagogia atual, talvez convidasse a uma rejeição inconveniente.

4

O modelo neoclássico, entretanto, tem um disfarce muito mais sofisticado para o papel das mulheres. É a família. Já se acentuou suficientemente que esse modelo realça o papel da decisão individual no sistema econômico. Tal sanção moral estaria seriamente comprometida se a decisão dependesse da faina facilitante das mulheres — e se o papel das mulheres na tomada de decisões fosse visto como subordinado ao dos homens.

Tais dificuldades são eliminadas pelo conceito da família. Se bem que a família inclua diversos indivíduos — o marido, a esposa, os filhos, às vezes parentes ou avós — com necessidades, gostos e preferências diferentes, toda a teoria neoclássica sustenta que ela é o mesmo que um indivíduo. As opções individuais e familiares, para todos os efeitos práticos, são intercambiáveis.⁴

Identificando-se com o indivíduo, a família passa a distribuir a sua renda entre as várias utilizações de modo que as satisfações sejam mais ou menos equivalentes na margem. Isto, como se observou, é o estado ideal de satisfação, o equilíbrio neoclássico do consumidor. A essa altura, surge um problema óbvio: o de saber quais as satisfações igualadas na margem — as do marido, as da esposa, as dos filhos com algumas concessões à idade, ou as dos parentes que foram na casa, se é que existem alguns. A esse respeito, porém, toda a teoria aceita silêncio. Entre o

⁴ Posto que alguns estudiosos tenham ficado perturbados. "Na teoria da procura tomamos a família como o nosso átomo básico... deveríamos observar que muitos problemas interessantes relativos ao conflito dentro da família e ao controle paterno dos destinos dos filhos menores são ignorados quando encaramos a família como unidade básica de tomada de decisão. Quando os economistas falam no consumidor, estão falando, na verdade, no grupo de indivíduos que compõem a família." Richard G. Lipsey e Peter O. Steiner, *Economics*, 2.^a edição (Nova Iorque: Harper and Row, 1969), pp. 71-72. Tendo tomado nota da heróica simplificação no identificar o indivíduo e a família, os autores reverterem à tradição e não eliminam a simplificação. São, todavia, excepcionais os que mencionam o problema.

marido e a mulher existe, evidentemente, um compromisso que se coaduna com a concepção mais idílica do casamento feliz. Cada parceiro matrimonial subordina as suas preferências econômicas ao prazer maior da proximidade e da cama do casal. Ou só se casam indivíduos com listas idênticas de preferências. Ou num instrumento até agora despercebido do sacramento do matrimônio essas listas são igualadas dali por diante. Ou, quando diferem as listas de preferências, disso se segue o divórcio, e o processo continua até que se juntem pessoas com listas idênticas. Ou a mulher, que na prática se encarrega da maior parte das compras, iguala as suas preferências na margem, e o marido conforma-se em viver num estado inferior de satisfação. Ou o marido, como membro dominante da família, toma as decisões de acordo com a sua lista de preferências e a esposa, resignada, coopera.

Com efeito, a família moderna não permite a expressão da personalidade e das preferências individuais. Exige uma extensa subordinação de preferências por parte de um ou de outro membro. Não se pode defender com facilidade a noção de que a sociedade econômica impõe à metade mais ou menos dos seus membros adultos que aceite o *status* subordinado. E essa noção não se concilia facilmente com um sistema de pensamento social que não somente dá valor ao indivíduo, mas também lhe aclama o poder. Assim sendo, a economia neoclássica resolve o problema sepultando a subordinação do indivíduo dentro da família, cujas relações íntimas ignora. Em seguida, recria a família como consumidor individual. E a isso se cinge a questão. O economista não invade a intimidade familiar.

5

A realidade corriqueira é que a família moderna envolve uma simples mas importantíssima divisão de trabalho. No caso mais comum, quem recebe a renda tem uma autoridade básica sobre a sua destinação. Isso geralmente cabe ao homem. Parte dessa autoridade é considerada normal. O lugar em que a família vive depende preponderantemente da conveniência ou da necessidade do membro responsável pela renda. E tanto o nível quanto a natureza ou o estilo dos gastos são também extensamente influenciados pela sua origem — pelo fato de ser o responsável diretor de uma firma comercial, advogado, artista, contador,

funcionário público, artesão, operário de linha de montagem ou professor de escola superior. E o que é mais importante, numa sociedade que dá importância ao êxito financeiro, a autoridade natural cabe à pessoa que ganha o dinheiro. Ela lhe dá o direito de ser chamado o *cabeça* da família.

A administração da família pertence à mulher. Isto supõe muita escolha no tocante às compras — decisões entre diferentes misturas para bolos e detergentes. A sabedoria convencional celebra esse poder; são as mulheres que manejam os cordões da bolsa. Na realidade, este é normalmente o poder de cumprir decisões, não o de tomá-las. Dentro da estrutura estratégica mais ampla, a ação é estabelecida pelo homem que fornece o dinheiro. Na economia estabelecida, a família é essencialmente um disfarce para o exercício da autoridade masculina.

Essa família não poderia ser melhor planejada para facilitar o consumo. As principais decisões acerca do estilo geral de vida competem ao marido e podem ser tomadas sem uma preocupação pessoal com os problemas de administração nelas envolvidas. Estes dizem respeito à esposa. A maioria das coisas, incluindo o consumo, é mais apreciada quando o trabalho que envolvem é feito por outra pessoa.

As mulheres anuem normalmente às funções cripto-serviçais da administração do consumo — consentem em prover à manutenção e aos consertos da casa, dos aparelhos domésticos, do automóvel e de outros equipamentos, à obtenção e ao preparo dos alimentos, à supervisão do consumo dos filhos, à organização e administração dos prazeres sociais, à participação na exibição social competitiva. Presume-se que essas tarefas constituam as responsabilidades naturais do sexo. Dir-se-á que aqui não há motivos para comentários nem lamentações; a maioria das mulheres exerce tais funções com alegria e até com felicidade.

Numa concepção mais lata, a aceitação e a felicidade são um tributo impressionante prestado ao condicionamento social a que as pessoas estão sujeitas. Consoante um dos primeiros princípios da moderna crença econômica — princípio fundamental para a economia estabelecida, vigorosamente reforçado pela publicidade e pelas técnicas de venda — a felicidade é uma função da oferta de bens e serviços consumidos. Firmado este ponto, de que melhor maneira pode uma mulher contribuir para a própria felicidade e para a felicidade da família que ela ama se não consagrando-se à eficiente e enérgica administração do consumo familiar? Os serviços que presta à economia seguem, assim, a reboque do seu

senso do dever e da sua capacidade de afeição. E, como acontece com outras necessidades econômicas, afirma-se na virtude social conveniente. Isto exalta singularmente a mulher que se devota ao bem-estar da família; é uma graciosa companheira; é uma boa administradora; ou, em níveis inferiores de elegância, é uma boa dona de casa ou uma verdadeira mãe de família. Em comparação, a simples beleza, os feitos intelectuais ou artísticos ou a competência sexual são relegados a plano muito inferior. E as qualidades que não se coadunam com uma boa e aquiescente administração da família — a agressividade pessoal, a preocupação com interesses pessoais em detrimento do marido e da família e, o pior de tudo, a indiferença pelos trabalhos caseiros — são energeticamente deploradas.

Em poucos setores o sistema econômico foi tão bem sucedido no estabelecimento de valores e na conformação do comportamento às suas necessidades quanto na modelagem da atitude e do comportamento femininos. E, para resumir, é grande a importância econômica da consecução que disso resulta. Sem mulheres para administrá-lo, a possibilidade de aumento do consumo seria drasticamente limitada. Se as mulheres, porém, se incumbirem das tarefas da administração, o consumo pode ser aumentado mais ou menos indefinidamente. Em famílias de renda muito alta essa administração torna-se, como se sabe, tarefa onerosa. Mas mesmo aqui a expansão ainda é possível; nesses níveis de renda, as mulheres costumam ser mais instruídas e melhores administradoras. E a maior acessibilidade do divórcio dá ensejo a certa dose de ensaios e erros, que se sucedem até a obtenção do melhor. Desse modo, são as mulheres, no seu papel cripto-serviçal de administradora, que possibilitam o aumento indefinido do consumo. No pé em que estão as coisas (e enquanto permanecerem nesse pé), esta é a sua suprema contribuição para a economia moderna.

Segregação Sexual no Mercado de Trabalho *

FRANCINE D. BLAU

CAROL L. JUSENIUS

O objetivo deste trabalho é avaliar a contribuição da teoria econômica para a compreensão das causas da segregação sexual e das diferenças salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Não pretendemos rever a grande e crescente produção da literatura empírica nessa área, embora nossa avaliação de enfoques teóricos alternativos se baseie em um amplo conhecimento de resultados empíricos. Em particular, três pontos são considerados como dados:

1. Existe segregação sexual no mercado de trabalho e ela é de magnitude considerável.

2. As mulheres estão segregadas segundo categorias ocupacionais e, dentro destas, por indústrias e firmas (embora nos concentremos basicamente na segregação ocupacional, grande parte da discussão é relevante também para a análise dessas outras dimensões).

3. Existem diferenciais no pagamento agregado entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

A análise econômica contemporânea pode ser dividida em várias escolas de pensamento. Contudo, considerações de tempo e espaço nos forçaram a um certo grau de seletividade, daí este trabalho avaliar apenas

* Extraído do artigo de Francine D. Blau e Carol L. Jusenius, "Economist's approaches to sex segregation in the labor market: an appraisal", publicado em *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 1, n.º 3, segunda parte (primavera de 1976), pp. 181-99, com permissão das autoras e da University of Chicago Press. Direitos autorais de 1976 concedidos pela The University of Chicago.

[Nota do Editor: Este artigo foi também reproduzido em Nona Glazer e Helen Youngelson Waechter, orgs., *Woman in a man-made world*, Chicago, Rand McNally Company, 1977, pp. 194-207. Esta tradução de Maria Valéria Junho Pena (da FEA/UFRJ) e Antonio de Lima Brito (do IPEA/INPES) é publicada sob permissão da The University of Chicago Press.]

duas perspectivas teóricas relevantes: a escola neoclássica e a institucional. Uma outra escola — a da economia radical — contribuiu também com algumas idéias importantes para a compreensão da segmentação no mercado de trabalho. Entretanto, na maioria das vezes, consideramos que a principal contribuição da economia radical nesta área foi a de levantar e analisar algumas questões importantes frequentemente ignoradas nas análises econômicas tradicionais.

Tanto no trabalho teórico quanto no empírico, os economistas neoclássicos concentraram sua atenção primeiramente nos diferenciais de salário entre homens e mulheres e somente depois na segregação sexual *per se*. O exame que fizeram da segregação foi, em grande parte, um subproduto da investigação sobre questões relativas ao salário. Na realidade, essa ênfase é compreensível uma vez que, para o economista neoclássico, a manifestação monetária de possíveis desigualdades no mercado de trabalho consiste em um ponto focal óbvio para a análise. Entretanto, a coexistência no mercado de trabalho de diferenças de pagamento entre os sexos e da segregação ao longo das dimensões ocupacionais, bem como de outras, sugere de forma bastante acentuada (embora certamente não prove) uma ligação entre as duas. Esta pressuposta ligação deve ser tratada como uma hipótese subjacente a este trabalho e, por conseguinte, um critério importante na nossa avaliação dos méritos de enfoque alternativos.

ABORDAGENS NEOCLÁSSICAS

Nas suas tentativas de explicar o diferencial de salário entre homens e mulheres, alguns economistas neoclássicos utilizam modelos de concorrência perfeita, nos quais os salários são iguais ao valor dos produtos marginais dos trabalhadores. Dentro dessa escola existem duas abordagens que se encontram em desacordo. Uma delas advoga a hipótese da “saturação”, na qual a baixa produtividade das mulheres que trabalham é explicada pelo comportamento discriminatório dos empregadores. A outra visão é baseada na teoria do capital humano, que afirma que a produtividade das mulheres é baixa porque elas possuem estoques relativamente baixos de capital humano acumulado. Outros economistas neoclássicos rejeitam o pressuposto de um mercado de trabalho perfeitamente competitivo. Em vez disso, tratam das implicações dos monopsonios sobre os salários, isto é, do poder de monopólio do comprador — neste caso, do poder da firma — no mercado de trabalho.

O modelo competitivo: a hipótese da saturação. Para iniciar a análise devemos primeiro definir o que é *saturação*. De maneira simples, a saturação consiste na interação de uma demanda relativamente baixa por um tipo específico de trabalhador com uma oferta relativamente alta desse mesmo tipo de trabalhador. Assim, ela pode resultar tanto de um número excessivo de indivíduos treinados (em sentido amplo) para uma dada ocupação ou conjunto de ocupações e/ou de um número excessivo de limitações impostas ao total do conjunto de ocupações abertas a um grupo identificável de trabalhadores.

A primeira menção ao que acabou sendo denominado saturação é encontrado em Fawcett¹ e Edgeworth.²

... Mas foi apenas no início dos anos 70 que Bergmann formalizou as hipóteses da saturação no mercado de trabalho em suas análises da segregação ocupacional.³ Bergmann argumentou que, devido a restrições na demanda, as mulheres estão confinadas a um número limitado de ocupações. Essa restrição faz, em primeiro lugar, com que as mulheres recebam salários mais baixos e, em segundo lugar, que o grupo não submetido (homens) receba salários mais altos do que de fato receberia se não existissem restrições à mobilidade entre homens e mulheres. Em outras palavras, Bergmann contrasta duas posições de equilíbrio. Em ambas os trabalhadores ganham o valor de sua produtividade marginal. As mulheres, contudo, porque são obrigadas a exercer um número relativamente pequeno de ocupações nas quais a relação capital/trabalho é relativamente baixa, apresentam uma produtividade menor que a masculina.

Dois elementos-chave estão compreendidos na fórmula de Bergmann. O primeiro é que os trabalhadores são idênticos no que respeita à sua produtividade potencial; isto é, são perfeitamente substituíveis entre si, mas, ao mesmo tempo, possuem características inerentes claramente diferenciáveis. O segundo elemento importante, já mencionado, reside no fato de que os fatores que operam do lado da demanda são os responsáveis

¹ Millicent G. Fawcett, "Equal Pay for Equal Work", *Economic Journal*, n.º 28 (março de 1918), pp. 1-6.

² F. Y. Edgeworth, "Equal Pay to Men and Women for Equal Work", *Economic Journal*, n.º 32 (setembro de 1922), pp. 431-457.

³ Barbara R. Bergmann, "The Effect on White Incomes of Discrimination in Employment", *Journal of Political Economy*, n.º 79 (março/abril de 1971), pp. 294-313, e "Occupational Segregation, Wages and Profits when Employers Discriminate by Race or Sex", *Eastern Economic Journal*, n.º 1 (abril/julho de 1974), pp. 103-110.

pela saturação. A integração é impedida pela preferência dos empregadores.

É importante notar aqui que, através da inclusão que ela faz das tendências demonstradas pelo empregador, Bergmann une a teoria da discriminação de Becker⁴ às de Fawcett e de Edgeworth. Para Becker, os empregadores que têm a tendência de discriminar as mulheres que trabalham apenas as empregarão quando a diferença de salário entre os sexos for suficientemente grande para compensar a desutilidade de empregar mulheres. Assim, o enfoque de Bergmann é o caso extremo da teoria de Becker: somente se as tendências do empregador em empregar mulheres em ocupações masculinas forem muito grandes, existirá a exclusão total, conforme a opinião de Bergmann.

A atribuição à preferência do empregador como o fator causal da segregação ocupacional não parece ser suficiente. Não está claro por que tantos empregadores prefeririam não ter mulheres em certas ocupações, nem por que essa aversão devesse ser tão "forte" a ponto de elas não serem compensadas por sua desutilidade diante das diferenças salariais prevalentes...

... Além do mais, não está claro que o caso de uma substituíbilidade perfeita entre homens e mulheres no processo de produção seja suficientemente geral para esclarecer toda as formas de segregação ocupacional. Em suma, nós somos forçadas a concluir que a contribuição de Bergmann reside mais em sua análise das *conseqüências* da segregação ocupacional do que na abordagem das explicações de suas causas.

O Modelo Competitivo: o enfoque do capital humano. O ponto principal do enfoque do capital humano é que homens e mulheres não são perfeitamente substituíveis entre si. Embora ambos possam ser similarmente distribuídos de acordo com as categorias de QI e de níveis educacionais, as mulheres acumulam menos capital humano em sua experiência no trabalho porque passam proporcionalmente menor número de anos na força de trabalho que os homens.⁵ Em conseqüência, surgem os dife-

⁴ Gary S. Becker, *The Economics of Discrimination* (Chicago, University of Chicago Press, 1957).

⁵ A exposição mais precisa dessa argumentação encontra-se em Jacob Mincer e Solomon Palachek, "Family Investments in Human Capital: os Rendimentos das Mulheres", *Journal of Political Economy*, n.º 82 (março/abril de 1974), pp. 76-111. Ver também Larry E. Sizer, "Occupation, Employment, and Lifetime Work Experience of Women" (artigo apresentado nas reuniões da American Sociological Association, New York, 27 de agosto de 1973).

renciais de produtividade entre homens e mulheres. Em outras palavras, a qualidade de trabalho oferecida pelos dois grupos varia devido aos diferentes padrões de participação na força de trabalho, dos quais as taxas de rotatividade supostamente mais altas entre as mulheres são uma manifestação de curto prazo. As diferenças salariais simplesmente refletem os diferenciais de qualidade entre homens e mulheres.

Fechando o círculo desse raciocínio está o modelo da escola do capital humano feito para a família e para o papel da mulher dentro dela. Revendo a tradicional dicotomia trabalho-lazer da teoria econômica, essa escola pôde conceitualizar os efeitos da família sobre a curva de oferta do trabalho feminino. Os argumentos sobre as funções de utilidade das unidades familiares incluem não apenas o lazer e os bens derivados do trabalho desempenhado no mercado mas, também, bens originários do trabalho não mercantil — aquele tradicionalmente executado por mulheres. Assim, visto pela perspectiva da maximização de utilidade da unidade familiar, a decisão feminina de não trabalhar continuamente, isto é, de acumular um baixo estoque de capital humano, é racional.

Deve-se observar que essa é uma teoria sobre diferenças entre os salários e que a segregação ocupacional *não* é um elemento necessariamente complementar. Teoricamente é possível a existência de taxas de salário flexíveis o suficiente para permitirem diferenças qualitativas entre trabalhadores na mesma ocupação. Mas o enfoque do capital humano pode também ser usado para explicar o fenômeno da discriminação ocupacional. Nesse caso, a teoria preveria que as mulheres tendem a localizar-se em ocupações que oferecem poucas oportunidades para aumentos de produtividade através da experiência no mercado de trabalho. Antevendo ou reagindo às necessidades da família, as mulheres procurariam ocupações que, embora possam não recompensar a experiência no trabalho, também não punem seus ocupantes por abandono de emprego (como por exemplo as garçonetes). Esta mesma linha do raciocínio sugere que as mulheres, a menos que pretendam trabalhar a maior parte de suas vidas, tenderiam a se auto-excluir de um segundo tipo de ocupações, isto é, aquelas que implicam um longo processo de treinamento geral (os advogados, por exemplo), arcando com os custos dessa exclusão. Está também implícito que os empregadores tenderão a excluir as mulheres de um terceiro tipo de ocupação — aquela que exige um longo processo de treinamento dentro das firmas (como programas de treinamento para executivos ou, mais genericamente, de qualquer processo de qualificação através do “aprender fazendo”), em função da sua alta taxa de rotatividade, seja ela real ou

esperada (diferenças na qualidade da mão-de-obra). Existe, no entanto, um problema importante com relação a essa lógica: ambas as ocupações, masculinas e femininas, exigem quantidades e tipos distintos de qualificações... O fato é que homens e mulheres estão em ocupações que exigem tipos diferentes de qualificação e, dentro de cada categoria, certas ocupações são "mais" aceitáveis para as mulheres que outras. Somente a confiança que a escola do capital humano deposita na primazia da família na vida feminina poderia explicar uma tendência maior que as mulheres têm de permanecerem em ocupações de "qualificação inferior". Mas, com esse raciocínio, ela não poderia explicar a concentração de mulheres em um número pequeno de ocupações com uma mesma exigência de qualificação. Para tanto, ela deveria basear-se nas "preferências" femininas.

Para uma análise detalhada desse ponto é necessário uma breve descrição da sua teoria implícita da escolha ocupacional, essencialmente uma versão ligeiramente modificada da teoria da preferência revelada do comportamento do consumidor, a qual afirma: "Se suas duas mercadorias (de duas determinadas mercadorias) nos dizem que A não (etiquetas nos preços) é mais barato que B, então existe apenas uma explicação plausível para a escolha do consumidor: ele comprou A porque *gosta* mais dela (o grifo é nosso)." Acreditamos que uma descrição análoga para a teoria da escolha ocupacional para as mulheres no âmbito da teoria do capital humano, seria: "Se a comparação dos salários de duas ocupações nos dizem que A não oferece mais que B, então existe apenas uma explicação para a escolha feita pela trabalhadora: ela escolheu A porque *gosta* mais dela".

Está claro de acordo com nossa analogia que o modelo pressupõe liberdade de escolha. Não existe nenhum reconhecimento ou preocupação quanto às imposições sociais que limitam a liberdade das mulheres a tomar suas próprias decisões, ou influenciam a maneira como outros, tais como os empregadores, tomam decisões sobre elas. As decisões por parte das mulheres de se tornarem secretárias ou enfermeiras e não supervisoras ou farmacêuticas são vistas como uma questão de preferência pessoal. Apesar de os teóricos do capital humano reconhecerem que o conjunto de preferências existentes possa refletir o processo de socialização verificado na juventude da mulher, eles observam também que as tentativas de compreender esse processo está fora do alcance de suas análises.

Concluindo, o modelo do capital humano está sujeito a críticas em vários aspectos. Ele se baseia, também, em um fator indefinido, as chamadas *preferências*, para explicar por que as mulheres "escolhem" uma

determinada ocupação ou demonstram uma predileção por um trabalho fora do mercado, sem fornecer uma teoria subjacente que possa explicar essa preferência. Além do mais, não está claro porque *somente* mulheres teriam tais gostos nem porque uma proporção tão grande de mulheres mostre o mesmo tipo de gostos — conforme demonstrado através de sua distribuição ocupacional. A segregação ocupacional exigiria, novamente, uma diferenciação extremada de gostos. Mas é apenas neste caso que essa diferenciação nas preferências femininas é relevante. Finalmente, da mesma forma que o enfoque de Bergmann não dá importância a considerações sobre o lado da oferta, a escola do capital humano frequentemente deixa de levar em consideração os fatores que operam do lado da demanda (o empregador), apesar do princípio elementar em economia segundo o qual os preços (salários) são determinados pela interseção de ambas as curvas, a da oferta e a da demanda.

O Modelo do Monopsônio. As teorias discutidas até agora baseiam-se em modelos de concorrência perfeita. Nesse sistema, o salário do trabalhador é igual ao valor de seu produto marginal e as diferenças salariais entre homens e mulheres refletem produtividades diferentes devido ao menor nível feminino de capital humano acumulado, quer à saturação com suas implicações de uma relação capital/trabalho relativamente baixa. Uma importante ruptura com essa abordagem é o modelo do monopsônio, apresentado inicialmente por Robinson e, mais recentemente, desenvolvido por Madden.⁶

Conforme bastante conhecido na teoria econômica, um trabalhador que se veja diante de um monopsonista recebe um salário menor que o valor de seu produto marginal. O grau de divergência entre os salários e os valores dos produtos marginais depende da extensão em que elementos monopsônicos estão presentes no mercado de trabalho. Formulado alternativamente, a divergência é determinada pela elasticidade da oferta de trabalho para a firma em relação ao salário.

Um elemento crucial do modelo do monopsônio do tipo desenvolvido por Madden é essa relação entre a elasticidade da oferta e salários. Em outras palavras, quanto menos elástica for a curva de trabalho, mais baixos serão os salários, supondo-se: (i) a maximização de lucros pelas firmas e (ii) uma inclinação ascendente na curva de oferta de trabalho para a

⁶ Janice Fanning Madden, *The Economics of Sex Discrimination* (Lexington, Mass., Lexington Books, 1973); e Joan Robinson, *The Economics of Imperfect Competition* (1933; edição reimpressa, New York, St. Martin's Press, 1965).

firma. Assim, afirma-se que os salários das mulheres são mais baixos que os dos homens porque, para as firmas, a curva de oferta das primeiras é menos elástica aos salários que a dos últimos. Em outras palavras, a firma possui um poder de monopsonio maior sobre as mulheres do que sobre os homens.

Além do mais, esse maior poder é causado pela imobilidade relativa das mulheres — uma falta de mobilidade que pode ser causada pelo local de fixação de sua residência (um problema do lado da oferta), ou pela ausência de demanda por mulheres em ocupações alternativas. O primeiro caso equivale à localização do trabalho do marido, ao invés do da mulher, determinando o local da residência da família; uma das possibilidades no segundo caso, é a segregação ocupacional.

Apesar do fascínio desse modelo, sua aplicabilidade é limitada. No modelo, as diferenças salariais podem ser explicadas pelo fato de as mulheres apresentarem uma curva de oferta de trabalho *menos* elástica para a firma; entretanto, é perfeitamente possível que essa curva, no caso das mulheres, possa ser, de fato, mais elástica. O exame dos elementos subjacentes às curvas de oferta de homens e mulheres pode auxiliar na exposição dessa possibilidade. Em primeiro lugar, desde que as mulheres possuem uma ocupação socialmente aceitável fora da força de trabalho (a de dona-de-casa), elas possuem uma mobilidade maior que a dos homens, pelo menos em um sentido. Sua mobilidade relativa dentro da força de trabalho pode ser contrabalançada por sua maior capacidade de se mover ao mesmo tempo dentro ou fora do mercado de trabalho. Em segundo lugar, compensando as maiores possibilidades masculinas de mobilidade ocupacional e geográfica estão os fatores redutores dessa mesma mobilidade, seja a necessidade de treinamento específico, sejam os direitos trabalhistas a ela associados, com os quais as firmas devem arcar e que afetam mais os homens do que as mulheres. Dadas essas forças contrabalançadoras tanto para homens quanto para mulheres, a elasticidade-salário da curva de oferta de trabalho feminino relativamente à masculina é indeterminada *a priori* e pode-se, com boa dose de razão, esperar que se diferenciem segundo a categoria ocupacional.

Uma avaliação dos modelos neoclássicos. De modo geral, a abordagem neoclássica gerou uma série de explicações plausíveis para o diferencial de salários entre homens e mulheres. No entanto, a segregação sexual está longe de consistir num resultado necessário desses modelos, e os fatores que são identificados como causas para as diferenças de salário

não são convincentes como causas de segregação sexual *dentro* do modelo neoclássico.

Um problema importante é que os ajustamentos marginais graduais, inerentes aos modelos neoclássicos, especialmente, no que diz respeito às taxas salariais, tornam o surgimento de uma segregação radical um resultado muitíssimo improvável. Isso significa também que a segregação seria um resultado improvável num mundo para o qual os modelos neoclássicos consistem numa descrição razoavelmente cuidadosa. É isso que ocorre sem levar em conta a localização das forças requeridas, isto é, seja do lado da demanda, seja da oferta ...

Em um nível puramente teórico, tais dificuldades podem ser de certa forma facilmente suplantadas. Pode-se simplesmente exigir uma rigorosa distribuição de gostos ou, ainda, determinar o preço necessário ou outras formas de rigidez. Não obstante, de nosso ponto de vista, é mais útil a abordagem que coloca a questão no contexto de um modelo que explicitamente leva em conta as instituições do mercado de trabalho. Esse enfoque dispensa a necessidade da adoção de uma estrutura rígida de preferências e permite que se especifique de forma mais completa os elementos que são rígidos dentro do sistema e que incentivam a segregação.

UMA ABORDAGEM INSTITUCIONAL

O modelo institucional aqui apresentado deriva-se da análise do mercado de trabalho interno.⁷ A principal aplicação desse modelo no que se relaciona aos diferenciais de salário e às diferenças na distribuição do

⁷ Para exposições preliminares de conceitos relevantes, ver, e. g. John T. Dunlop, "The Task of Contemporary Wage Theory", in W. Taylor e Frank C. Pierson, eds., *New Concepts in Wage Determination* (New York, McGraw-Hill, 1957); E. Robert Livernash, "The Internal Wage Structure", in Taylor e Pierson, pp. 140-172; e Clark Kerr, "The Balkanization of Labor Markets", in *Labor Mobility and Economic Opportunity* (Cambridge, Mass., MIT Press, 1954), pp. 92-110. Nesse texto nós nos baseamos principalmente na síntese das análises institucionais e do capital humano realizada por Peter B. Doeringer e Michael J. Piore, *Internal Labor Markets and Manpower Analysis* (Lexington, Mass., D. C. Heath, 1971), e também nos beneficiamos da recente aplicação sobre várias questões importantes, realizada por Michael L. Wachter, "Primary and Secondary Labor Markets: A Critique of the Dual Approach", in Arthur M. Okun e George L. Perry, eds., *Brookings Papers on Economic Activity*, vol. 3 (Washington, D. C.: Brookings Institution, 1975), pp. 637-693.

emprego entre os grupos tem sido na formulação do mercado de trabalho dual. Apesar de a análise do mercado de trabalho dual ser relevante para a compreensão das causas e conseqüências da segregação sexual, nós a vemos, por várias razões, como uma caracterização inadequada do problema como um todo. Assim, o que se segue pode ser considerada uma aplicação direta da análise do mercado de trabalho interno ao problema de distribuição salarial e de emprego por sexo, embora a mesma incorpore algumas das proposições dos teóricos do mercado de trabalho dual. A intenção aqui não é desenvolver uma formulação rigorosa e, sim, indicar o potencial desse modo de análise.

A abordagem do mercado de trabalho interno. A idéia de um mercado de trabalho interno baseia-se na divisão da estrutura de cargos da empresa em duas categorias ocupacionais. Em primeiro lugar estão aquelas cujos cargos são preenchidos a partir de fontes externas às firmas, através do recrutamento de novos trabalhadores. Esses postos recém-ocupados são incorporados a grupos de ocupações correlatas, e são geralmente relegados a níveis mais baixos. Em segundo lugar, estão aqueles cargos preenchidos internamente, através da promoção de trabalhadores já contratados, acesso esse que, na maioria das vezes, verifica-se mediante avanços através de faixas promocionais bem definidas. O processo pelo qual os trabalhadores vão sendo promovidos desde a entrada nas firmas até as ocupações de melhor nível é concebido, segundo a abordagem em causa, como um processo em que eles adquirem, seja formal, seja informalmente, conhecimentos ou qualificações adicionais os quais, na sua maioria, são específicos ou únicos à firma.

Dentro dessa perspectiva, as forças de mercado delineadas pela análise econômica neoclássica são concebidas para funcionarem principalmente em ocupações de caráter iniciais nas empresas. Por outro lado, a exigência de qualificações específicas à empresa para o desempenho de funções internamente definida age de forma a impedir o desenvolvimento de um mercado competitivo (no sentido tradicional), para tais categorias ocupacionais. Ao invés da atuação direta das forças de mercado, desenvolve-se um mercado de trabalho interno, isto é, um aparato administrativo que aloca a mão-de-obra e determina os salários dentro da firma.

Relativamente à alocação da mão-de-obra ... as oportunidades de progressão abertas aos trabalhadores dentro das firmas são geralmente determinadas pelo nível em que entraram. Relativamente à determinação do salário, planos de avaliação de encargos e outros procedimentos administrativos são freqüentemente utilizados para estabelecer o piso salarial

de cada categoria ocupacional e especificar relações salariais entre as ocupações. Tanto quanto procedimentos administrativos, a tradição desempenha um certo papel na definição dessas relações salariais inter-ocupacionais. Dentro de cada categoria ocupacional, as diferenças de salário geralmente se baseiam na senioridade ou em questões de mérito.

Assim, a estrutura do mercado de trabalho interno é tratada como um conjunto relativamente rígido de relações salariais e possibilidades de promoção, ambas definidas inicialmente em termos de categorias ocupacionais. Tanto as relações de salário entre indivíduos quanto as possibilidades de promoção para qualquer pessoa são, na maioria das vezes, estabelecidas em função dos cargos desempenhados.

Segregação sexual e diferenças de salário entre homens e mulheres. Nessa perspectiva teórica, dois pontos são particularmente relevantes para a compreensão da segregação ocupacional e de suas relações com as diferenças salariais de acordo com o sexo. Em primeiro lugar, dentro do mercado de trabalho interno, a norma é que o indivíduo seja tratado como categoria ou como parte de um grupo. Esse tratamento de grupo será tão eficiente (resulta no descarte de um mínimo de informações) quanto maior for o grau de homogeneidade no interior do grupo no que respeita a quaisquer características consideradas importantes. Sem dúvida a questão do sexo representa uma base óbvia para essa diferenciação, devido tanto à aversão do empregador em contratar mulheres para ocupações masculinas, e/ou pelas diferenças, reais ou atribuídas, existentes entre o trabalho dos homens e das mulheres.

Além do mais, embora preconceitos e estereótipos possam confundir as decisões dos empregadores relativamente à escolha de ocupações para homens e mulheres, isso não impede a existência de uma diferenciação considerável dentro do grupo de trabalhadoras do sexo feminino (*i.e.*, com base em características como a educação, a idade ou o estado civil). Assim estamos postulando mais que uma simples dicotomia entre os mercados de trabalho masculino e feminino. Esta análise é consistente com a amplitude das ocupações femininas, fato já observado anteriormente.

Em segundo lugar, dentro do âmbito do mercado de trabalho interno, as severas conseqüências da segregação já não são mais surpresa. De fato, tal segregação representa a primeira forma através do qual os empregadores conseguem encontrar diferença entre homens e mulheres, *mesmo* no que diz respeito às taxas de salário. Diante das restrições impostas pelo sistema administrado no mercado de trabalho interno, o escopo de que o empregador dispõe para diferenciar indivíduos (ou grupos de sexos) é

mais amplo no caso da seleção de novos trabalhadores para as ocupações iniciais. Ele é um pouco menos amplo, mas ainda considerável, no que tange à alocação da mão-de-obra nas diferentes categorias ocupacionais a partir das fontes internas. Neste caso o empregador é forçado a selecionar indivíduos nas diferentes categorias ocupacionais seguindo as escalas promocionais "apropriadas", podendo ser compelidos em alguns casos a dar um peso maior que o desejado à senioridade. O escopo é menor ainda no caso de diferenciação salarial entre indivíduos da mesma categoria ocupacional (essa diferenciação deve ocorrer dentro dos limites relativamente estreitos determinados pela senioridade e avaliação do mérito), e com relação à alteração das relações salariais entre categorias ocupacionais.

De fato, dentro do mercado de trabalho interno, os padrões salariais quase que podem ser considerados como a dimensão monetária (ou de valor) da estrutura de cargos. Uma vez estabelecido o vínculo conceitual entre as categorias ocupacionais e as taxas de salário, fica claro que qualquer fator com propensão a causar diferenças salariais entre homens e mulheres também tenderia a provocar segregação no aspecto sexual.

Ilustrações da utilidade da análise do mercado de trabalho interno. O propósito desta seção é o de fornecer algumas ilustrações da forma pela qual a abordagem institucional aclara o processo de segregação sexual e de diferenças de salário entre homens e mulheres. Ela mostra também de que maneira esse enfoque difere dos modelos neoclássicos discutidos anteriormente.

Discriminação estatística. Um fator que procura restringir o acesso de mulheres a certas categorias ocupacionais (ou a certas firmas) e para o qual a análise do mercado de trabalho interno chama atenção é a possibilidade de que ocorre o que tem sido chamado de *discriminação estatística*, uma situação na qual as decisões em relação aos indivíduos são baseadas em probabilidades derivadas do seu comportamento em grupo. Assim, se os empregadores percebem que as mulheres são trabalhadoras menos estáveis (i.e., com taxas maiores de rotatividade e/ou absenteísmo do que os homens), podem ser excluídas de certos tipos de emprego. Este fato é definido apropriadamente como uma forma de discriminação, mesmo se a percepção do empregador estiver correta, no que respeita ao diferencial médio entre os sexos, porque consiste em uma manifestação estereotipada, isto é, ela trata cada membro individual de um grupo como se possuísse as características médias do mesmo.

No mundo neoclássico, esse julgamento resultaria em diferenças salariais de acordo com o sexo, uma vez que o empregador descontaria nos salários femininos os seus custos fixos maiores, associados com taxas esperadas maiores de rotatividade/absenteísmo. Entretanto, devido às taxas salariais flexíveis, tais diferenças nos custos do trabalho não resultariam, necessariamente, em segregação nesses modelos. No modelo do mercado de trabalho interno, fica claro que a segregação é um resultado necessário, já que custos maiores do trabalho não são uma base institucionalmente aceitável para diferenças de pagamentos intra-ocupacionais.

Atribuição ocupacional versus escolha ocupacional. No mundo neoclássico, e, particularmente na estrutura analítica do capital humano, espera-se que os indivíduos selecionem suas ocupações com base em preferências ... Entretanto, o empregador pode determinar a ocupação do trabalhador dentro dos limites amplos das preferências deste e de opções alternativas de emprego.

Muitas tarefas são específicas a certas indústrias e, mesmo, a certas empresas. Frequentemente os indivíduos comparecem a uma firma em busca de trabalho em uma categoria (ou categorias) ocupacional definida de uma maneira muito ampla e vaga. O empregador (ou aquele que cuida de questões de pessoal) decide se o indivíduo deve ser contratado e qual o nível de seu cargo inicial na firma. Se o trabalhador permanecer na firma, essa decisão inicial irá determinar as oportunidades de promoção a ele nos anos seguintes. Além do mais, a gerência decidirá se tais promoções ocorrerão e em que periodicidade o trabalhador galgará as faixas promocionais. Assim, em muitos casos um conceito de atribuição ocupacional refletirá mais a realidade do que a idéia correntemente aceita da escolha ocupacional. As diferenças na distribuição ocupacional entre homens e mulheres pode até certo ponto refletir as decisões do empregador de excluir as mulheres de certas ocupações iniciais e das escalas de promoção associadas a elas, e/ou em promovê-las mais lentamente que os homens. Na verdade, a própria estrutura dos cargos tipicamente abertos às mulheres tende a refletir as percepções dos empregadores em relação às características médias das trabalhadoras. Ocupações predominantemente femininas podem ser caracterizadas por suas menores possibilidades de promoção, bem como por seus canais de entrada mais numerosos que as ocupações masculinas comparáveis — suscitando a reclamação conhecida de que as “ocupações femininas” são de antemão “sem futuro”.

Exogeneidade da qualidade dos trabalhadores. Os defensores da escola do capital humano freqüentemente parecem pressupor que a produtividade individual é determinada de forma única e exógena pelas características do trabalhador. Por outro lado, embora os defensores da hipótese da saturação reconheçam que as variações na produtividade entre homens e mulheres se devam às características do emprego, eles consideram a relação capital/trabalho como a causa subjacente a essas variações. A abordagem institucional chama a atenção para estes e outros fatores.

No modelo do mercado de trabalho interno, a produtividade do trabalhador é determinada em parte por suas características individuais mas são tratadas, principalmente, como uma função dos atributos de cada trabalhador, combinados com as características das ocupações e das firmas. O modelo sugere que uma gama de alternativas de igual custo estão abertas às firmas em termos de práticas de contratação, organização do trabalho e políticas salariais. Por exemplo, o nível de rotatividade no trabalho (e, portanto, a média de anos de experiência obtida pelos trabalhadores) em certas categorias ocupacionais específicas ou em algumas firmas, pode ser vista como o resultado de características pessoais dos trabalhadores, do nível salarial pago, das oportunidades de carreira oferecidas, das condições de trabalho e da qualidade da gerência. Da mesma forma, o nível de qualificação dos empregados pode estar relacionado com a existência e qualidade dos programas de treinamento. Além disso, a diligência e o esforço despendidos pelos trabalhadores no desempenho de suas tarefas podem estar associados com a estrutura de salários da firma e outras práticas de pessoal. Assim, a recusa em conceder acesso a certas categorias ocupacionais ou firmas, pode significar não apenas que certos trabalhadores — por exemplo, certas mulheres — recebam salários menores, mas também que sejam menos produtivos. Isso poderá implicar que a realocação de indivíduos de um ambiente de trabalho para outro altere sua produtividade e seu padrão salarial.

A análise do mercado de trabalho dual. Conforme observado anteriormente, a análise do mercado de trabalho dual tem consistido na principal aplicação do enfoque do mercado de trabalho interno ao conjunto de questões sobre salário e emprego analisadas neste artigo. A análise do mercado de trabalho dual postula que a existência de uma dicotomia entre o emprego "primário" e o "secundário" caracteriza a posição de

desvantagem no mercado de trabalho de grupos como o dos negros.⁸ Segundo algumas opiniões, essa análise também pode ser aplicada às mulheres.

O mercado de trabalho primário tem as características de um mercado de trabalho interno altamente desenvolvido. Conforme assinalado, o acesso a ele está restrito a poucos cargos de nível mais baixo; as escalas promocionais são longas; a estabilidade do trabalhador é encorajada por altos salários, oportunidades de progressão, boas condições de trabalho e cláusula de estabilidade no emprego. A administração dos regulamentos caracteriza-se pela adesão a princípio de equidade e mérito.

No outro extremo, o mercado de trabalho secundário aproxima-se mais de perto de um conjunto de "mercados não-estruturados". A distribuição ocupacional é caracterizada por numerosos postos de entrada; escalas para promoção são mínimas ou inexistentes; a estabilidade do trabalhador tende a ser desencorajada por baixos salários, poucas oportunidades de progressão, condições de trabalho precárias, e poucas garantias de estabilidade no emprego. A administração das normas de trabalho pode ser caracterizada por uma disciplina arbitrária e mesmo severa.

O desejado envolvimento de longo prazo entre trabalhadores e a firma no setor de trabalho primário faz com que os empregadores selecionem novos trabalhadores que tenham boas perspectivas de desempenho futuro, particularmente com respeito à estabilidade. Assim, a discriminação estatística (tanto quanto a discriminação pura, à la Becker) é vista como um fator que governa o acesso dos trabalhadores ao emprego primário.

De acordo com essa teoria, muitos candidatos a emprego que são excluídos nessa base, de fato possuem as características de comportamento exigidas para o acesso ao emprego no setor primário. Embora diferenças na produtividade (e/ou no custo do trabalho) possam ser responsáveis por uma parcela significativa da diferença nos salários entre esses indivíduos erroneamente excluídos e aqueles empregados no setor primário, tais diferenças se deveriam mais à forma como o trabalho é estruturado no secundário do que às características particulares desses indivíduos.

⁸ Para uma elucidação da análise do mercado de trabalho dual, ver, e. g., Doeringer e Piore, *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*; Michael J. Piore, "The Dual Labor Market: Theory and Implications", in David M. Gordon, ed., *Problems in Political Economy* (Lexington, Mass., D. C. Heath, 1971), pp. 90-94; e David M. Gordon, *Theories of Poverty and Underemployment* (Lexington, Mass., D. C. Heath, 1973).

É provável que haja uma proporção mais alta de mulheres do que de homens nas ocupações secundárias, e a análise do mercado de trabalho dual é útil para a compreensão das causas e consequências dessa distinção. Entretanto, essa abordagem não explica outras formas de segregação sexual que certamente existem em cada setor. Tampouco ela faz justiça à amplitude das características de ocupações predominantemente femininas, isto é, à variedade de especializações que ocorrem *dentro* do setor feminino. Além disso, contrastando com nossa formulação, pouco vale a pena explicar o tratamento diferencial dado a mulheres e homens *dentro* do setor primário, ou seja, dentro de mercados internos razoavelmente desenvolvidos. Seria necessário uma outra pesquisa empírica para determinar a importância relativa da distinção primário/secundário para o *status* da mulher no mercado de trabalho.

Uma avaliação do modelo de mercado de trabalho interno. Entre os economistas, uma certa controvérsia envolve a questão quanto a haver ou não, de fato, divergência entre os resultados alocativos e salariais do mercado de trabalho interno, um sistema de mercado competitivo, ou se os arranjos institucionais enfatizados pela análise do mercado de trabalho interno são meros acessórios que se sobrepõem, mas não alteram, os resultados previstos pelos modelos neoclássicos. Essa questão é sem dúvida de grande importância para os economistas, uma vez que a necessidade e a utilidade de uma abordagem institucional depende de sua solução. Embora este artigo não tenha examinado plenamente essa questão, ele demonstrou que um enfoque institucional pode auxiliar a explicar por que ocorrem a segregação sexual e as diferenças salariais.

Numa situação na qual o mercado simplesmente não está disponível, deve-se recorrer a outros tipos de arranjos. Assim, ao mesmo tempo que os arranjos do mercado de trabalho interno introduzem um certo grau de rigidez e inflexibilidade no processo de alocação de trabalho e determinação de salário, eles servem também para remover incertezas que dificultariam tanto as operações do dia-a-dia quanto as necessidades de planejamento de longo alcance da firma individual. Por exemplo, quando o componente de qualificações específico à firma necessário para o desempenho de uma tarefa é muito importante, cria-se uma situação de "monopólio bilateral". De um lado, o empregador adquire um certo poder de monopsonio, já que as qualificações do trabalhador específicas à firma não são transferíveis ou importantes para outras firmas. De outro lado, o trabalhador adquire certo poder de monopólio sobre sua ocupação, tendo

em vista não existir uma oferta de indivíduos com as mesmas qualificações disponíveis fora da firma (e talvez nem mesmo em outras fontes dentro da firma), sem um custo considerável.

O que ocorrerá em termos salariais numa situação é imprevisível dentro de certos limites. Assim, um sistema administrativo, apesar de sua rigidez, pode ser preferível tanto para empregadores quanto para empregados, ao invés da alternativa de discussões freqüentes sobre salários e condições de trabalho — um teste constante do poder de barganha relativo de cada parte. Da mesma forma, onde os trabalhadores não são facilmente substituíveis, os empregadores podem dar mais atenção a fatores como moral (no trabalho) e, portanto, estarem mais predispostos a aderir aos costumes e à tradição do local de trabalho.

Embora o mercado de trabalho interno possa ser relativamente eficiente em muitos aspectos de seu funcionamento, ele não é necessariamente racional no tratamento dado às mulheres e às minorias — nem tampouco parece produzir resultados socialmente satisfatórios para os referidos grupos.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, G. S. *The economics of discrimination*. Chicago University Press, 1957.

BERGMANN, B. R. The effect on white incomes of discrimination in employment. *Journal of Political Economy*, 79:294-313, mar./abr. 1971.

———. Occupational segregation, wages and profits: when employers discriminate by race or sex. *Eastern Economic Journal*, 1:103-10, abr./jul. 1974.

DOERINGER, Peter B., e PIORE, Michael J. *Internal labor market and manpower analysis*. Lexington, Mass., D. C. Heath, 1971.

DUNLOP, John T. The task of contemporary wage theory. In: TAYLOR, George W., e PIERSON, Frank S., eds. *New concepts in wage determination*. Nova York, McGraw-Hill, 1957.

- EDGEWORTH, F. Y. Equal pay to men and women for equal work. *Economic Journal* 32:431-57, set. 1922.
- FAWCETT, Millicent G. Equal pay for equal work. *Economic Journal*, 28:1-6, mar. 1918.
- GORDON, David M. *Theories of poverty and underemployment*. Lexington, Mass., D. C. Heath, 1971.
- KERR, Clark, The balkanization of labor market. In: *Labor mobility and economic opportunity*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1954.
- LIVERNASH, Robert E. The internal wage structure: In: TAYLOR, George W., e PIERSON, Frank C., eds. *New concepts in wage determination*. Nova York, McGraw-Hill, 1957.
- MADDEN, Janice F. *The economics of sex discrimination*. Lexington, Mass., Lexington Books, 1973.
- MINCER, Jacob, e POLACHECK, Solomon. Family investment in human capital: earnings of women. *Journal of Political Economy*, 82:76-111, mar./abr. 1974.
- PIORE, Michael J. The dual-labor market: theory and implications: In: GORDON, David, ed. *Problems of Political Economy*. Lexington, Mass., D. C. Heath, 1971.
- ROBINSON, Joan *The economics of imperfect competition*. 1933. [Reeditado em Nova York, St. Martin's Press, 1965.]
- SUTER, Larry E. Occupation, employment and lifetime work experience of women. Trabalho apresentado no Encontro da American Sociological Association, Nova York, ago. 1973.
- WACHTER, Michael L. Primary and secondary labor markets: a critique of the dual approach. In: OKUN, Arthur M., e PERY, George L., eds. *Brookings papers on economic activity*. Vol. 3. Washington, D. C., Brookings Institute, 1975.

A Discriminação Informal da Mão-de-Obra Feminina

MARINA FIGUEIRA DE MELLO *

1 – INTRODUÇÃO

A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro tem-se expandido consideravelmente ao longo das últimas décadas e particularmente no período mais recente. É interessante notar, no entanto, que o caráter segregacionista é a principal característica desta expansão, sendo que a segregação a que são submetidas as mulheres no mercado de trabalho tem profundas raízes históricas e culturais, além de graves consequências econômicas para o grupo.

De fato, o mercado de trabalho discrimina as mulheres principalmente como resultado da divisão sexual do trabalho social prevalescente em nossa sociedade. De uma maneira geral, as tarefas de esposa, mãe e dona-de-casa são vistas como sendo o papel social primordial da mulher, preponderando os deveres sociais domésticos sobre os profissionais. A ausência de instituições comunitárias em nosso país capazes de absorver o trabalho doméstico reservado às mulheres, particularmente a guarda de crianças pequenas, leva as mulheres que “trabalham fora” a assumir o que se convencionou chamar uma “dupla jornada de trabalho”, na qual o trabalho assalariado tem necessariamente um caráter secundário. Os empregadores temem, portanto, que as mulheres abandonem o mercado de trabalho por ocasião do casamento, ou nascimento dos filhos, ou mesmo que tenham sua assiduidade e pontualidade prejudicadas pelas necessidades domésticas. A elas é atribuído um grau maior de absenteísmo e rotatividade voluntária. Em resumo, os empregadores percebem o custo de contratação de uma mulher como sendo mais alto.

* Do Departamento de Economia da PUC-RJ.

O resultado desta percepção é o virtual afastamento das mulheres dos "empregos primários", conforme denominação de Doeringer e Piore (1971), para os quais deseja-se um ocupante estável e aos quais estão associadas boas condições de trabalho, salários relativamente elevados, maior segurança no emprego e perspectivas de carreira. Ficam reservados às mulheres os empregos secundários onde nenhuma destas vantagens se faz necessariamente presente.

Se os empregadores percebem o custo de contratação de uma mulher como sendo mais alto, o mesmo ocorrendo com o risco envolvido no investimento em treinamento específico da firma, preferem, por esse motivo, contratá-las para os empregos secundários, e querem pagar-lhes, mesmo nestes, um salário mais baixo devido aos custos de contratação imputados. As mulheres sofrem o que Doeringer e Piore denominaram "discriminação estatística", que acontece quando decisões que dizem respeito a indivíduos são tomadas com base na probabilidade do grupo. Esta discriminação tem como resultado natural a segregação ocupacional. A Consolidação das Leis do Trabalho proíbe que se paguem salários diferentes por trabalhos iguais. Os planos de classificação de cargos e salários das empresas também não admitem por força do costume a discriminação salarial. Para que os empregadores paguem às mulheres um salário compatível com o custo que lhes é imputado, estas devem ter cargos e ocupações diferentes das masculinas. Não queremos dizer com isto que a discriminação salarial inexistente e sim que é consideravelmente mais difícil de ser implementada.

A segregação ocupacional tem ainda outras raízes. Weisskoff (1972) levantou a hipótese de que a segregação ocupacional das mulheres tenha surgido em decorrência da própria natureza da divisão do trabalho doméstico. Dentro da família, os trabalhos dos homens e mulheres são complementares e não competitivos, caráter mantido através da segregação ocupacional.

Dentro da família costuma ser atribuído aos homens o papel preponderante e às mulheres o subordinado. Neste sentido é comum encontrar-se no mercado de trabalho mulheres em funções que preservam a natureza complementar e subordinada de seu papel doméstico. Além disto, o treinamento para o desempenho das tarefas domésticas é ministrado dentro do próprio lar. Assim, é comum também as mulheres desempenharem extradomesticamente as funções que desempenham a nível doméstico, já que para estas possuem treinamento e capacitação.

A segregação ocupacional se manifesta, em última análise, mediante a atribuição de um caráter "masculino" ou "feminino" à grande maioria dos postos de trabalho existentes na economia levando homens e mulheres a se oferecerem em mercados de trabalho distintos.

Entre 1976 e 1981 a Taxa de Atividade das mulheres brasileiras passou de 28,7 para 32,9 [FIBGE (1982, p. 147)]. No mercado de trabalho formal a percentagem de empregos ocupados por mulheres em 31 de dezembro passa de 24,1% [Ministério do Trabalho (1976)] em 1976 para 29,7% [Ministério do Trabalho (1981)] em 1981. Estes indicadores refletem o fenômeno da expansão do emprego feminino. A tabela a seguir mostra uma comparação entre as principais ocupações não-agrícolas de mulheres no período de 1950/80. Observa-se, em primeiro lugar, que as mulheres têm sido segregadas a umas poucas ocupações às quais está sabidamente associado um baixo perfil salarial. Não obstante, verifica-se ainda uma tendência à penetração das mulheres em outras ocupações em anos recentes. Estas informações parecem confirmar a hipótese de Weisskoff (1972) que sustenta que a expansão do emprego feminino, ao longo das últimas décadas, não se tem dado mediante o crescimento generalizado das oportunidades de emprego e sim da expansão na demanda por trabalhadores para aquelas ocupações tradicionalmente desempenhadas por mulheres. Isto através do surgimento de novas ocupações para as quais é socialmente atribuído um caráter feminino, mediante a troca do caráter sexual de algumas ocupações e menos freqüentemente da penetração das mulheres em ocupações anteriormente preenchidas quase que exclusivamente por homens.

O diferencial entre os salários médios percebidos por homens e mulheres no mercado de trabalho formal da economia brasileira era de 60% em 1976 [Ministério do Trabalho (1976)]. Este diferencial ainda era 60% em 1981 [Ministério do Trabalho (1981)], refletindo a existência de dois mercados de trabalho distintos [Camargo e Serrano (1983)].

Sabemos que a segregação ocupacional, oriunda da discriminação, tem um papel importante na depressão do salário feminino. O objetivo da análise que se segue é avaliar a existência do diferencial de salários masculino e feminino no primeiro emprego e ao longo do tempo de permanência como empregados de uma mesma firma. Se as mulheres são discriminadas na forma descrita anteriormente, então este fenômeno produziria efeitos já no primeiro emprego de homens e mulheres que seriam demandados para preencher postos de trabalho distintos. Em seu

Tabela 1

PRINCIPAIS OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS DE MULHERES

Ocupação	1950		1980	
	Porcentagem do emprego não-agrícola	Ordenação	Porcentagem do emprego não-agrícola	Ordenação**
Empregadas Domésticas	35,4	1	23,9	1
Costureiras e Bordadeiras	9,9	2	7,1	4
Tecelãs	9,5	3	0,7	"
Professoras Primárias e Secundárias	7,9	4	7,7	3
Lavadeiras e Passadeiras	6,0	5	2,7	7
Funções Burocráticas de Escritório	5,4	6	14,4	2
Balconistas	3,0	7	4,6	6
Entregadoras	1,7	8	1,00	"
Serventes	1,5	9	4,9	5
Enfermeiras e Fisioterapeutas	1,5	10	2,5	8
Outras	17,9		30,5	
TOTAL	100%		100%	

FONTE: FIBGE (1980) e Oliveira (1980).

*Não pertence mais ao grupo de principais ocupações.

**A nona e décima colocações em 1980 são para cozinheiras do Setor de Alojamento e Alimentação (1,76%) e comerciantes por conta própria (1,64%).

primeiro emprego, homens e mulheres são admitidos nos cargos iniciais de suas respectivas carreiras pelo salário a eles atribuído. O nível educacional, que juntamente com o sexo é freqüentemente considerado uma importante variável de seleção, também será levado em consideração. Se as mulheres de fato não têm acesso aos empregos primários da economia, a evolução de seu salário médio por tempo de serviço em uma mesma empresa tenderia a crescer menos rapidamente do que o salário masculino.

Nossa análise se baseia principalmente nos dados do Anuário do Trabalho do ano de 1976, publicado pelo Ministério do Trabalho, o qual foi elaborado a partir dos formulários RAIS — Relação Anual de Informações Sociais — preenchidos anualmente por todas as empresas inscritas no Cadastro Geral de Contribuintes, com informações sobre todos os seus empregados abrangendo contratos através da CLT e avulsos. Trata-se, portanto, de um cadastro de trabalhadores com um contrato *formal* de trabalho se constituindo sob este ponto de vista na elite da mão-de-obra brasileira e feminina em particular.

Antes de iniciarmos a análise do primeiro emprego e do tempo de serviço de homens e mulheres de forma comparativa, cabe aqui tecer algumas considerações sobre o estoque de trabalhadores detentores de um emprego formal conforme cadastrados pela RAIS¹ em 1976.

De uma maneira geral, a distribuição do emprego masculino e feminino é desequilibrada por sub-setores de atividade econômica refletindo diferentes padrões de absorção por sexo, ou melhor, diferentes composições de cargos masculinos e femininos. É importante notar também que o diferencial de salários tende a ser maior justamente nos sub-setores do Cadastro onde os salários médios pagos são os mais elevados, refletindo a estrutura de mercados de trabalho com segmentação dos postos de trabalho em primários/secundários. As mulheres são em média 3,4 anos mais moças que os homens empregados em 31-12-76 provavelmente devido à intensificação do trabalho feminino em anos recentes. A média global de anos de estudo para a população masculina era de 4,91 anos de estudo regular, enquanto que a feminina de 6,36 anos. A diferença entre as duas médias, de 1,45 anos a mais para as mulheres, provavelmente reflete o aumento da escolaridade da população de uma maneira geral, dado que as mulheres são, como vimos, mais moças e tem entrado no mercado de trabalho de forma mais intensa nos anos recentes; e, também, a maior dificuldade de obtenção de um emprego formal pelas mesmas.

A relação de 3,1 empregos masculinos para cada emprego feminino é praticamente mantida para todas as classes de tamanho de empresa, possivelmente como consequência do fato de que os diversos tamanhos de estabelecimento congregam empresas de diferentes setores de atividade eco-

¹ Para localização da fonte das informações, ver Figueira de Mello (1982).

nômica com diferentes padrões de absorção por sexo. O salário médio pago a homens e mulheres, no entanto, cresce à medida que o tamanho das empresas empregadoras aumenta.

2 — AS OPORTUNIDADES NO PRIMEIRO EMPREGO

Quando procuram emprego pela primeira vez, uma vez que não possuem nenhuma experiência anterior, os trabalhadores são distinguidos uns dos outros pela idade, escolaridade e outras variáveis sócio-econômicas consideradas relevantes para o preenchimento do cargo. Homens e mulheres são recrutados para seus respectivos postos de trabalho pelo salário a eles associado. Durante o ano de 1976, 1.808.280 empregaram-se pela primeira vez,² sendo que deste total 35,3% eram mulheres. A idade média dos homens que se empregaram pela primeira vez era 24,3 anos e das mulheres 23,9 (separando as duas médias uma diferença de meses a favor dos homens), não se podendo, portanto, afirmar que qualquer dos sexos entre mais cedo no mercado de trabalho formal.

O número médio de anos de estudo regular das mulheres que se empregaram pela primeira vez em 1976 era 5,4 anos, enquanto que o mesmo indicador masculino era 4,2 (separando as duas médias uma diferença de 1,2 ano de estudo regular). O desvio-padrão da distribuição masculina era 2,4 anos e da feminina 1,5 ano, o que mostra que a distribuição feminina era mais concentrada em torno de uma média mais alta. A Tabela II mostra a distribuição do salário das pessoas admitidas pela primeira vez por nível educacional e sexo.

Vemos que o diferencial de salários de 19% para o total dos primeiros empregos é muito menor do que o de 60% encontrado para o total dos empregos ocupados em 31-12-76. Isto mostra que a posição relativa das mulheres que entraram no mercado formal de trabalho naquele ano era melhor do que a do estoque de mulheres que ocupavam empregos em 31 de dezembro deste mesmo ano.

² O cadastro da RAIS utiliza como fato gerador do registro de primeiro emprego a inscrição do empregado no PIS/PASEP. Este fato gerador oferece algumas dificuldades uma vez que as pessoas que trabalhavam anteriormente no mercado informal são cadastradas como se estivessem se empregando pela primeira vez. Além disso, os empregados podem ter deixado de inscrever-se em empregos anteriores, embora devessem tê-lo feito.

TABELA II
SALÁRIO MÉDIO DAS PESSOAS ADMITIDAS PELA
PRIMEIRA VEZ, POR NÍVEL EDUCACIONAL
E SEXO — BRASIL — MSMP — 1976

	Número de Homens (1)	(%)	Número de Mulheres (2)	(%)	(1) ÷ (2)	Salário Médio Masculino (3)	Salário Médio Feminino (4)	Diferencial de Salários (3) ÷ (4) (%)
TOTAL*	1.129.818	99,9	616.015	99,9	1,8	1,68	1,41	19
Analfabetos	37.550	3,3	12.627	2,0	3,0	1,41	1,25	13
Alfabetização elementar	108.581	9,6	28.312	4,6	3,8	1,41	1,18	19
1.ª a 4.ª série incompleta	319.891	28,3	113.315	18,4	2,8	1,45	1,22	18
4.ª série completa	343.578	30,4	189.614	32,4	1,7	1,46	1,27	15
5.ª a 8.ª série incompleta	143.852	12,7	87.311	14,2	1,6	1,40	1,25	12
1.º grau completo	70.257	6,2	62.865	7,0	1,1	1,65	1,43	15
2.º grau incompleto	44.451	3,9	43.407	7,0	1,0	1,75	1,46	19
2.º grau completo	32.670	2,9	43.109	7,0	0,7	3,15	1,85	70
Superior incompleto	13.018	1,2	14.033	2,3	0,9	0,04	2,47	63
Superior completo	15.980	1,4	11.422	1,8	1,4	10,95	4,58	139

FONTE: Ministério do Trabalho (1976, p. 848).

Obs.: MSMP = maior salário mínimo do país, ponderado pelo número de meses que vigorou.

* Exclui não declarados. As porcentagens não somam 100% devido a arredondamentos.

É possível que, uma vez transcorrido algum tempo na força de trabalho, a posição relativa da mulher se deteriore em função das diferenças nos cargos exercidos por homens e mulheres. Se as carreiras femininas tiverem uma escala promocional mais achatada, o diferencial de salários registrados por ocasião do primeiro emprego tenderá a ampliar-se. É possível ainda que as mulheres que estejam entrando no mercado de trabalho formal nos últimos anos venham encontrando condições mais favoráveis de acesso a salários e carreiras.

É muito interessante notar, no entanto, que o diferencial médio de 19% é praticamente mantido para todos os níveis educacionais abaixo do 2.º grau completo. A partir deste nível, o diferencial de salários do primeiro emprego aumenta muito, chegando a alcançar 139% para a classe com nível superior completo.

A partir do 2.º grau completo, o fenômeno da diferenciação dos empregados por tipo de treinamento prévio, educacional, aparece. Assim, se o treinamento adquirido por homens e mulheres for de natureza distinta, seus primeiros empregos serão obtidos em diferentes segmentos do mercado, segundo as normas para fixação de salários vigentes em cada segmento. De fato, existe uma concentração maior de mulheres em alguns cursos profissionalizantes e superiores e uma concentração maior de homens em outros.

Sabemos que para muitos dos cursos primordialmente femininos, Serviço Social, Comunicação, Pedagogia, Letras, Biblioteconomia, etc., não só o salário pago pelo mercado é relativamente baixo como nestas profissões não há sequer oportunidades de emprego. Muitas das mulheres diplomadas nestas categorias trabalham fora de sua profissão em outras atividades para as quais exista uma demanda no mercado. Esta aparente irracionalidade na composição do perfil da oferta de mão-de-obra feminina está, como vimos, condicionada pelas mesmas componentes sociais que determinam o caráter sexual das ocupações existentes na economia. De fato, freqüentemente as mulheres adquirem capacitação para preencher cargos considerados femininos, o que mostra como a divisão sexual do trabalho social opera no mercado de trabalho condicionando simultaneamente os fatores determinantes da oferta e demanda por trabalhadores.

Não é outra senão esta a razão da existência de um diferencial de salários no primeiro emprego em todos os níveis educacionais, inclusive na classe dos analfabetos. É possível levantar-se a hipótese de que o diferencial de salários do primeiro emprego seja menor do que o encon-

trado para o estoque de empregos, tendo em vista que as mulheres não permanecem por longos períodos contínuos na força-de-trabalho, permitindo que sua posição relativa se deteriore. Analisaremos, em seguida, a evolução dos salários médios de forma comparativa para homens e mulheres com um mesmo tempo de serviço na empresa.

3 — AS OPORTUNIDADES DE ASCENSÃO PROFISSIONAL

A evolução do salário médio, controlado por tempo de serviço na empresa, depende naturalmente da existência das possibilidades de ascensão profissional dentro das firmas do denominado setor primário do mercado de trabalho. Se as mulheres do mercado formal não têm acesso aos empregos primários, seus salários se manterão inalterados com o aumento de seu tempo de serviço na empresa ou, então, tenderão a crescer menos que os salários masculinos, se elas estiverem atreladas a carreiras com escalas promocionais mais achatadas. A Tabela III mostra a evolução dos salários masculino e feminino por diferentes classes de tempo de serviço na mesma empresa.

Vemos que, à medida que nos deslocamos das classes de tempo de serviço mais baixas para as mais altas, o número de empregos ocupados por homens cresce em relação ao número daqueles ocupados por mulheres. Nas faixas até cinco anos de casa, a relação supramencionada é menor que a média, passando a ser maior nas classes subseqüentes. É justamente na faixa que vai até cinco anos de casa que se concentram 81,9% dos empregos ocupados por homens e 86,9% dos ocupados por mulheres. O tempo de serviço médio masculino era 3,5 anos e o feminino 2,8 anos em 31-12-76.

O diferencial de salários para as classes de tempo de serviço com menos de um ano é muito maior do que os 19% encontrados por ocasião do primeiro emprego. Isto se deve ao fato de que ao longo do ano alguns empregados que já faziam parte da força de trabalho trocaram de emprego. O diferencial de salários é crescente até a faixa que vai de cinco a 10 anos de casa e posteriormente diminui até a última classe, quando volta a aumentar. Nesta última classe estão um número muito reduzido de pessoas (menos de 0,1% dos homens e das mulheres) com tempo de serviço suficiente para a aposentadoria e, conseqüentemente, não serão

TABELA III

NUMERO * DE EMPREGOS OCUPADOS EM 31-12-1976 E SALÁRIOS
MEDIOS ** DAS PESSOAS EMPREGADAS POR CLASSES DE
TEMPO DE SERVIÇO NO EMPREGO E SEXO
— BRASIL —

	Número de Homens (1)	Número de Mulheres (2)	(1) ÷ (2)	Salário Médio Masculino (3)	Taxa de Crescimento (%)	Salário Médio Feminino (4)	Taxa de Crescimento (%)	Diferencial de Salários (3) ÷ (4) (%)
TOTAL*	7.080.028	2.229.797	3,2	3,23	—	2,02	—	60
Menos de 3 meses	691.113	189.581	3,6	2,36	—	1,63	—	45
3 a 6 meses	850.361	268.662	3,2	2,24	-2	1,55	-5	44
6 a 12 meses	1.284.816	451.776	2,8	2,37	+6	1,60	+3	48
1 a 2 anos	1.373.983	492.598	2,8	2,75	+16	1,76	+10	56
2 a 5 anos	1.615.203	534.941	3,0	3,51	+28	2,14	+21	64
5 a 10 anos	725.710	189.459	3,8	4,94	+41	2,81	+31	76
10 a 15 anos	242.668	48.661	5,0	5,95	+20	3,46	+23	72
15 a 20 anos	137.157	23.882	5,7	6,75	+13	3,85	+11	75
20 a 25 anos	88.607	15.892	5,6	6,41	-5	3,96	+3	62
25 a 30 anos	54.279	10.131	5,3	6,40	0	4,04	+2	58
30 a 35 anos	25.907	3.214	8,1	6,80	+6	5,18	+28	31
Maís de 35 anos	9.079	760	11,9	7,77	+14	4,58	-11	70

FONTE: Ministério do Trabalho (1976).

* A soma das parcelas é ligeiramente diferente do total devido a arredondamentos. Inclui apenas os setores Indústria, Comércio e Serviços e exclui salários e tempo de serviço não declarados.

** Para o cálculo do salário médio da mesma classe de tempo de serviço, multiplica-se o número de pessoas ocupadas em cada faixa de salário pelos pontos médios por faixas de salário publicadas na RAIS — Tabulações Preliminares e divide-se o somatório destes valores pelo número total de pessoas empregadas na classe de tempo de serviço correspondente.

considerados em nossa análise. Entre a primeira e a última classe (exclui mais de 35 anos), o salário masculino cresce 188% e o feminino 217%. O diferencial, entretanto, nunca chega a ser menor do que 30%. Aos dados da Tabela III foram ajustadas retas, pelo método dos mínimos quadrados, com os seguintes resultados.³

	Estatística T
intercepto = 1,2680	3,3275
Homens	
inclinação = 0,5517	10,6555
	$R^2 = 0.9191$
	Estatística T
intercepto = 0,7971	3,6131
Mulheres	
inclinação = 0,3461	11,5552
	$R^2 = 0.9302$

Estes resultados nos permitem afirmar que não só os salários médios masculino e feminino são menores para uma mesma classe de tempo de serviço quanto crescem menos à medida que nos deslocamos das classes mais baixas para as classes mais altas. É provável que a mulheres tenham menos acesso aos empregos primários, para os quais a promoção se dá principalmente com base no tempo de serviço. Uma concentração maior de mulheres nos empregos secundários é perfeitamente compatível com os dados apresentados. De fato, podemos concluir que o mercado de trabalho retribui de forma diferenciada por sexo, a estabilidade no emprego.

4 — CONCLUSÕES

Analizamos neste trabalho a existência de um diferencial de salários masculino e feminino por ocasião do primeiro emprego e para um mesmo tempo de permanência na força de trabalho. Vimos que, já em seus pri-

³ Convém lembrar que os dados utilizados neste trabalho não se referem a uma amostra da população trabalhadora no mercado formal e sim a seu universo.

meiros empregos, as mulheres são recrutadas para cargos cujo rendimento é inferior ao de seus equivalentes masculinos. Este fenômeno é particularmente marcante quando considerados aqueles trabalhadores cuja posição relativa de entrada na força de trabalho é mais vantajosa, ou seja, aqueles que têm o segundo grau ou cursos superiores completos.

Vimos ainda como o mercado de trabalho retribui de forma diferenciada por sexo o tempo de permanência na força de trabalho. Sabemos que a mão-de-obra feminina tem sido segregada a algumas poucas ocupações às quais está associado um baixo perfil salarial. Esta segregação é o resultado de uma divisão sexual do trabalho social que fez recair sobre as mulheres considerável parte do serviço doméstico. Esta divisão faz com que o trabalho feminino fora do lar assuma, diante da sociedade, um caráter secundário e determina, em última análise, quais os postos de trabalho na economia que devem ser preferencialmente preenchidos por homens e quais por mulheres. Tal divisão determina também em grande parte o rol de ocupações para as quais as mulheres procurarão adquirir capacitação produzindo efeitos tanto do lado da demanda como do lado da oferta de mão-de-obra feminina.

A discriminação mensurada por diferenças nos rendimentos do trabalho é tanto maior quanto maior o espaço econômico para sua implementação. De fato, quanto mais desenvolvido o mercado interno das firmas que operam no mercado primário, maior a diferença sexual nos ganhos salariais. Dos empregos primários, para os quais se requer um ocupante estável, as mulheres estão praticamente excluídas, pois, mesmo quando trabalham em empresas do mercado primário, a elas ficam reservados os empregos secundários oferecidos pela organização. Este fenômeno está em grande parte refletido no fato de que os salários médios femininos não crescem na mesma velocidade que os masculinos, à medida que se aumenta o tempo de serviço no emprego.

BIBLIOGRAFIA

- CAMARGO, J. M., e SERRANO, F. Os dois mercados: homens e mulheres na indústria brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 37 (4), out./dez. 1983.
- DOERINGER, Peter B., e PIORE, Michael J. *Internal labor market and manpower analysis*. Lexington, Mass., D. C. Heath, 1971.

- FIGUEIRA DE MELLO, M. *Uma análise da participação feminina no mercado de trabalho no Brasil*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC/RJ, ago. 1982.
- OLIVEIRA, D. A. R. *Labor supply and employment in Belo Horizonte*. Tese Doutoral, Universidade de Londres, maio 1980.
- WEISSKOFF, F. B. Women's place in the labor market. *American Economic Review*, maio 1972.
- FIBGE. *Censo Demográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1980.
- . *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1982.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Anuário do Trabalho*. Brasília, 1976.
- . *RAIS — Relação Anual de Informações Sociais*. Brasília, 1981.

Trabalho Feminino e Mercado Informal: Algumas Considerações

JACQUELINE PITANGUY *

LEILA LINHARES BARSTED **

1 — CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Discutir a inserção da mulher no mercado informal requer algumas considerações sobre este "continente submerso" que, no Brasil, ocupa parcela significativa de mão-de-obra rural e urbana e que, segundo projeções recentes, deverá crescer, caso se mantenha a atual política econômica restritiva.¹

Há um dissenso na conceituação do mercado informal de trabalho, do ponto de vista teórico. De um lado, situam-se trabalhos que adotam uma perspectiva dualista ao definir aquele mercado por oposição ao formal. Nesse ótica, ambos coexistiriam paralelamente, definindo-se por processos produtivos distintos e gerando efeitos diversos na economia. Outros estudos, que não endossam a perspectiva dualista, caracterizam o setor informal como forma de sobrevivência pré-capitalista, em bolsões não ocupados pelo capitalismo, tanto a nível do trabalho urbano, quanto rural. A discussão é antiga, particularmente no que diz respeito à caracterização de certas relações de trabalho na área rural, tais como a parceria, o arrendamento, entre outras.

Apesar dessa polêmica, há um relativo consenso quanto à definição dos indicadores sociais de trabalho informal que seriam, basicamente: nível

* Do CNPq/Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana.

** Do Instituto de Ação Cultural (IDAC).

1 Segundo dados do documento "Cenários para a Economia Brasileira", elaborado pelo BNDES, para o período de 1984/90, a manutenção de uma política restritiva levará a que o contingente de trabalhadores no mercado informal, por ele avaliado em 24 milhões, suba para 26 milhões em 1990, ou seja, um acréscimo de 7,1 milhões em relação a 1980.

salarial, posição na ocupação, intermitência na ocupação, ausência de vínculos empregatícios legais e conseqüentes benefícios sociais, dificuldades de acesso ao crédito e subsídios, inexistência de vínculo sindical, etc.

O dimensionamento do trabalho informal depende do tipo de indicador utilizado. Assim, tomando-se por base apenas o nível salarial "até um salário mínimo", chega-se a que 31% da PEA estaria, potencialmente, no mercado informal. Já a utilização do indicador "contribuição previdenciária" eleva esta proporção para 42% da PEA.² Foge aos objetivos deste artigo um dimensionamento exaustivo da magnitude deste mercado de trabalho. Do ponto de vista teórico, à guisa de um posicionamento preliminar, consideramos que o referido setor deve ser entendido dentro da lógica de reprodução do capitalismo: ele se constitui em uma das múltiplas estratégias para a reprodução do capital, desempenhando, particularmente nos países subdesenvolvidos, um relevante papel no seu processo de acumulação.

Por outro lado, no caso do Brasil, em vista da dinâmica de um desemprego crescente, do aviltamento dos salários, da inexistência do seguro-desemprego e outras carências assistenciais por parte do Estado, a inserção no mercado informal constitui, para os trabalhadores, uma de suas estratégias de sobrevivência. Portanto, é na junção das estratégias de reprodução do capital e do trabalho que este fenômeno encontra a sua lógica. Cabe, no entanto, ressaltar que, embora atendendo à dinâmica da relação capital/trabalho, é o primeiro que estabelece os parâmetros e se apropria dos efeitos desse mercado.

Assim é que, na ótica do capital, as empresas do setor formal frequentemente se utilizam do informal na realização de sua produção, eximindo-se, por esse expediente, de custos de produção, tais como obrigações sociais, impostos, assalariamento legal, energia, desgaste dos meios de produção, novos investimentos, etc. Estabelece-se uma inter-relação entre setor formal e informal, a nível da produção, determinada pela estratégia de acumulação do setor produtivo formal. Contudo, esta inter-relação não se limita à esfera produtiva, estando também presente na comercialização, onde são freqüentemente utilizados canais informais de circulação. Desta forma, ao vender certas mercadorias por unidade, ou ao fugir dos custos que se

² Fonte: FIBGE (1980).

agregam à mercadoria comercializada pelos canais legais,³ o setor informal torna acessíveis, sobretudo ao mercado consumidor de baixa renda, determinados produtos.

Na perspectiva do trabalhador, a inserção no mercado informal obedece a estratégias distintas de sobrevivência.

O aviltamento dos salários leva o trabalhador a não obter, com sua inserção apenas no mercado formal, o suficiente para a sua sobrevivência. Dependendo de sua situação familiar, e na impossibilidade de contar com rendimentos de outros membros da família, um mesmo trabalhador complementa sua renda unindo o trabalho formal com o informal. Essa combinação assume, por vezes, a forma de "bicos", tornando o seu esforço físico um moto-contínuo, sem descanso. Por outro lado, o mercado informal aparece, num quadro de recessão e desemprego, como uma forma exclusiva de sobrevivência e não apenas complementar. Levando em conta a existência real de um desemprego crônico, esse mercado é a única resposta que surge quando se questiona como sobrevive uma grande parcela da população excluída do setor formal.

Por outro lado, em uma sociedade onde o trabalho legal no setor formal não dá ao trabalhador garantia de permanência ou amparo, nas situações de desemprego e velhice o trabalho informal é, em muitos casos, um "extra" usado dentro de uma visão prospectiva para cobrir uma função social não garantida pelo emprego e não exercida pelo Estado. Dentro dessa lógica, combinar trabalho no mercado formal com o informal funciona como uma espécie de "seguro-velhice", "seguro-desemprego" ou mesmo "seguro de vida" para o trabalhador. A esse respeito, é importante destacar o esforço dos trabalhadores em garantir, através do trabalho quase ininterrupto, a compra da casa própria ou de um pequeno lote urbano ou rural. A propriedade, nesses casos, significa a garantia de parte de sua sobrevivência ou de sua família, na sua falta.⁴

As estratégias dos trabalhadores trazem à tona o fato de que, ao contrário do que se supõe, não há grandes diferenças de qualificação nos

³ Um caso típico é a venda de cigarros por unidade; proliferam, também, no Brasil, as formas de comercialização informal através de camelôs, ambulantes, vendas a domicílio, entre outras.

⁴ Em pesquisa feita junto a um grupo de ferroviários, no Rio de Janeiro, este tipo de estratégia da compra da casa própria como "seguro de vida" e proteção da família estava presente, quer enquanto projeto a ser buscado, quer como uma realização conseguida a duras penas. Ver, a esse respeito, Barsted (1980).

mercados formal e informal, sendo potencialmente possível que os referidos trabalhadores transitem nos dois setores.⁶ Na realidade, frequentemente são as relações de trabalho, mais do que o tipo de atividade propriamente, o elemento decisivo na classificação do trabalho em termos de formal ou informal. Isto significa que, se em setores como os de bens de capital ou nas chamadas indústrias de ponta, o tipo de produto determina, em grande medida, as condições de produção, em outros o mesmo não acontece, necessariamente. Em nossa economia é significativa a produção manufatureira pelo setor informal, seja no caso da microempresa familiar ou no do trabalho a domicílio por peças, atendendo ao setor formal.⁶ O que ocorre é que a mão-de-obra no mercado informal é menos remunerada, sendo ideologicamente depreciada e superexplorada, porque não protegida legalmente. Contudo, a existência de diferenciações entre os mercados formal e informal, quanto aos indicadores consensuais, não deve ocultar as diferenciações dentro do próprio mercado informal.

Neste artigo procuramos destacar, como indicador de diferenciação, o dado "sexo", no sentido de perceber de que maneira a força de trabalho feminina, tradicionalmente reconhecida como discriminada no setor formal, insere-se na economia informal. O significado e as consequências dessa inserção têm sido muito pouco estudados e devem ser objeto de análises mais frequentes daqueles que, mesmo se não preocupados com o trabalho feminino, buscam entender a magnitude e os efeitos do mercado informal, onde as mulheres constituem um contingente expressivo.⁷ Há poucas oportunidades de trabalho para as mulheres no setor formal e nada indica que haja uma reversão nesta tendência. Buscamos, também, levantar algumas questões relativas à inserção delas no mercado de trabalho informal. Tais questões têm como ponto de partida a identificação das diferentes estratégias que orientam essa inserção, seu significado e os efeitos produzidos sobre esse contingente de trabalhadores.

⁶ Em seu interessante estudo sobre o processo de trabalho e a acumulação do capital, Braverman (1979) chama atenção para o fenômeno da desqualificação da mão-de-obra, própria da atual etapa do avanço tecnológico, onde a introdução de processos produtivos altamente mecanizados retira do trabalhador a possibilidade de adquirir e exercer habilidades.

⁶ A Fundação Getúlio Vargas (1982) estima que 1/4 da PEA urbana alocada no mercado informal situa-se no setor de transformação. "Setor informal: origens, características e dimensões", mimeo.

⁷ Se tomarmos como indicador o nível salarial, 42% da PEA feminina ganha até um salário mínimo. Deve-se ainda ressaltar que, no total dos trabalhadores que recebem até 1/4 de salário, 60% são mulheres.

2 — MULHER E MERCADO DE TRABALHO INFORMAL

I

É importante chamar atenção para o fato de que a categoria "sexo", na abordagem aqui adotada, não constitui um fator que simplesmente se agrega ao fator trabalho, mas, sim, um elemento que institui práticas e representações sobre o mesmo.

A categoria mulher, ao articular-se com a categoria trabalho, redefine-a, incorporando tanto estratégias de acumulação do capital quanto de sobrevivência das trabalhadoras, mediadas pela ideologia de sexo. Tal incorporação se traduz em um redimensionamento do conceito de trabalho que é, a partir daí, menos valorizado socialmente. Neste sentido, mulher e trabalho configuram um campo próprio, onde a lógica do sistema produtivo e as características históricas do processo de trabalho adquirem feições particulares. O binômio mulher/trabalho tem, portanto, especificidades e, por isso, coloca questões que ultrapassam as análises meramente econômicas.

O que especifica, caracteriza e delimita o trabalho feminino, como campo particular, é o fato de que nesse trabalho estão traduzidas determinadas relações sociais, estabelecidas tanto a partir de variáveis econômicas quanto culturais.

O sistema produtivo incorpora não apenas mão-de-obra mas, também, a representação cultural desta mão-de-obra; no caso do trabalho feminino, esta representação expressa uma concepção de domesticidade que aparece claramente nos dados censitários, onde a prevalência da mão-de-obra feminina se verifica em atividades voltadas para "cuidar", "ensinar", "servir", "atender", "limpar", "costurar" ..., compatíveis com a identidade social do feminino. Tal domesticidade confere ao trabalho feminino uma opacidade que se manifesta de formas diversas: ora este trabalho é tratado como "complemento" ou "ajuda" ao trabalho masculino, ocultando-se a sua dimensão enquanto esforço físico e enquanto rendimento necessário à reprodução do grupo familiar;⁸ ora é tratado enquanto uma extensão

⁸ O trabalho de Garcia, Heredia e Garcia (1984), dentre outros, discute a caracterização, a nível das representações, das categorias "ajuda" e "trabalho" em relação a homens e mulheres na área rural.

"natural" das habilidades domésticas, negando-se a ele a produção de um valor social;⁹ ora é de tal forma englobado no trabalho familiar que "desaparece" enquanto esforço individual concreto.¹⁰

A divisão sexual do trabalho, enquanto construção sócio-cultural, ao mesmo tempo que responde às necessidades do processo produtivo, atende, também, à reprodução da sujeição do feminino ao masculino.¹¹

A atribuição de determinadas características físicas e emocionais ao sexo feminino, no sentido de adequá-lo ao trabalho doméstico ("inadequado" aos homens), ou de justificar o seu menor prestígio e remuneração no mercado de trabalho, tem desempenhado um importante papel no processo de acumulação do capital. Assim é que, desde o início da Revolução Industrial, as mulheres (e os menores), além de compartilharem com os homens as terríveis condições de trabalho vigentes, sofreram, ainda, uma superexploração advinda das diferenças salariais. Uma das principais justificativas para esta superexploração (que permanece ainda hoje) era a de que as mulheres tinham, ou deveriam ter, quem as sustentasse.¹²

O econômico e o cultural articulam-se na definição de esferas de trabalho diversas para homens e mulheres, bem como na atribuição de prestígio e remuneração diferenciados, de acesso desigual aos direitos, etc. Articulam-se não só a nível das práticas concretas, como também fundamentalmente no nível do imaginário, onde as representações de fronteiras entre trabalho feminino e masculino são, muitas vezes, mais rígidas do que a nível do real.

⁹ Nesse caso estão inseridas as trabalhadoras a domicílio que executam trabalhos como cozinhar, costurar, passar, etc.

¹⁰ Um caso específico é a situação das "trabalhadoras familiares não remuneradas", situação típica do trabalho rural feminino que, em 1976, segundo o PNAD, compreendia 50,4% de trabalhadoras sem nenhuma remuneração.

¹¹ A antropologia, especialmente o trabalho de Mead (1971), demonstra como a divisão de trabalho se apóia em critérios sociais e não biológicos. Assim, se em certas sociedades a colheita é feita pelos homens, em outras pode ser uma atividade feminina. Trata-se, de fato, de papéis sexuais/sociais que incorporam a valorização cultural do masculino e do feminino.

¹² No Brasil, segundo dados da FIBGE (1980), 60% da PEA feminina não ultrapassam a faixa de rendimentos de 1 a 1 1/2 salário mínimo, enquanto esta proporção, no tocante à PEA masculina, é de 40%.

II

A opacidade do trabalho da mulher pode ser relativizada, por vezes, através de indicadores sociais como a carteira assinada e o acesso a direitos previdenciários. Esses instrumentos legais estão presentes quando as mulheres executam seu trabalho no mercado formal. Neste setor, esta invisibilidade cede um certo espaço para a transparência das relações sociais de trabalho e para o valor gerado.¹³

Em se tratando do mercado de trabalho informal, a representação sobre o trabalho feminino reforça e é reforçada pelo fato de que este não tem parâmetros de comprovação legitimados. Dentro do "continente submerso" encerra-se um outro "continente", onde a articulação da instância ideológica, com a ausência efetiva de indicadores quantitativos, atua no sentido de configurar espaços ainda menos visíveis. Assim, se no mercado formal, apesar das estratégias culturais e econômicas de negação, ocultamento e ilegitimidade do trabalho feminino, é possível para as mulheres definirem uma identidade de trabalhadoras, no mercado informal essa identidade encontra-se, ainda, mais esfacelada e diluída e o que prevalece é a identidade de "dona-de-casa", caracterizada por aquele "trabalho que não é trabalho".

A classificação das mulheres na PEA depende da sua representação sobre o seu papel principal. Estando trabalhando apenas no mercado formal, ou tão-somente no informal, ou ainda combinando trabalho formal e informal, as mulheres são sempre as principais responsáveis pelas tarefas domésticas. Essa multiplicidade de campos de atuação é sintetizada pelo papel que a cultura lhes atribui e elas reafirmam como principal: dona-de-casa. Ao não se posicionar criticamente diante desta questão, o Censo subestima a participação feminina no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que superestima o contingente de "donas-de-casa", conceituado como "inativo".¹⁴

¹³ No caso das empregadas domésticas com carteira assinada e direitos previdenciários, esta transparência se apresenta ao nível das relações de trabalho mas não ao nível do produto deste.

¹⁴ Enquanto a identidade sexual masculina é definida pelo trabalho, a mulher tem dificuldades em estabelecer fronteiras que delimitem sua individualidade fixando a demarcação entre si mesma e o mundo. A identidade feminina se constrói num processo onde há pouca diferenciação entre os diversos papéis de sua vida, que a todo instante se confundem sendo, por isso, comum às mulheres se representarem de forma fragmentada. A mulher é "um pouco de tudo". Para uma discussão sobre a construção da identidade feminina, ver o capítulo "Tornar-se mulher", Grupo Ceres (1981).

De um modo geral, as mulheres se inserem no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que desempenham outros papéis sociais. Na realidade, o espaço do trabalho externo sempre foi também ocupado pelas mulheres. A compartimentalização entre espaço público de produção e espaço privado do consumo encobre o dado da realidade das mulheres que a todo tempo compatibilizam trabalho doméstico e trabalho produtivo. É desta imbricação entre família e trabalho que o capital se apropria tornando as mulheres sua força de trabalho mais pobre, incorporada principalmente no setor informal, realizando a custo ainda menor o processo de acumulação. Exemplo clássico da apropriação pelo setor produtivo desta imbricação entre família e trabalho feminino é a organização do processo de trabalho nas indústrias têxtil e de confecções.

No final do século passado e nas primeiras décadas deste, a mão-de-obra feminina era o grande contingente ocupado neste que era o principal setor da indústria de transformação.¹⁵ Uma série de fatores como a diversificação do nosso parque industrial, o advento de uma legislação protecionista em relação às mulheres e aos menores (1932), o processo migratório rural/urbano, dentre outros, concorreram para o deslocamento da mulher com a conseqüente incorporação de mais mão-de-obra masculina no setor. Este deslocamento ocorreu através de dois tipos de movimentos: por um lado, na medida em que o espaço fabril foi sendo ocupado pelo homem, a mulher passa a desempenhar as tarefas menos valorizadas da produção.¹⁶ Por outro, ela é efetivamente desligada do "interior" da fábrica, mantendo, no entanto, seus vínculos com este setor de produção através do trabalho a domicílio, informal.

Como chamam a atenção Ribeiro, Teixeira *et alii* (1983), "a indústria de vestuário apropria-se da esfera doméstica mediante a incorporação de uma técnica e de um instrumento de trabalho utilizado pelas mulheres enquanto produtoras de valores de uso para a unidade familiar". A sua máquina de costura e a sua casa passam a ser uma "extensão" do espaço fabril, atendendo, ambos, às necessidades do capital. É possível, nesse sentido, levantar a hipótese de uma expressiva subestimação da participação feminina na indústria de transformação, na medida em que os instrumentos de aferição ainda são inadequados para classificar a incorporação informal deste contingente no citado setor.

¹⁵ Ainda hoje, as mulheres constituem 87% da mão-de-obra das indústrias domiciliares têxteis e 77% na de vestuário, conforme o Censo de 1980.

¹⁶ A esse respeito, ver Pena (1981).

A apropriação do trabalho feminino se dá, também, na esfera da comercialização. É grande o contingente de mulheres envolvidas no processo de circulação informal de mercadorias que, ao liberar o produto de impostos e obrigações sociais, permite a manutenção de um mercado consumidor em situação de crise.¹⁷ Como já foi bastante discutido na literatura sobre mulher e trabalho, é o setor terciário o principal incorporador da mão-de-obra feminina informal urbana. Neste caso, as características de domesticidade do seu trabalho são acentuadas, tornando-o ainda mais "natural", opaco e desvalorizado.¹⁸

A inserção da mulher como mão-de-obra rural tem acompanhado o mesmo processo de expulsão sofrido pelos trabalhadores rurais em seu conjunto, que os leva a buscar o trabalho volante, como "bóias-frias", na impossibilidade de serem absorvidos no mercado com vínculos empregatícios legais. Neste setor produtivo, é grande a participação das mulheres tanto como assalariadas no mercado informal rural, como na condição de "trabalhadoras familiares" não remuneradas. A magnitude dessa mão-de-obra é ainda menos conhecida.¹⁹

III

As estratégias de sobrevivência acionadas pelas mulheres, ao se incorporarem ao setor informal, têm como ponto de partida a percepção e a vivência de características do espaço social e do espaço doméstico, mediadas pela ideologia de sexo.

No social, elas se deparam com um mercado de trabalho formal seletivo, instável e incapaz de absorver a força-de-trabalho do País, bem como com a inexistência de apoio institucional, seja privado ou público. No doméstico, duas tendências diversas produzem efeitos semelhantes: por

¹⁷ É interessante chamar atenção para a proliferação de canais femininos de circulação de mercadorias onde tanto a vendedora como a consumidora são mulheres. Exemplos clássicos são os "produtos de beleza", de vestuário e alimentícios.

¹⁸ Nas últimas quatro décadas, a participação do subsetor Prestação de Serviços na PEA total feminina tem sido a de maior peso relativo, oscilando sempre em torno de 30%. Em 1980, o subgrupo Ocupações Domésticas Remuneradas compreendia 95% de mulheres mantendo-se, deste modo, o padrão de feminização de trabalhos relacionados com atividades domésticas.

¹⁹ Segundo dados do PNAD de 1978, 87% das trabalhadoras rurais que declararam receber algum tipo de rendimento, percebiam, no máximo, até um salário mínimo. Em todo o País, do total dessas trabalhadoras, cerca de 61% ganhavam a metade de um salário mínimo, em 1978.

um lado, o salário do homem mostra-se insuficiente para prover as necessidades básicas da família, levando as mulheres a se incorporarem, sob as mais diversas condições, ao mercado de trabalho, principalmente dentro de relações informais, ao mesmo tempo em que continuam a assumir o esforço doméstico. Por outro lado, o homem não é, na sociedade brasileira, um elemento constante na família, na medida em que, ao realizar "migrações" espaciais e afetivas freqüentes, ele não incorpora os filhos, percorrendo trajetórias mais individualizadas do que as das mulheres.

Assim, pode-se dizer que a família brasileira, em especial a de baixa renda, em grande medida é matrilinear, e que a trajetória de vida das mulheres é sobretudo familiar, estejam elas inseridas ou não no mercado de trabalho, façam ou não, também, "migrações" afetivas.²⁰

Na sua trajetória familiar, a compatibilização entre maternidade e trabalho coloca-se para as mulheres que não contam, em sua expressiva maioria, com apoio institucional para o cuidado das crianças, como uma exigência fundamental. Observa-se, desta forma, uma queda da participação feminina na PEA nas faixas etárias onde é mais recorrente a reprodução.²¹ Tendo em vista as necessidades do consumo familiar, elas não deixam de trabalhar, voltando-se para o mercado informal, de livre entrada e flexível quanto à distribuição de horas trabalhadas e, em muitos casos, à proximidade do lar.

Devemos assinalar que todas essas percepções e vivências, que orientam as estratégias das mulheres, levam-nas a assumirem experiências de trabalho diversas que se consubstanciam em atividades aprendidas num processo informal de educação. Mesmo levando em conta o fato de que, nos níveis básico e médio de instrução formal, as mulheres são qualitativamente mais representativas que os homens,²² não é, necessariamente, esse nível de aprendizado que elas incorporam nas suas atividades no mercado informal. Neste setor, a socialização nas atividades ditas "femininas" surge

²⁰ Tem sido constatado o aumento de mulheres chefes de família que assumem, sozinhas, os encargos familiares. Ver a esse respeito UNICEF/Fundação Carlos Chagas (1982).

²¹ É a chamada "curva do camelo", indicando uma participação maior até os 25 anos, com um posterior afastamento e novo ingresso, se bem que em menor proporção, a partir dos 35 anos.

²² As séries históricas do Censo mostram que as mulheres têm nível de escolaridade maior que o dos homens; no entanto, há um aviltamento da mão-de-obra feminina, na medida em que ela é incorporada no mercado de trabalho em funções menos qualificadas, defasadas em relação ao seu nível de instrução. Ver, a esse respeito, Pitanguy, Lewin e Romani (1977).

como o componente indispensável na execução de seu trabalho e na imbricação deste com a representação do que é "ser mulher", sempre remetida à família.

A compatibilização realizada pelas mulheres entre trabalho e família tem conseqüências diversas: de um lado, significa um desgaste maior da força-de-trabalho feminina, acentuado no mercado informal, onde a jornada não obedece aos limites legais de 40 horas semanais; de outro, contraditoriamente, a subutilização de sua jornada em atividades intermitentes e instáveis faz com que as mulheres se submetam a salários menores, desvalorizando, dessa forma, o preço de sua mão-de-obra e acentuando o aviltamento geral dos salários nos setores onde sua participação é marcante.

Outra conseqüência diz respeito às suas possibilidades subjetivas e objetivas de se incorporarem às atividades políticas. O efeito da superexploração é, muitas vezes, a alienação do trabalhador das organizações sindicais e políticas partidárias. Esse efeito é, particularmente, percebido em relação à mão-de-obra feminina. Na sua grande maioria, as mulheres não se relacionam com as instituições públicas. Esta relação é via de regra mediada pelo homem, a quem o Estado reconhece como interlocutor principal, atribuindo-lhe o papel de "chefe" ou "cabeça" da família. O efeito dessa diminuição de cidadania feminina é evidente quando, estando no informal, inexistente a sua vinculação compulsória com o Estado.²³

Elas deixam, assim, de exercer sua cidadania e de lutar por seus direitos a nível político partidário e sindical, principalmente se estiverem no mercado informal, onde não se beneficiam de conquistas trabalhistas legais. Portanto, os efeitos da não participação nas esferas citadas concorrem para o esvaziamento do poder de pressão social da força-de-trabalho feminina. Entretanto, tal fato não significa que a domesticidade gere apenas efeitos negativos, alienantes, posto que as mulheres são bastante ativas no tocante às reivindicações mais próximas às necessidades da família. Tal comportamento explica a sua presença marcante em espaços sociais como "clubes de mães", associações de moradores, movimentos contra a carestia, etc.

As considerações aqui desenvolvidas pretendem indicar a necessidade da realização de mais estudos sobre o trabalho feminino no mercado informal, particularmente sobre os efeitos deste mercado na acentuação da

²³ As trabalhadoras rurais casadas são impedidas por lei de gozarem do direito de aposentadoria, uma vez que, havendo um "chefe de família", o Estado as exclui desse benefício.

"invisibilidade" do trabalho da mulher. Isto porque este "inexiste" enquanto possibilidade de gerar benefícios previdenciários, "inexiste" enquanto reconhecimento sindical, "inexiste" legalmente e "inexiste" ao nível das representações sociais. Por conseguinte, torna-se imprescindível desvendar essa invisibilidade trazendo à tona o fato de que o trabalho feminino no informal produz valor. A visibilidade deste trabalho, ao nível das análises sociais, deve ser destacada através do aperfeiçoamento de instrumentos de aferição adequados que possam medir a real magnitude do mesmo, afirmando a sua transparência para além das representações.

BIBLIOGRAFIA

- BARSTED, Leila. *Os ossos do ofício*. Relatório Final de Pesquisa, mimeo. Rio de Janeiro, FINEP/FIOCRUZ, 1980.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- FIBGE. *Censo Demográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1980.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Setor informal: origens, características e dimensões*. Mimeo. Rio de Janeiro, jul. 1982.
- GARCIA, A. R., HEREDIA, B. A., e GARCIA, M. F. A organização do tempo de atividades domésticas e não-domésticas de mulheres camponesas. *Mulheres na Força de Trabalho na América*. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.
- CERES. *Espelho de Vênus: identidade social e sexual da mulher*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MEAD, Margaret. *Macho e fêmea*. Rio de Janeiro, Vozes, 1971.
- PENA, Valéria J. *Mulheres e trabalhadoras*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PITANGUY, Jacqueline, LEWIN, H., e ROMANI, C. M. *Mão-de-obra no Brasil: um inventário crítico*. Rio de Janeiro, Vozes, 1977.
- RIBEIRO, Ana Clara, TEIXEIRA, Amélia R., et alii. O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio. *Mulher, Mulheres*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Ed. Cortez, 1983.
- UNICEF/FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Sociedade, Estado e trabalho feminino*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Trabalho Feminino: de Olho na Literatura *

CYNTHIA SARTI **

1 — INTRODUÇÃO

O trabalho feminino, antes mera variável, simples capítulo em estudos gerais, constitui-se em objeto de estudo quando se desvenda uma divisão sexual do trabalho própria da sociedade capitalista. Tal descobrimento se deve particularmente à emergência do movimento feminista, importante marco simbólico para a existência de estudos sobre a mulher. O foco da análise convergiu não apenas para a ausência da mulher no espaço da produção, mas sobretudo para as diferenças qualitativas na forma de participação do homem e da mulher na atividade econômica.

A idéia de que a raiz da subordinação da mulher está na sua exclusão do mundo produtivo era o próprio fundamento do feminismo, tanto em sua versão liberal (Betty Friedan, Germaine Greer), como naquela de inspiração marxista (Juliet Mitchell, Margareth Benston), constituindo uma referência importante para tornar o trabalho feminino um problema teórico. As possibilidades e limites da incorporação da mulher no mercado de trabalho tornaram-se problema fundamental a ser pesquisado. Em parte significativa da literatura no Brasil, entretanto, argumenta-se que as condições e oportunidades do mercado local fazem do trabalho um novo espaço de opressão para a mulher.

Herança da tradição marxista, o feminismo no Brasil considerava a trabalhadora a principal agente de transformação da condição feminina. Ela se constituía no alvo central da ação de grande parte de seus grupos até fins da última década, prioridade fundamentada na noção de dupla opressão (de sexo e de classe) vivenciada pela mesma. Isto contribuiu

* Este artigo é resultado de um levantamento bibliográfico dos estudos sobre a mulher no Brasil, feito na Fundação Carlos Chagas, em colaboração com Albertina de Oliveira Costa e Carmen Barroso. A elas agradeço pelas sugestões e comentários.

** Da Fundação Carlos Chagas.

para que o interesse pela pesquisa sobre a mulher convergisse para o tema do trabalho.

Num momento em que tais estudos, precariamente constituídos, precisavam legitimar seu lugar, a questão do trabalho foi uma via de acesso importante. No início dos anos 70, quando surgiram os primeiros estudos sobre a condição feminina no Brasil, a análise da produção na sociedade capitalista era um tema de particular prestígio, com legitimidade garantida na academia.

Hoje, o trabalho feminino é assunto relativamente bem conhecido, já que, com o terreno desbravado, a grande quantidade de informação acumulada nos últimos anos serviu para consolidar um fértil campo de estudos.

2 — OS LIMITES DO ECONÔMICO: A PRIMEIRA GERAÇÃO

A constituição deste campo de estudos no Brasil teve como problema central a incorporação do trabalho feminino no contexto de país capitalista em desenvolvimento. As primeiras análises ressaltaram o impacto negativo da industrialização sobre a mão-de-obra feminina (Saffiotti, 1976 e 1981), acentuando sua condição desfavorável em relação à masculina e sua exclusão do mercado de trabalho, explicada por seu papel de exército industrial de reserva (Blay, 1978). De inspiração sobretudo marxista, estas pesquisas focalizaram exclusivamente a ótica da produção, tentando encaixar a nova temática numa abordagem já assegurada. Analisando a inserção da mulher no mercado de trabalho, a partir da forma de inserção masculina, não viram suas particularidades.

Houve inicialmente uma resistência, ou mesmo uma crítica enfática, à idéia de que o lugar que a mulher ocupa na sociedade está determinado por seu papel na família¹ e de que a sua exclusão do mercado de trabalho se devia a razões de ordem cultural (Boserup, 1970). Os estudos buscavam retraduzir a noção de opressão feminina, partindo da análise da estrutura de classes na sociedade capitalista, e articular classe e sexo, quase sempre em detrimento das especificidades deste último.

Em grande parte destas análises enfatizou-se excessivamente o impacto do desenvolvimento das forças produtivas sobre o trabalho feminino,

¹ Como foi o caso de Rodrigues (1979).

associado à incorporação da mão-de-obra feminina no desenvolvimento; ou estancamento, da atividade econômica capitalista. Deixaram-se de lado, assim, outras dimensões importantes do trabalho feminino remunerado, relacionadas sobretudo ao papel reprodutivo da mulher.²

3 — A MULHER NA CIDADE

Instaura-se no Brasil uma discussão, que polemiza a afirmação de que o desenvolvimento das forças produtivas liberou a mulher, permitindo sua participação no mercado de trabalho.

Blay (1978), através de estudo comparativo, mostra que, com o advento da industrialização em países não desenvolvidos, houve uma redução do número de mulheres que trabalham. Atribui este fato à inelasticidade do mercado que, oferecendo poucos lugares de trabalho remunerado, mantém a mulher em sua condição desigual, a fim de evitar que ela pressione o mercado já saturado. Discordando da teoria de que obstáculos culturais tenham inibido o trabalho feminino, conclui que, como força industrial de reserva, a mulher não decide se vai ou não trabalhar, mas é impelida ou impedida de fazê-lo, idéia central em sua análise. Apesar de sua inestimável contribuição em fornecer dados empíricos sobre a discriminação da mulher no mercado de trabalho, não esclarece, em termos teóricos, por que a categoria sexo feminino é genericamente identificada com o conceito de exército industrial de reserva. Nem se demonstra no que consiste a particularidade da sujeição feminina.

² Várias questões aqui mencionadas foram sugeridas pela leitura do ensaio de Aguiar (1984a), sobre a mulher na força de trabalho, e de resenha anterior, feita por Pena (1980).

A partir da crítica à ênfase no determinismo tecnológico, Aguiar faz uma revisão da bibliografia sobre a incorporação das mulheres na indústria e na agricultura. Critica a aplicação generalizada do modelo clássico, segundo o qual há uma diminuição da participação econômica feminina no início da industrialização, pela destruição das atividades agrícolas e artesanais, e uma reintegração posterior, possibilitada pelo desenvolvimento industrial, em face dos casos heterodoxos que o modelo não permite apreender (Aguiar, 1984a).

Também Stolcke (1983) chama a atenção para as variações regionais nas formas e efeitos do desenvolvimento capitalista, salientando que nenhum modelo unilinear da transição capitalista dará conta dessa diversidade.

Foi Saffiotti a primeira a sugerir a utilização do conceito de exército de reserva (suprimindo o "industrial", pela baixa absorção da mão-de-obra feminina pelo setor secundário),³ amplamente utilizado em sua forma clássica para explicar a não inserção da mulher no mercado de trabalho, inclusive com um certo abuso. O conceito foi de tal modo estendido, compreendendo uma tamanha complexidade de situações, que seu emprego tornou-se redundante, particularmente para a descrição dos deslocamentos das mulheres no interior do aparato produtivo (Aguiar, 1984a).

Saffiotti (1976), abrindo trilhas fundamentais para a interpretação do trabalho feminino, incorporou em sua análise a noção de mística feminina. Como construção ideológica da natureza feminina (dócil, doméstica), esta mística que envolve a mulher é concebida pelo capitalismo para manter parte da população marginalizada da esfera produtiva, marginalização que funciona como um fator de equilíbrio de uma sociedade cuja estrutura econômica restringe cada vez mais a mão-de-obra em proporção aos outros fatores de produção. A noção de mística feminina articula-se com a de exército de reserva e, conjugadas, fundamentam em linhas gerais sua análise.

Rica em demonstrar as condições desfavoráveis do trabalho feminino, relegado em sua maioria aos setores não-capitalistas, sobretudo à prestação de serviços pessoais, a análise de Saffiotti sobre o uso que faz o capital da força de trabalho da mulher peca pela excessiva ênfase à inevitabilidade da opressão feminina para o capital. Para ela, a exclusão da mulher do setor hegemônico da economia é um dado estrutural do capitalismo. Não fica suficientemente esclarecido por que esta forma particular de opressão — do *sexo feminino* — é tão essencial ao capital, inerente à sua lógica.

A exclusão da mulher do mercado de trabalho, seu uso como força de reserva, deve-se, para Saffiotti, ao papel que ela ocupa na família, que considera como um "bolsão pré-capitalista". Isto porque na família dominam relações de produção domésticas, derivadas do modo de produção doméstico, não organizadas de maneira capitalista, isto é, contratual.⁴

³ A crítica a essa supressão foi feita por Pena (1980), argumentando que o conceito, "tal como elaborado por Marx, referia-se à superpopulação relativa, criada pelo capital e não incorporada produtivamente. O fato de o setor industrial no Brasil não integrar toda a oferta de mão-de-obra (...) apenas demonstra a riqueza do conceito e reflete a situação classicamente pensada por Marx".

⁴ A crítica aos pressupostos teóricos do trabalho de Saffiotti está em Pena (1980 e 1981). As idéias aqui mencionadas foram comentadas mais detalhadamente em trabalho anterior de Sarti (1980).

Analisando a família com as mesmas categorias que regem as relações de produção, a autora não a diferencia destas. Saffiotti parece ter ido longe demais em sua tentativa de tudo explicar pelo marxismo, "esticando-o" para além de seus propósitos (usando expressão de Pena), no caso de examinar a inserção da mulher na família, seu trabalho doméstico e seu papel na reprodução.

Ainda dentro de um quadro de referências marxistas, teve peso considerável na literatura sobre o trabalho feminino a análise da condição da mulher a partir de seu papel na reprodução da força de trabalho.⁶ Essa vertente encontrou vários adeptos, dando origem às primeiras discussões sobre o trabalho doméstico no Brasil, tendo sido inaugurada, com perspectivas distintas, por Moraes (1976), Oliveira (1976a e 1976b) e Saffiotti (1976). O trabalho de Moraes está entre os primeiros publicados no País em clara defesa do feminismo e do trabalho como condição de libertação da mulher, enquanto os de Oliveira têm o objetivo político explícito de alertar contra os "perigos" de um suposto feminismo que torna inimigos homem e mulher, correndo o risco de quebrar a unidade da família operária, "uma forma de defesa contra a exploração capitalista".

O argumento comumente usado parte das diferentes funções da família, conforme a classe social. Afirma que o lugar da mulher operária na família e na sociedade está determinado pelas necessidades de reprodução da força de trabalho, ditadas pelo capital. Para atendê-las, existe uma divisão sexual do trabalho dentro da família operária, onde a mulher produz valores de uso (o trabalho doméstico), e o homem, valor, através do trabalho assalariado, criando condições para a existência do trabalhador, força de trabalho potencial.⁷

Para Oliveira, a especial combinação interna à família do trabalhador de venda de força de trabalho com produção doméstica de valores de uso serve ao capital pela possibilidade de pagar à força de trabalho salários

⁶ Durham (1980) salienta, analogamente, que foi a análise do processo de reprodução da força de trabalho que fez reaparecer a instituição familiar no quadro das investigações sobre o modo de produção capitalista.

⁷ Saffiotti desenvolve raciocínio semelhante, com a diferença de que, para ela, o trabalho da mulher (doméstico) produz a mercadoria força de trabalho (1976, p. 49), enquanto o argumento mais corrente na literatura é que este trabalho produz valores de uso, necessários à reprodução do trabalhador e sua família. Vale lembrar que a capacidade reprodutiva da mulher produz fisicamente trabalhadores, o que é diferente de força de trabalho, cuja produção e reprodução é resultado do movimento do capital (Brisolla, 1982).

mais baixos que seu próprio custo de reprodução (1976a). Diz ainda que, "mesmo quando recrutada para a força de trabalho, a mulher operária não deixa nunca de produzir valores de uso domésticos" (1976b).

Interessa salientar por enquanto que, seguindo este raciocínio, na família (mero instrumento do capital) a divisão sexual do trabalho ocupa um lugar estanque, parte de uma lógica irreversível, pelo menos enquanto houver capitalismo. Mas ele não esclarece qual é essa lógica interna ao capital que impõe às mulheres, e não aos homens, o trabalho doméstico. Se este trabalho serve a todos, por que sua realização cabe irremediavelmente às mulheres?

4 — A MULHER NO CAMPO

A preocupação com a incorporação da mão-de-obra feminina ao processo de desenvolvimento capitalista, no contexto brasileiro, teve ainda como desdobramento uma linha de pesquisas que focalizou a penetração do capitalismo no campo e suas consequências para o trabalho feminino.

Os estudos alertam, acima de tudo, para o fato fundamental de que a participação da mulher na agricultura tende a ser subestimada pelos censos demográficos, pela própria natureza do trabalho rural, onde as atividades produtivas e domésticas se combinam facilmente, e podem ser confundidas (Madeira e Singer, 1975, Aguiar, 1984b).

As dificuldades de se trabalhar com dados gerais, pelas falhas constatadas em sua coleta, talvez ajudem a explicar a inexistência de estudos sobre o impacto do desenvolvimento da agricultura sobre o trabalho feminino para o Brasil como um todo, que apontem tendências gerais e possibilitem explicações abrangentes.

Ao contrário da análise de Stolcke (1983) sobre a América Latina, salientando que os estudos sobre o efeito da capitalização da agricultura constitui o corpo mais extenso e consistente de pesquisas sobre o trabalho da mulher, a análise sobre o trabalho feminino na zona rural, no Brasil, caracterizou-se geralmente por estudos pontuais, em diferentes regiões do País, com perspectivas diversas e sob aspectos distintos, revelando muita heterogeneidade, o que torna problemática qualquer tentativa de generalização.

Os estudos sobre a mulher no campo concentram-se, de forma geral, na passagem da economia de base familiar para o assalariamento da mão-de-obra individual. Levam, segundo Spindel, à constatação empírica de que a penetração do capital na economia rural na América Latina, inclusive no Brasil, não foi acompanhada de um processo de assalariamento generalizado. Coexistem relações de trabalho capitalistas com formas de organização da produção, nas quais o pressuposto básico do capitalismo — a relação capital/trabalho — não aparece claramente delineada (especialmente no que se refere ao trabalho feminino).

As formas concretas que resultam do processo de adequação da economia rural latino-americana às exigências do capital são específicas, altamente diversificadas e multiformes (Spindel, 1984).

No que diz respeito ao trabalho da mulher, salienta-se a desvantagem relativa sofrida por esta com o impacto da industrialização sobre o trabalho rural, que a privou de formas de organização da produção, onde tinha um papel importante: a produção familiar.

Para Ferrante e Saffiotti (1983), a agricultura capitalista jamais oferecerá à mulher os níveis de emprego correspondentes à sua atividade na economia de subsistência. Em São Paulo, segundo as autoras, a porcentagem de mulheres no trabalho agrícola é a menor do País, dado o avanço da capitalização deste setor na região. O efeito sobre a mulher é empurrá-la para o papel de dona-de-casa, mantendo-a como força de reserva. O advento do capitalismo em seu ponto de vista dá-se em condições extremamente adversas às mulheres, que são marginalizadas da produção (Araújo e Paulillo, 1978).

Outras pesquisas caminham no sentido de afirmar a presença da mulher no trabalho agrícola, em especial por seu papel na unidade de produção familiar. Loureiro (1984) e Spindel (1982) mostram que a pequena produção familiar, mesmo em São Paulo, continua a exercer papel importante na economia agrária, incorporando-se aí o trabalho da mulher. Os estudos em geral mostram que, com a intensificação da participação da mulher na agricultura, acentua-se sua exploração. Lavinas (1984) observa que este aumento de participação se traduziu em uma "tripla jornada" representada pelo trabalho doméstico, trabalho na lavoura familiar e trabalho assalariado, tendência que se manifesta nas unidades produtivas cuja reprodução está ameaçada, ou seja, na pequena

produção familiar, em intenso processo de capitalização. Afirma ainda que a mulher tende a ser excluída, no caso da pequena produção empresarial, enquanto o homem preserva seu papel de produtor direto. No estudo de Eigenheer (1982), feito no Vale do Jequitinhonha, onde a migração periódica é intensa, o papel feminino se revela determinante para a preservação do grupo enquanto pequeno produtor, sendo a mulher o elo mais forte entre a família e a terra. Em caso de necessidade de migração, serão as filhas as empregadas domésticas na cidade.

Oliveira (1984) chama a atenção para o fato de que, no regime de colonato e parceria (ou mesmo no caso dos pequenos proprietários ou arrendatários), onde a mão-de-obra era contratada por unidade familiar, não existiam oportunidades de trabalho para a mulher na zona rural, pois sua participação era subordinada à masculina. A individualização da força de trabalho, a partir dos anos 60, através do assalariamento ou da migração para a cidade permite, em sua opinião, a participação da mulher, ainda que estenda suas horas de trabalho, pela superposição entre trabalho doméstico e assalariado. Entretanto, Stolcke (1982) constata, em pesquisa numa fazenda de café no Estado de São Paulo, que a necessidade de vender a força de trabalho individualmente aos fazendeiros levou a uma desintegração a nível pessoal e coletivo, sem que se tenham modificado os pressupostos da divisão sexual do trabalho na organização familiar. O resultado foi uma superexploração da mulher e a desmoralização do homem, que deixou de cumprir seu papel de provedor.

Analisando as relações sociais no interior da unidade doméstica entre pequenos produtores no Nordeste, García *et alii* (1984) confirmam uma clara divisão sexual do trabalho, onde a casa é o lugar da mulher e o roçado (parcela arrendada para cultivo de subsistência) do homem, sendo todo o contato com o exterior feito por este. Eigenheer observa que, embora o discurso reitere a separação dos espaços, na prática há uma fluidez em sua demarcação, respondendo às necessidades do grupo familiar.

As pesquisas revelam, de modo geral, uma valorização acentuada do espaço da casa pelas mulheres. As atividades domésticas conferem-lhes autoridade dentro da família e as mulheres dificilmente querem abrir mão de sua posição no grupo doméstico (Stolcke, Eigenheer). A condição de assalariamento não implica necessariamente mudanças nas relações familiares, no que diz respeito aos papéis sexuais (Fukui, 1975 e Blay, 1976).

5 — TRABALHO FEMININO E FAMÍLIA

As pesquisas sobre o trabalho feminino tomam novo rumo quando o problema central torna-se a articulação do espaço produtivo capitalista com a família, enquanto esfera de reprodução (implicando procriação e trabalho doméstico). Parece-me que, a partir desta perspectiva, o objeto passa a ser visto em sua particularidade e complexidade. Caminhou-se no sentido de romper a dicotomia entre produção e família, pensando que cada um destes espaços, mesmo quando exclui o outro (às vezes coincidem), pressupõe sua existência necessariamente. A combinação das duas instâncias — produção e reprodução — é essencial à reprodução do sistema social. Essa complementaridade, que ao mesmo tempo exclui relação de contrários, só se evidenciou com a análise do trabalho feminino. Este se encontra no limiar das duas esferas. Por mais separadas que estejam pelas relações de trabalho capitalistas, para a mulher a vivência do trabalho implica *sempre* a combinação de ambas, seja pela freqüente superposição ou pelo entrosamento. Por isso, é tão importante analiticamente esta articulação para a compreensão do trabalho feminino.

No seminário "A Mulher na Força de Trabalho na América Latina" realizado em 1978 no IUPERJ, este marco teórico foi considerado indispensável para captação e explicação do trabalho da mulher. Enfatizou-se a relevância de se "situar a mulher no grupo familiar, inserido necessariamente em uma classe social, definida no contexto de um determinado modo de produção. No âmbito da unidade doméstica, a família desenvolve forçosamente determinadas estratégias de sobrevivência, que se articulam de formas distintas não só conforme a etapa do ciclo vital familiar (casamento, filhos na primeira infância, filhos adultos), como também de acordo com sua localização na estrutura de classes. Assim, o trabalho da mulher assume características e implicações diversas, segundo essas variáveis" (Abreu *et alii*, 1978).

A literatura recente sobre o tema tem demonstrado claramente que a participação da mulher no mercado de trabalho resulta dos diferentes arranjos possíveis para compatibilizar o trabalho produtivo com suas responsabilidades reprodutivas. No caso do homem, o trabalho se exerce independente de outros fatores, exceto, evidentemente, as variações na conjuntura econômica. O trabalho feminino, ao contrário, é uma variável dependente de várias outras, particularmente as relacionadas a características demográficas da família: situação conjugal, ter ou não ter filhos, idade dos filhos, etc., ou ainda o nível educacional. Pesquisas no Brasil

mostram que, quanto mais alto o nível educacional, maior a participação da mulher no mercado de trabalho (Miranda, 1975). Salientam-se também os limites da mobilidade feminina através da formação educacional, uma vez que as mulheres ocupam lugares deixados em aberto pelo contingente masculino no mercado de trabalho (Lewin, 1980).

Segundo Brisolla (1982), não se observa no Brasil a curva em U típica dos países industrializados com relação aos ciclos "de vida útil" das mulheres. A taxa de participação delas começa a cair aos 30 anos (enquanto para os homens o declínio se inicia aos 40 anos) e a "taxa de retorno" à atividade econômica, depois que os filhos crescem, é bem reduzida no Brasil, o que é confirmado por Bruschini (1984). Segundo esta, a mulher deixa o mercado de trabalho ainda antes, aos 25 anos.

Análises mais específicas de casos concretos mostram os arranjos possíveis. No caso da família operária, existe a transferência do papel de mãe e dona-de-casa para outras mulheres, em geral a filha mais velha (Rodrigues, 1978). O fator determinante para que a mulher trabalhe deixa de ser, neste caso, a idade do filho menor, como é o caso dos países altamente industrializados, mas a da filha maior, que a substituirá, liberando-a para o trabalho, mesmo com filhos pequenos. Eigenheer mostra também que no caso da trabalhadora rural o peso do trabalho doméstico recai geralmente sobre as filhas, ainda meninas, enquanto a mãe, e mesmo as filhas mais velhas, trabalham fora de casa.

São esses arranjos, entre outros, como a empregada doméstica para a mulher de classe média, que podem explicar o considerável aumento de mulheres casadas na força de trabalho no período 1970/77 (passaram de 26,8 para 41,3% das mulheres ativas), conforme Bruschini (1979). Segundo essa autora, o que comumente se observa é que a mulher entra e sai do mercado de trabalho conforme suas possibilidades de articular sua atividade produtiva com a vida familiar; concentra-se em apenas algumas profissões, as "profissões femininas", sobretudo no setor informal; e, quando tem a mesma ocupação que o homem, cumprindo as mesmas funções, com a mesma qualificação e dedicação, recebe menor salário (Brisolla, 1982).

A forma particular de inserção da mulher no mercado de trabalho deu origem a vários estudos específicos que procuram dar conta da heterogeneidade de ocupações que a absorvem e, sobretudo, dar visibilidade a um trabalho nem sempre reconhecido como tal.

Para compreender o trabalho feminino, suas características peculiares levaram à necessidade de ir além das relações de mercado. Pesquisas apon-

tam para a importância de repensar a própria categoria de trabalho na sociedade capitalista, que não inclui as atividades domésticas, forma privilegiada de ocupação feminina, porque estas se realizam num espaço não-mercantil, a casa (Jelin, 1976 e 1980, Bruschini e Rosemberg, 1982, Bruschini e Madeira, 1983).

Segundo Jelin (1976), é fundamental considerar as atividades domésticas quando se analisa o trabalho feminino, tanto pela importância da produção doméstica (produção de valores de uso), no conjunto da atividade produtiva, quanto pelo predomínio quase absoluto de mulheres nestas atividades. Somente a partir desta consideração, pode-se entrar na análise da participação feminina na economia de mercado e ter condições de compará-la com a masculina. Pelo mesmo caminho vão os trabalhos de Madeira (1978).

Aguiar (1984) sugere a especificação do contexto doméstico como um espaço de trabalho destacando as seguintes categorias de atividade que se realizam neste âmbito: trabalho doméstico, trabalho a domicílio, emprego doméstico e indústria caseira. Esta metodologia, considerando a casa na estrutura produtiva, permite situar as atividades do grupo doméstico como um todo e, assim, sanar o sexismo presente nas estatísticas sobre a participação feminina na força de trabalho, que não leva em conta as atividades não diretamente produtivas, por viés nem sempre do questionário, mas do próprio informante, dono da casa.

Formas de trabalho que têm a casa como espaço de sua realização despertaram vivo interesse na literatura sobre o trabalho feminino. O emprego doméstico foi analisado em diferentes perspectivas, acentuando-se particularmente a especificidade da relação patroa-empregada, a visão de mundo destas trabalhadoras e seu lugar social (Almeida, 1982, Farias, 1983, Motta, 1977 e 1981 e Saffiotti, 1978). O problema racial que envolve as empregadas domésticas, negras em sua maioria, foi enfocado por Roland (1983).

As pesquisas sobre trabalho a domicílio revelam como se dá essa forma específica de exploração do trabalho feminino (Abreu, 1980, Elias e Teixeira, 1982, Chinelli *et alii*, 1983 e Spindel, 1983). E, ainda, estudos sobre representação de trabalhadoras deixam claro que o trabalho, como todas as dimensões da vida da mulher, está referido subjetivamente ao espaço doméstico e familiar (Rodrigues, 1978 e Pereira, 1981).

Análises que consideram o trabalho da mulher em casa ou no espaço do bairro levaram à formulação de uma organização do tempo própria à mulher, diferente da noção de tempo que rege a produção capitalista

(Britto e Machado Neto, 1982, Caldeira, 1984 e Sarti, 1983). Na tentativa de fazer aparecer um trabalho invisível e desconsiderado, as pesquisas de orçamento-tempo vieram mostrar a diversidade das atividades domésticas realizadas pelas mulheres (Farias, 1982 e Figueiredo, 1983), mesmo com a presença de empregadas domésticas (Bruschini, 1983). O trabalho de Machado Neto (1984), feito em Salvador, trouxe à luz o fenômeno quase sempre escondido e disfarçado do trabalho de crianças e adolescentes do sexo feminino em geral vinculado às atividades domésticas e essencial para a sobrevivência do grupo doméstico.

Em um dos poucos estudos históricos sobre o trabalho feminino, Pena (1981) focaliza a presença da mulher na industrialização do País (no período 1850/1950), analisando o processo inicial de incorporação maciça da força de trabalho feminina e sua posterior retração, na perspectiva da articulação entre capitalismo e patriarcalismo, este último entendido como "relações sociais de reprodução organizadas na família, que designam à mulher o trabalho reprodutivo". Sua pesquisa mostra como a identidade da mulher à maternidade e à reprodução desenhou o movimento de seu trabalho, fazendo com que ela experimente o capitalismo de uma forma qualitativamente diferente da masculina.

Stolcke (1980), fazendo uma revisão crítica do pensamento marxista sobre a emancipação da mulher, questiona a idéia de que sua subordinação se deva à sua exclusão do mundo produtivo. Enfatiza as precárias condições de trabalho da mulher, explorada enquanto sexo e classe, e afirma que a subordinação das mulheres nas sociedades de classe é produto de seu papel fundamental de reprodução das relações sociais de classe, o que requer o controle de sua sexualidade, através do casamento.

A literatura que tem como objetivo a família urbana mostrou que o trabalho feminino, como também acontece na zona rural, faz parte de uma estratégia familiar de sobrevivência (Bilac, 1978 e 1983 e Fausto Neto, 1982). Essas pesquisas deixaram claro que o emprego assalariado é insuficiente para manter o trabalhador e sua família. Sua sobrevivência, dentro de padrões de consumo constantemente redefinidos, vai depender das possibilidades de jogar com a mão-de-obra disponível entre atividades remuneradas e trabalho doméstico, procurando assegurar um determinado nível de consumo.

Dentro dessa linha de pesquisas, Woortman (1983) muda os rumos da discussão quando faz a crítica das análises sobre o chamado setor informal, que o definem apenas como uma alternativa ao desemprego, mostrando que a participação nesse setor constitui uma alternativa vantajosa

para o trabalhador, uma estratégia não necessariamente de sobrevivência, mas de acumulação: "o que pretendemos é focalizar a família trabalhadora como organizadora de uma estratégia de combinação entre o trabalho assalariado ('formal') e outras modalidades de atividade econômica ('informal')". É necessário ainda, segundo ele, produzir os valores de uso para reprodução da força de trabalho. A estratégia básica gira, então, em torno de como realizar a combinação dessas três atividades, o que envolve o grupo doméstico como um todo. A participação das mulheres na geração de renda, na região estudada, faz-se principalmente pelos mercados "informais", sendo suas atividades, em boa medida, "extensão" das atividades domésticas.

6 — O TRABALHO DOMÉSTICO

A polêmica em torno da relação entre formas capitalistas e não-capitalistas de organização do trabalho ronda grande parte das pesquisas que articulam produção e reprodução (incluindo as que analisam estratégias de sobrevivência), particularmente no que se refere aos efeitos do trabalho doméstico (ou de qualquer trabalho exercido em moldes não tipicamente capitalistas, incluídos nos arranjos da família trabalhadora para manter seu padrão de consumo) sobre os níveis de renda da classe trabalhadora.

Teve repercussão considerável nessas pesquisas, tornando-se um de seus pressupostos básicos (Madeira, 1983) o argumento já citado, usado por Oliveira (1976b), de que a realização do trabalho doméstico (ou a produção de valores de uso no âmbito doméstico) pela dona-de-casa contribui para rebaixar o salário do trabalhador, uma vez que no custo de reprodução da força de trabalho não está incluído o custo monetário das atividades domésticas, valor que é apropriado pelo capital (Oliveira, 1976b, Jelin, 1976 e 1980 e Pena, 1981).⁷

⁷ Esta argumentação baseia-se, em grande parte, na literatura feminista sobre trabalho doméstico, de inspiração marxista, que buscava a funcionalidade deste trabalho para o capital; por exemplo, o artigo de Wally Sccombe, "The housewife and her labour under capitalism", *New Left Review*, n.º 83. A crítica a este artigo foi feita por Coulson, Magas e Wainright no n.º 89 da mesma revista, com resposta de Sccombe no n.º 94, bem como por Jean Gardiner, em "The roles of domestic labour", *New Left Review*, n.º 89, entre outros.

Vale ressaltar que a tentativa de ver o trabalho doméstico exclusivamente a partir de sua funcionalidade para o capital, tal como tem sido a tendência predominante, parece esclarecer pouco ou quase nada sobre o porquê da atribuição deste trabalho às mulheres, desviando o rumo da discussão mais uma vez para a produção. Na articulação que se pretende entre produção e reprodução, ficam prejudicadas as especificidades desta última (Sarti, 1983).

Interessa aqui, sobretudo, salientar os argumentos de Souza (1980), retomados por Brisolla (1982) e, com algumas ressalvas, por Madeira (1983), que inverteram inteiramente essa discussão. Estabelecendo que os salários são determinados endogenamente no processo de acumulação do capital, em seu núcleo tipicamente capitalista, Souza exclui a possibilidade de alguma determinância do trabalho doméstico, assim como de toda atividade fora do setor tipicamente capitalista, sobre a determinação dos salários. Para ele, ao contrário, é o salário, determinado no núcleo capitalista da economia, que estabelecerá o teto para a remuneração dos setores não capitalistas. Quanto à produção para autoconsumo, esta só interessa para quem desempenha estas atividades. Formas não-monetárias de atividades são indiferentes ao capitalismo.⁸

Sem pretender discutir a argumentação de Souza, voltada para outro problema — a determinação dos salários em economias atrasadas — a intenção, aqui, é apenas de ressaltar sua contribuição fundamental, ao dar elementos para se dizer que o trabalho doméstico não interfere no nível *salarial* da classe trabalhadora, invertendo, assim, os termos de uma análise até então pouco questionada.

Dentro deste mesmo quadro de referências, Brisolla (1982) afirma que "em nenhum momento o capital 'depende' do trabalho feminino para a 'reprodução da força de trabalho', pois esta é assegurada através da extração de mão-de-obra ao conjunto da PEA e não apenas pela 'reprodução física' da parcela já empregada na atividade capitalista".

Nesta linha de raciocínio, pode-se dizer que o trabalho doméstico pode ser (e é) útil ao capital, na forma como ele se exerce na sociedade

⁸ As importantes conseqüências desta inversão de termos proposta por Souza para as pesquisas sobre estratégias de sobrevivência foram oportunamente apontadas por Madeira (1983), que põe em questão a própria noção da existência de um consumo mínimo abaixo do qual se compromete a reprodução biológica do trabalhador, idéia que está na base deste corpo de pesquisas.

capitalista, o que não quer dizer que seja condição estrutural do funcionamento do capitalismo.

Madeira, embora concorde com Souza e Brisolla em sua reavaliação dos fatores que entram em jogo na dinâmica da acumulação capitalista, discorda de suas conclusões quanto ao lugar do trabalho doméstico na economia, ou melhor, quanto à ausência de lugar.

Uma das grandes contribuições do movimento feminista e das pesquisas com populações urbanas de baixa renda, segundo essa autora, foi tornar visível analiticamente a produção doméstica. "Me parece extremamente difícil, depois de todas as contribuições destas pesquisas, argumentar que a produção de valores de uso não envolve uma relação econômica". Ao assumir completamente as teses de Souza, corre-se novamente o risco de tentar explicar a sociedade através da ótica do que é indispensável para a acumulação do capital e desprezar o que é apenas útil ou necessário, "como se isso fosse muito pouco". Em argumento sugerido por Durham (1980), Madeira chama a atenção para o fato de que, enquanto na ótica do capital o custo de reprodução da força de trabalho corresponde à sua própria lógica de acumulação, na ótica do trabalhador constitui a realização de um *modo de vida familiar*. Salienta que a família, enquanto arranjo cotidiano de vida, não é neutra ao capital e que, para explicá-la — sua persistência, transformações e funcionalidade econômica —, não basta simplesmente aceitar ou rejeitar que sua existência barateia ou encarece o custo de reprodução da força de trabalho (Madeira, 1983).

Está ainda em aberto o problema de como considerar o espaço doméstico. Sabe-se que as atividades domésticas são necessárias para se viver e que são as mulheres que delas se ocupam, muitas vezes exclusivamente. Embora haja muita controvérsia a respeito, parece ter ficado claro, a partir de Souza, que essas atividades não constituem parte essencial da lógica de acumulação do capital. Mas é difícil negar que o capital se utiliza delas.

Parece evidente, a esta altura, que o trabalho doméstico necessita de outros instrumentos de análise, diferentes das categorias que analisam as relações de mercado. As tentativas de transposição destas categorias não foram muito longe (nem sei se é o caso de tratar o trabalho doméstico como produção de valores-de-uso). Mas há que se buscar alternativas. Ignorar o trabalho doméstico porque ele não entra diretamente na lógica do capital é ignorar sua importância social, voltar à estaca zero. Reproduzir na teoria o lugar que tem o trabalho doméstico na vida social: as mulheres que dele se encarreguem...

7 — DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

As tentativas iniciais de explicar a dinâmica do trabalho feminino moldaram-se pelas tendências históricas de incorporação da força de trabalho em geral ao mercado capitalista (Madeira e Singer, 1975). Aguiar (1984) chama a atenção para o fato de que o trabalho feminino se diferencia de tal maneira do masculino que é difícil analisá-los segundo um mesmo modelo global. Saliênta que o desenvolvimento tecnológico não expulsa a mulher da esfera doméstica, dadas as atribuições do sexo feminino; o processo de industrialização e o crescimento urbano não a retiram necessariamente do campo; não há uma progressiva substituição do trabalho artesanal e doméstico pelo assalariado. Ambos coexistem. E, a pequena produção mercantil e o emprego doméstico permanecem importantes para a mulher, como indicam as pesquisas mencionadas.

Nos últimos 10 anos houve um movimento intenso de incorporação da mão-de-obra feminina na PEA. O Censo Demográfico de 1970 registrou pouco mais de 6 milhões de mulheres economicamente ativas, que passaram para mais de 12 milhões em 1980. Neste período em que a força de trabalho feminina cresceu a uma taxa de 96%, a masculina apenas acompanhou a taxa de crescimento global da população, que foi de 34%. Ainda assim, a participação das mulheres é bem inferior à dos homens, tendência que se expressa no mundo todo. No Brasil, segundo o Censo de 1980, elas correspondem a 27,4% da PEA.⁹

Dados do Censo indicam ainda que houve um declínio da participação da mulher no setor primário nos anos 70. Essa informação, entretanto, deve ser olhada com cautela, em razão da habitual subestimação do trabalho feminino no campo. Pesquisas atestam que a mulher se encontra principalmente no setor terciário, ramo de serviços. Essa concentração intensificou-se no período 1950/70, mantendo-se estável nos anos 70 (Bruschini, 1984).

Brisolla (1982) mostra que a análise do emprego urbano, por ocupação, revela uma evolução favorável às mulheres na década de 70, com um crescimento considerável das ocupações de escritório e uma redução concomitante do percentual de empregadas domésticas entre as mulheres ocupadas urbanas. Diz também que a mulher recuperou sua participação

⁹ A União Soviética constitui uma das poucas exceções, com uma taxa de atividade feminina (86%) que se equipara à média masculina de vários países (pouco mais de 90%), segundo dados de Lattes e Wainerman (1981).

no setor secundário, crescendo a uma taxa que chega a 10,9% para o conjunto do setor, estabelecendo um contraste marcante com as cifras das décadas anteriores, 2,3 e 2,5% anuais, respectivamente, entre 1950 e 1970.

A análise de Gitahy *et alii* (1982) constatou que se trata de uma mudança quantitativa e qualitativa da participação da mulher na força de trabalho industrial brasileira. Seus dados, assim como os de Brisolla, questionam a tese anteriormente referida (Blay, 1978 e Saffiotti, 1976) de que o crescimento econômico e o desenvolvimento industrial têm um impacto negativo sobre a participação feminina na força de trabalho na indústria.

Descartando a hipótese de absorção de mulheres pela "terciarização" do secundário, Gitahy *et alii* (1982) revelam que a porcentagem de operárias cresce em todo o setor industrial, concentrando-se na indústria de transformação. Percebe-se, ainda, uma mudança em sua distribuição entre os diferentes ramos industriais. O setor que mais absorveu mão-de-obra feminina foi o da indústria de confecções e calçados,¹⁰ seguido pelo metalúrgico, o que significa uma integração aos setores mais modernos e dinâmicos da economia. Constata-se uma diminuição da participação da mulher nos setores químico e têxtil, sendo que a sua expulsão deste último, considerado tradicional, deve-se, segundo essas autoras, à sua modernização.¹¹

A absorção de um grande número de mulheres pela produção industrial não significa necessariamente uma substituição direta do trabalho masculino pelo feminino. A presença delas está relacionada sobretudo à sua adequação a determinadas tarefas industriais, que exigem habilidade, destreza e minúcia. Além disso, na medida em que modificações no processo de trabalho simplificam e rotinizam as tarefas, desqualificando o trabalho, abre-se espaço para a mulher. Apontam-se, ainda, a docilidade feminina e o fato de as mulheres serem menos reivindicativas, como razões para sua preferência (Gitahy *et alii*, 1982, e Hirata e Humphrey, 1984).

Desvenda-se a existência de espaços segregados, que estabelecem uma não-comparabilidade entre os lugares ocupados por homens e mulheres na fábrica. Como consequência, são distintos os critérios para estabelecer

¹⁰ Sobre o processo de mudança na indústria de confecção, ver Spindel (1980).

¹¹ As modificações internas a este setor foram analisadas por Accro (1982), Hirata (1981) e Saffiotti (1981).

qualificações, conforme o sexo. Não é o conteúdo da tarefa que importa, mas o sexo de quem a executa, como mostram Hirata e Humphrey (1983).

Os estudos recentes, que atestaram a possibilidade de o dinamismo industrial favorecer a incorporação de mulheres à força de trabalho, delinearão uma tendência que concebe o trabalho feminino a partir da noção de divisão sexual do trabalho. Esta noção é considerada o *princípio organizador*, nas palavras de Hirata e Humphrey (1983). Isto significa que a organização do processo de produção e de trabalho conta com a preexistência de relações sociais entre os sexos, vigentes em todos os espaços sociais, não apenas na fábrica, mas também na família.

A problemática da divisão sexual do trabalho se assenta na articulação entre produção e reprodução. Não como esferas dicotômicas, mas relacionadas, sendo que nesta relação são identificadas e diferenciadas as práticas femininas e masculinas. Nessa linha situam-se os trabalhos de Gitahy *et alii*, (1982), Hirata e Humphrey (1983 e 1984), Lobo (1984) e Moyses (1984).¹²

A importância do conceito de divisão sexual do trabalho está no fato de romper com a posição periférica que ocupa o trabalho feminino nos quadros explicativos. Este conceito elucida o lugar do trabalho feminino e masculino, apontando para uma explicação geral do funcionamento do mercado capitalista. Para que configure uma contribuição, de fato, resta ser incorporado à análise do trabalho na sociedade capitalista como um todo, não apenas ao estudo do trabalho feminino.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, A. R. P. *O trabalho industrial a domicílio na indústria de confecção*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1980.
- ABREU, A. R. P., CARVALHO, M. L., SALEM, T., SILVA, M. G. R., e SILVA, R. M. R. Relatório geral do seminário "A mulher na força de trabalho na América Latina". Mimeo. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.

¹² Essa perspectiva vai de encontro a pesquisas feitas, principalmente na França, cujas tendências podem ser ilustradas pela publicação *Le sex du travail*, Grénoble, PUG (1984). O título encerra a idéia: o mercado de trabalho é sexualizado.

- ACERO, L. *Impact of technical changes on traditional skills: the textiles sector in Brazil*. Mimeo. Rio de Janeiro, 1982.
- AGUIAR, N. Mulheres na força de trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, *BIB* (16):14-21, 1984a.
- . Casa e modo de produção. In: AGUIAR, N., org. *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1984b.
- ALMEIDA, M. S. K. Entre nós mulheres: elas as patroas e elas as empregadas. *Colcha de Retalhos*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- ARAÚJO, C. G. G., e PAULILLO, M. I. *Educação e trabalho da mulher entre parceiros assalariados e volantes*. Trabalho apresentado no seminário "A mulher na força de trabalho na América Latina". Mimeo. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- BILAC, E. D. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- . *Família e trabalho feminino*. Tese de Doutorado, mimeo. São Paulo, FFLCH/USP, 1983.
- BLAY, E. A. Trabalho feminino remunerado e não-remunerado. *Cadernos CERU* (9):87-99, 1976.
- . *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978.
- BOSERUP, E. *Women's role in economic development*. Nova York, Saint Martin's Press, 1970.
- BRISOLLA, S. N. *Formas de inserção da mulher no mercado de trabalho: o caso do Brasil*. Tese de Doutorado, mimeo. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1982.
- BRITTO, A., e MACHADO NETO, Z. *Tempo de mulher, tempo de trabalho. Entre mulheres proletárias em Salvador*. Trabalho apresentado no 5.º Encontro Anual da ANPOCS. Mimeo. Friburgo, 1982.
- BRUSCHINI, C. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, FCC (28):5-20 1979.
- BRUSCHINI, C., e MADEIRA, F. A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social. *Cadernos CERU* (18):147-86, 1983.

- . *Mulheres trabalhadeiras*. Workshop on Women in the Third World, Bogotá. Mimeo. São Paulo, 1984.
- . *Cotidiano em famílias urbanas: trabalho doméstico, distribuição de papéis e uso do tempo*. Trabalho apresentado no 7.º Encontro Anual da ANPOCS. Mimeo. Águas de São Pedro, 1985.
- BRUSCHINI, C., e ROSEMBERG, F. A mulher e o trabalho. In: BRUSCHINI, C., e ROSEMBERG, F., orgs. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CALDEIRA, T. P. R. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CHINELLI, E. R., RIBEIRO, A. C., e TEIXEIRA, A. R. O trabalho e a trabalhadora a domicílio. In: BARROSO, C., e COSTA, A. O., orgs. *Mulher, mulheres*. São Paulo, Cortez, 1983.
- DURHAM, E. R. Família operária: consciência e ideologia. *Dados*, 23 (2):201-14, 1980.
- EIGENHEER, S. C. F. A pequena produção e o trabalho feminino numa área do Alto Jequitinhonha. In: BRUSCHINI, C., e ROSEMBERG, F., orgs. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- ELIAS, R., e TEIXEIRA, A. R. S. B. Casa e fábrica: o trabalho fabril a domicílio. *Cadernos do CEAS* (78), 1982.
- FARIAS, Z. A. *Contribuições recentes para o estudo do orçamento-tempo: uma resenha*. Trabalho apresentado no 6.º Encontro Anual da ANPOCS. Mimeo. Friburgo, 1982.
- . *Domesticidade: "cativoiro" feminino?* Rio de Janeiro, Achiamé, 1983.
- FAUSTO NETO, A. M. Q. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- FERRANTE, V. L. S. B., e SAFFIOTTI, H. *A mulher e as contradições do capitalismo agrário*. Trabalho apresentado no 7.º Encontro Anual da ANPOCS. Mimeo. Águas de São Pedro, 1983.

- FIGUEIREDO, M. A. *Estudo comparativo do papel sócio-econômico das mulheres chefes-de-família em duas comunidades negras de pesca artesanal*. Trabalho apresentado no 7.º Encontro Anual da ANPOCS. Mimeo. Águas de São Pedro, 1983.
- FUKUI, L. Os papéis sexuais na organização familiar de sitiantes tradicionais. *Cadernos GERU* (8):33-66, 1975.
- GARCIA JR., A. R., GARCIA, M., e HEREDIA, B. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, N., org. *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- GITAHY, L., HIRATA, H., LOBO, E., e MOYSES, R. Operárias: sindicalização e reivindicações (1970-80). *Revista Cultura e Política*, São Paulo, Cortez, 1982.
- HIRATA, H. *Firmes multinationales au Brésil: technologie et organization du travail*. Conferência: Crisis, Nuevas Tecnologías y el Proceso de Trabajo. Mimeo. México, UNAM, 1981.
- HIRATA, H., e HUMPHREY, J. *Processo de trabalho, divisão sexual do trabalho e reivindicações femininas*. Trabalho apresentado no 7.º Encontro Anual da ANPOCS. Mimeo. Águas de São Paulo, 1983.
- . O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. *Revista de Economia Política*, 4 (4), 1984.
- JELIN, E. O trabalho feminino na Bahia. *Dados*, (12):59-73, 1976.
- . A bahiana na força de trabalho: atividade doméstica, produção simples e trabalho assalariado em Salvador. In: FARIA, V., e SOUZA, G. A., orgs. *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1980.
- LATTES, Z., e WAINERMAN, C. *El trabajo femenino en el banquillo de los acusados*. México, Terra Nova, 1981.
- LAVINAS, L. Mudanças técnicas, ação do Estado e trabalho feminino. In: CORDINI, JAQUETTE, SPINDEL, orgs. *A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola*. Proposições, resultados e recomendações de eventos técnicos, 337. Brasília, IICA, 1984.
- LEWIN, H. Educação e força de trabalho feminina no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, FCC (32):45-59, 1980.

- LOBO, E. S. *Divisão sexual do trabalho: o trabalho também tem sexo*. Trabalho apresentado no 8.º Encontro Anual da ANPOCS. Mimeo. Águas de São Pedro, 1984.
- LOUREIRO, M. R. G. Mulher e trabalho familiar na agricultura moderna. In: CORDINI, JAQUETTE, SPINDEL, orgs. *A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola*. Proposições, resultados e recomendações de eventos técnicos, 337. Brasília, IICA, 1984.
- MACHADO NETO, Z. As meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescente na família proletária. In: AGUIAR, N., org. *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MADEIRA, F., e SINGER, P. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. *Cadernos Cebrap* (13), 1975.
- . *As condições de trabalho da mulher e as condições de vida da família: uma proposta metodológica para o estudo do trabalho feminino*. Dissertação de Mestrado, mimeo. São Paulo, FFLCH/USP, 1978.
- . *A unidade doméstica, sua estratégia de participação nos modos de trabalho, o trabalho da mulher e a estrutura social. Uma análise comparativa de três áreas metropolitanas: Fortaleza, Salvador e São Paulo*. Mimeo. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1983.
- . *Ainda a questão do trabalho doméstico x capitalismo*. Mimeo. São Paulo, 1984.
- MIRANDA, G. V. A educação da mulher brasileira e sua participação em atividades econômicas. *Cadernos de Pesquisa, FCC* (15):21-36, 1975.
- MORAES, M. A questão feminina. *Estudos Cebrap* (16):157-68, 1976.
- MOTTA, A. B. *Visão de mundo da empregada doméstica (um estudo de caso)*. Dissertação de Mestrado, mimeo. Salvador, FFCH/UFBa, 1977.
- . *Emprego doméstico no capitalismo: o caso de Salvador*. Trabalho apresentado no 5.º Encontro Anual da ANPOCS. Mimeo. Friburgo, 1981.
- MOYSES, R. L. *Trabalho e condição operária feminina. Um estudo sobre trabalhadoras nas indústrias químicas-farmacêuticas de São Paulo*. Relatório de Pesquisa, mimeo. São Paulo, 1984.

- OLIVEIRA, F. Trabalho feminino e riqueza capitalista. *Cadernos de Debates*, São Paulo, (3):73-5, 1976a.
- . A reprodução dos homens. Notas sobre a reprodução da população sob o capital. *Estudos Cebrap* (16):5-26, 1976b.
- OLIVEIRA, M. C. A. A individualização da força de trabalho e o trabalho feminino em Pederneiras. In: AGUIAR, N., org. *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- PENA, M. V. J. A mulher na força de trabalho. *BIB* (9):11-21, 1980.
- . *Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PEREIRA, V. M. C. A dupla subordinação da mulher (análise de depoimentos de operárias têxteis). *Trabalho e cultura no Brasil*. Brasília, CNPq/ANPOCS, 1981.
- RODRIGUES, A. M. *Operário, operária: estudo exploratório sobre o operariado industrial na GSP*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- RODRIGUES, J. M. *A mulher operária. Um estudo sobre as tecelãs*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- ROLAND, E. M. S. *Emprego doméstico: um estudo da ambigüidade de uma relação social*. Relatório de pesquisa, mimeo. São Paulo, 1983.
- SAFFIOTTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- . *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- . *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- SARTI, C. *Peguei o bonde andando: a mulher na sociologia brasileira*. Relatório de pesquisa, mimeo. São Paulo, 1980.
- . *Cotidiano feminino: lugar dos outros*. Trabalho apresentado no 7.º Encontro Anual da ANPOCS. Mimeo. Águas de São Pedro, 1983.
- SOUZA, P. R. *A determinação dos salários em economias atrasadas*. Tese de Doutorado, mimeo. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1980.

- SPINDEL, C. R. *A mulher na indústria do vestuário*. Trabalho apresentado no 4.º Encontro Anual da ANPOCS. Mimeo. Rio de Janeiro, 1980.
- . Capital, familia y mujer: la evolución de la producción rural de base familiar, un caso en Brasil. *Trabajadoras del Agro*. Bogotá, 1982.
- . O "uso" do trabalho de mulher na indústria do vestuário. In: BARROSO, C., e COSTA, A. O., orgs. *Mulher, mulheres*. São Paulo, Cortez, 1983.
- . Síntese de algumas reflexões teóricas gerais suscitadas no Seminário. In: CORDIN, JAQUETTE, SPINDEL, orgs. *A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola*. Proposições, resultados e recomendações de eventos técnicos, 337. Brasília, IICA, 1984.
- STOLCKE, V. Mulher e trabalho. *Estudos Cebrap* (26):83-117, 1980.
- . A família que não é sagrada (sistema de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo). *Colcha de Retalhos*, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- . *Social inequality and gender hierarchy in Latin America*. Mimeo. Position paper for the SSRC workshop, 1983.
- WOORTMAN, K. *A família trabalhadora*. Trabalho apresentado no 7.º Encontro Anual da ANPOCS. Mimeo. Águas de São Pedro, 1983.

Prêmio Nobel de Economia

Com o propósito de divulgar bibliografias de autores selecionados, antecedidas de breves comentários, Literatura Econômica deu início a uma programação seriada, apresentando, a partir do v. 3, n. 1, as obras dos economistas agraciados com o Prêmio Nobel, na ordem cronológica da concessão do Prêmio.

1983: Gerard Debreu

Apresentação

ALOISIO PESSOA DE ARAUJO *

1 — INTRODUÇÃO

Gerard Debreu foi escolhido pela Academia Real de Ciências da Suécia, para o Prêmio Nobel de Economia de 1983, e a justificativa para tal foram as suas contribuições para o entendimento preciso do funcionamento de uma economia de mercado.

Em uma economia de mercado descentralizada, os consumidores e as firmas decidem de forma independente quanto consumir, quanto de insumos utilizar e quanto produzir. Resta saber como estas decisões vão se compatibilizar no agregado. Isto é, as perguntas que surgem são muitas: existe um preço que faz com que a oferta de cada bem seja igual à sua demanda? Como se chega a este preço?

A contribuição fundamental de Debreu, que o fez em colaboração com Arrow, foi construir um modelo matematizado de uma economia de

* Professor Titular do IMPA.

mercado e mostrar que nele existe um equilíbrio com significado econômico. Isto é, existe um preço para cada bem da economia que faz com que a oferta seja igual à demanda. Um fato notável destes resultados, e que Debreu gosta de frisar em suas aulas, é que tal modelo se aplica a economias de propriedade privada, coletiva ou mistas. A única característica importante é que as decisões sejam tomadas de forma independente ou descentralizada.

Além deste resultado fundamental, obtido conjuntamente com Arrow, Debreu fez contribuições às teorias da utilidade e da demanda, aos métodos matematizados aplicados à economia, ao equilíbrio geral: unicidade local e outros, à teoria do *core* ou núcleo, e à teoria do bem-estar econômico.

Para tal, Debreu utilizou-se de métodos matemáticos modernos, isto é, desenvolvidos neste século, no qual se incluem Teoremas de Ponto Fixo, Análise Convexa, Topologia Diferencial e Teoria da Medida.

Contudo, a maior influência de Debreu talvez tenha sido tornar claras em termos econômicos as hipóteses em uso, bem como seus exatos limites em termos de interpretação da realidade.

Na seção seguinte vamos descrever mais minuciosamente estas contribuições.

2 — O TRABALHO CIENTÍFICO

Como já dissemos anteriormente, o mais importante trabalho de Debreu foi a formulação e prova de existência do equilíbrio competitivo. Alguma idéia intuitiva do comportamento global de uma economia já aparece em A. Smith no século XVIII. Mas, somente Walras, no fim do século passado, nos apresenta de uma forma clara a idéia de equilíbrio geral.

Contudo, o método matemático fundamental para a demonstração do equilíbrio competitivo, os Teoremas de Pontos Fixos, só viria a ser desenvolvido muito mais tarde por Brower e, posteriormente, generalizado por Kakutani. Assim, em certo sentido, os economistas, com Walras estavam tentando adiantar-se, aos matemáticos, embora sem sucesso, na obtenção de um importante teorema.

Além desta contribuição, puramente científica, Debreu escreveu um livro expondo de forma detalhada as idéias de equilíbrio geral, *Theory of value*, o qual veio a tornar-se, desde então, leitura obrigatória de todo economista interessado em teoria econômica.

Nele Debreu expõe de forma clara e concisa as hipóteses sobre os consumidores, as firmas e o comportamento dos mesmos para obtenção de um equilíbrio. Debreu em seu trabalho define um bem econômico tendo em vista suas características geográficas, de tempo e o estado da natureza. Assim, ele já considera aspectos da teoria da localização, comércio internacional, alocação intertemporal e incerteza, bem como estuda os Teoremas do Bem-Estar Econômico.

Debreu, concomitantemente com Arrow, foi o primeiro a estudar, de forma precisa, as relações entre o equilíbrio walrasiano e os Ótimos de Pareto. Como sabemos, uma alocação compatível com os recursos da economia é Ótimo de Pareto se não existe uma outra que faça com que todos os membros desta economia estejam melhor. Certamente, são notáveis os fatos de que cada equilíbrio walrasiano é Ótimo de Pareto e, reciprocamente, cada Ótimo de Pareto pode ser visto como o resultado de um equilíbrio no qual se escolheram as dotações iniciais de forma adequada.

Assim, para uma particular alocação que seja Ótima de Pareto, podemos obter uma redistribuição das dotações iniciais que façam com que ela seja o equilíbrio walrasiano da economia com esta dotação inicial. Este ponto foi inclusive enfatizado por Walras como sendo uma das boas qualidades que possui o sistema walrasiano, pois dada esta propriedade poderíamos, em princípio, obter qualquer alocação que à sociedade parecesse mais justa, simplesmente realocando as dotações iniciais. Isto é, uma vez providas as alocações iniciais adequadas, o mercado se encarregaria de nos fornecer a alocação desejada, segundo a sociedade. Outra propriedade básica que Debreu provou foi que uma preferência contínua no ortante positivo do espaço euclidiano de n dimensões pode ser representada por uma função de utilidade.

A unicidade do equilíbrio walrasiano só pode ser obtida com condições bastante restritivas. Contudo, Debreu provou, utilizando-se do Teorema de Sard, que tipicamente o número de equilíbrios é finito e varia continuamente com os dados da economia. Isto é, se variarmos um pouco as dotações iniciais, as preferências e as tecnologias, os equilíbrios também variarão um pouco.

Outro ponto fundamental da economia moderna ao qual Debreu deu sua contribuição foi a teoria do núcleo ou *core* da economia. O núcleo é um conceito de alocação dos recursos da economia alternativa ao equilíbrio competitivo ou walrasiano. Nele, está mais presente a noção de aspectos da Teoria dos Jogos. Mais precisamente, uma alocação é dita pertencer ao núcleo se não existe um grupo de participantes na economia que possa melhorar sua situação em relação a esta alocação apenas trocando entre si.

Assim é que nesta concepção os participantes ao conluíarem podem alterar uma dada situação. Isto vai de encontro às idéias do Equilíbrio Competitivo, no qual os agentes não têm poder de mercado. É fácil mostrar que todo o Equilíbrio Competitivo está no núcleo.

Inspirado por uma conjectura do século passado de Edgeworth, Debreu, em conjunto com Scarf, provou a recíproca deste resultado no caso de uma economia com o número infinito de participantes. Isto é, de acordo com a intuição econômica, à medida que cresce o número de participantes de uma economia decresce o poder de mercado, e no fim temos as alocações competitivas.

3 — BIOGRAFIA

Debreu nasceu em 1921, na Cidade de Calais, França. Ali fez seus estudos básicos. Em 1941, entrou para a Escola Normal Superior de Paris, onde estudou Física e sobretudo Matemática. Foi aí que teve contato com as Teorias Matemáticas formalísticas do Grupo Francês Bourbaqui que provavelmente tiveram um grande impacto no seu estilo e que seriam úteis para o posterior desenvolvimento da análise econômica feita com rigor.

Em 1948, Maurice Allais (que fez contribuições importantes sobre a economia da incerteza) tinha que decidir sobre quem indicar para uma Bolsa da Fundação Rockefeller. A decisão era entre G. Debreu e M. Boiteux, que viria a fazer contribuições sobre Preços Ótimos. A sorte saiu para G. Debreu que foi para os EUA onde trabalhou na Comissão Cowles (primeiramente na Universidade de Chicago e depois em Yale).

Em 1962 Debreu se torna Professor de Economia na Universidade da Califórnia, em Berkeley, posição que ocupa até hoje. G. Debreu é casado desde 1945 com Françoise Bled e tem dois filhos.

Juntamente com dois outros professores franceses de Berkeley, Lucien Lecam e Michel Loève, por muito tempo Debreu resistiu à adoção da nacionalidade americana. Contudo, em 1974, impressionado, segundo ele mesmo, com a força da Democracia Americana no caso de Watergate, Debreu adota a nacionalidade americana. G. Debreu foi eleito Membro da Academia Americana de Ciências em 1977.

É interessante notar o impacto que causou na França, um País desenvolvido, o Prêmio Nobel de Debreu e o sentimento de perda por *brain drain* a ele associado.

Antes de terminar, seria bom talvez realçar algumas das características fundamentais de Debreu que sempre encantou aqueles que com ele convivem: cordialidade, cavalheirismo e seriedade.

Bibliografia *

Trabalhos Divulgados em Publicações Periódicas

The coefficient of resource utilization. *Econometrica*, 19:273-82, 1951

Definite and semi-definite quadratic forms. *Econometrica*, 20:295-300, 1952

DEBREU, Gerard & HERSTEIN, I. N. Non-negative square matrices. *Econometrica*, 21:597-607, 1953

In: NEWMAN, P., ed. *Readings in mathematical economics*, I, Value theory. — S.I. : Johns Hopkins Press, 1968. p. 57-67.

A classical tax-subsidy problem. *Econometrica*, 22:14-22, 1954

* A bibliografia reproduzida nesta seção, contendo a produção acadêmica de Debreu, foi compilada pelo próprio autor e divulgada no *Scandinavian Journal of Economics*, 86(1):15-16, 1984.

- DEBREU, Gerard & ARROW, K. J. Existence of an equilibrium for a competitive economy. *Econometrica*, 22:265-90, 1954
- Stochastic choice and cardinal utility. *Econometrica*, 26:440-4, 1958
- Cardinal utility for even-chance mixtures of pairs of Sure prospects. *Review of Economic Studies*, 26:174-7, 1959
- Une économie de l'incertain. *Economie Appliquée*, 13:111-6, 1960
- Book reviewed: "Individual choice behavior: a theoretical analysis", by R. Duncan Luce. *American Economic Review*, 50:186-8, 1960
- New concepts and techniques for equilibrium analysis. *International Economic Review*, 3:257-73, 1962
- On a theorem of Scarf. *Review of Economic Studies*, 30:177-80, 1963
- DEBREU, Gerard & SCARF, H. A limit theorem on the core of an economy. *International Economic Review*, 4:235-46, 1963
- In: BECKMAN, M. & SATO, R., eds. *Mathematische wirtschaftstheorie*. S.I.: Kiepenheuer and Witsch, 1975. p. 210-21.
- Continuity properties of Paretian utility. *International Economic Review*, 5:285-93, 1964
- Non-negative solutions of linear inequalities. *International Economic Review*, 5:178-84, 1964
- Preference functions of measure spaces of economic agents. *Econometrica*, 35:111-22, 1967
- Economies with a finite set of equilibria. *Econometrica*, 38:387-92, 1970
- Smooth preferences. *Econometrica*, 40:603-15, 1972
- Excess demand functions. *Journal of Mathematical Economics*, 1:15-21, 1974
- The rate of convergence of the core of an economy. *Journal of Mathematical Economics*, 2:1-7, 1975

- Least concave utility functions. *Journal of Mathematical Economics*, 3:121-9, 1976
- Regular differentiable economies. *American Economic Review*, 56:280-7, 1976
- Smooth preferences: a corrigendum. *Econometrica*, 44:831-2, 1976
- DEBREU, Gerard & KOOPMANS, T. Additively decomposed quasi-convex functions. *Mathematical Programming*, 24:1-38, 1982

Distribuição em Coletâneas

- A social equilibrium existence theorem. In: *PROCEEDINGS of the National Academy of Sciences*, 38, p. 597-607, 1953
- Representation of a preference ordering by a numerical function. In: THRALL, R. M.; COOMBS, C. H.; DAVIS, R. L., eds. *Decision processes*. — New York : Wiley, p. 159-65, 1954
- In: NEWMAN, P., ed. *Readings in mathematical economics*, I, Value theory. S. I. : Johns Hopkins Press, 1968.
- In: BECKMAN, M. & SATO, R., eds. *Mathematische wirtschaftstheorie*. S. I. : Kiepenheuer and Witsch, 1975. p. 113-8.
- Valuation equilibrium and Pareto optimum. In: *PROCEEDINGS of the National Academy of Sciences*, 40, p. 584-92, 1954
- In: ARROW, K. & SCITOVSKY, T., eds. *Readings in welfare economics*. — S. I. : R. D. Irwin, 1969. p. 39-45.
- In: BECKMAN, M. & SATO, R., eds. *Mathematische wirtschaftstheorie*. S. I. : Kiepenheuer and Witsch, 1975. p. 203-9.
- Market equilibrium. In: *PROCEEDINGS of the National Academy of Sciences*, 42, p. 876-8, 1956
- On "An identity in arithmetic". In: *PROCEEDING of the National Academy of Sciences*, 11, p. 220-1, 1960
- Topological methods in cardinal utility theory. In: ARROW, K. J. ; KARLIN, S.; SUPPES, P., eds. *Mathematical methods in the social sciences*, 1959. Stanford Univ. Press, p. 16-26, 1960

- Integration of correspondences. In: LeCAM, L. & NEYMAN, J., eds. *Proceedings of the symposium on mathematical statistics and probability*, 5, Berkeley, v. 2, Part I. S. 1., University of California Press, p. 351-72, 1967
- Economic equilibrium. In: KUHN, H. W. & SZEGO, G. P., eds. *Mathematical systems theory and economics*. S. 1., Springer-Verlag, p. 11-2, 1969
- Neighboring economic agents. In: *LA DECISION*. Paris, 1969. p. 85-90 (Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique; 171). 1969
- DEBREU, Gerard & SCARF, H. The limit of the core of an economy. In: McGUIRE, C.B. & RADNER, R., eds. *Decision and organization*. S. 1., North-Holland Press, p. 283-95, 1972
- DEBREU, Gerard & SCHMEIDLER, D. The Radon-Nikodym derivative of a correspondence. In: LeCAM, L.; NEYMAN, J.; SCOTT, E., eds. In: *PROCEEDINGS of the sixth Berkeley symposium on mathematical statistics and probability*, v. 2. S. 1., Univ. of California Press, p. 41-56, 1972
- Four aspects of the mathematical theory of economic equilibrium. In: *PROCEEDINGS of the International congress of mathematicians, Vancouver*, p. 65-77, 1974
 Versões: In: *Werttheorie*, Springer-Verlag, p. 124-43, 1976
 In: *Uspehi Matematicheskikh Nauk*, 32, n. 1, p. 131-4, 1977
 In: *Kachi no Riron*, Toyo Keizai Shinposha, p. 183-209, 1977
- DEBREU, Gerard & KOOPMANS, T. Sur la decomposition additive des fonctions quasiconvexes. In: *COMPTES rendus de l'Academie des Sciences*, Paris, 239, n. 8, Série I Mathematique, p. 389-92, 1981
- Existence of competitive equilibrium. In: ARROW, K. & INTRILIGATOR, M., eds. *Handbook of mathematical economics*, v. 2. s. 1., North-Holland Press, 1982

Monografias

- Theory of value: an axiomatic treatment of economic equilibrium. —
New York : Wiley, 1959
Versões: Paris: Dunod, 1966
Barcelona: Bosch, 1973
Berlin: Springer-Verlag, 1976
Tokyo: Toyo Keizai Shinpo-Sha, 1977
- Mathematical economics: twenty papers of Gerard Debreu. — Cambridge,
England : Cambridge Univ. Press, 1983

Festschrift

- VARIAN, Hal R. Gerard Debreu's contributions to economics. *Scandinavian Journal of Economics*, Stockholm, 86 (1) :4-14, 1984

História e Economia

ALICE PIFFER CANABRAVA *

A História Econômica é setor relativamente recente no vasto e antigo campo da História, desenvolvendo-se, como ramo especializado, desde fins do século passado. Nas universidades brasileiras seu reconhecimento, como disciplina institucionalizada, coincide com a fundação das faculdades de Ciências Econômicas que, na sua grande maioria, desenvolveram-se a partir da década de 40. Como conteúdo, todavia, o estudo dos fenômenos econômicos do passado incluiu-se desde cedo nos programas dos cursos superiores de História, nos seus vários segmentos.

Se a História Econômica é jovem, como reflexão sobre os testemunhos do passado, o assunto, dentro do sentido original do vocábulo "história" (inquirir, conhecer), a indagação sistemática dos aspectos econômicos da sociedade, é tão velho como outros setores da História. Neste sentido, lembramos dois exemplos na bibliografia histórica brasileira, quais sejam, o de Brandão (1930), com sua análise sobre as "grandezas" da Colônia, calculada pela importância do seu comércio e de suas produções, que antecede em cerca de um século à minuciosa descrição da estrutura e organização da produção colonial, proporcionada por André João Antonil [Andreoni (1967)], obra singular em toda a bibliografia histórica brasileira.

Sabemos que a compartimentação em disciplinas representa fronteiras fluidas, que não impõem delimitações ao social, a ser legitimada apenas pelas exigências da organização das entidades acadêmicas consagradas ao ensino e à pesquisa. São híbridas as próprias designações com que se qualificam grandes segmentos da História pelo seu conteúdo — História Política, História Social, História Demográfica, História Econômica — a indicar as vinculações mais próximas com outros núcleos do conhecimento sobre o comportamento do Homem em sociedade.

* Da FIPE/USP.

O desenvolvimento das outras Ciências Sociais e suas técnicas de pesquisa levaram à compreensão mais clara quanto às densidades do social, e tem-se refletido no esforço para o inter-relacionamento entre as mesmas, bem como para conceber a História como seu ponto de convergência e de base, o centro das Ciências do Homem, segundo a mensagem de Beer (1900). Proposições teóricas e metodologias desenvolvidas nas outras Ciências Sociais deram considerável impulso à História Econômica neste recente meio século.

Sem dúvida, a Economia tem sido, nas últimas décadas, o maior campo de influências que se tem feito sentir sobre a História Econômica, a refletir também seus próprios progressos espetaculares, considerados os mais importantes na confraria das Ciências Sociais. Reconhecer esta influência não significa negligenciar a riqueza da contribuição dos outros setores da História, nos quais estão implícitos os fenômenos econômicos do passado e, como dissemos acima, das demais Ciências do Homem. Novos desenvolvimentos são marcados pelo infiltrar das forças da teorização e das técnicas para quantificar, inspirados, sobretudo, nos trabalhos dos estatísticos e dos economistas, o que deu maior consistência à colaboração entre economistas e historiadores. A "Nova História Econômica" desenvolveu-se com base na Econometria, como ramo novo da História Econômica, com resultados técnicos brilhantes.

Costuma-se apontar a II Guerra Mundial como a linha cronológica, divisória, a partir da qual os economistas se voltaram para o estudo do passado, impelidos pelo interesse com respeito aos problemas do subdesenvolvimento. Watoli (1960), o historiador polonês, aponta três fatores decisivos no sentido de que os economistas, tradicionalmente preocupados com os problemas de curta duração, a especular fora do tempo e do espaço, fossem atraídos pela longa duração: as mudanças na economia capitalista, o desenvolvimento da economia socialista e a "descoberta" da economia dos países subdesenvolvidos. A nova atitude precedeu a II Guerra Mundial: remontaria à crise de 29, às profundas transformações na economia capitalista que a sucederam, surgidas no próprio interior do capitalismo, que levaram a questionar os limites temporais e espaciais da aplicação da teoria e inspiraram os caminhos intelectuais para torná-la mais ajustada à realidade observável e à experiência efetiva dos eventos.

Para outros autores, como Ashton (1971, p. 171), o relacionamento mais estreito entre economistas e historiadores sobreveio logo após a I Guerra Mundial. Sob a pressão dos acontecimentos, os economistas ten-

deram a ser menos teóricos e mais estatísticos em sua abordagem. Não seria fenômeno de contágio o fato de os historiadores da Economia também se inclinarem pelos agregados e pelas médias, mas os problemas metodológicos a resolver, ou seja, o trato com os fenômenos globais da realidade social. Um exemplo é a violenta oscilação de preços após a I Guerra: ao mesmo tempo que propiciava análises dos economistas e estatísticos, reclamava a atenção dos historiadores para o fenômeno em si e para as consequências sociais das mudanças no valor do dinheiro.

Parece-nos, portanto, que motivações várias levaram aos estudos de longa duração, entre as quais a problemática do desenvolvimento vinha a significar a plataforma para o diálogo mais fecundo entre economistas e historiadores, desde que ela só pode ser estudada na dimensão do tempo. Segundo Rostow (1956, p. 509) [ver também Goodrich (1960, p. 531)], o ponto de encontro mais natural entre a História e a teoria é o estudo dos padrões comparativos das mudanças em sociedades diferentes, focadas em torno de problemas de desenvolvimento.

A imagem do historiador, divulgada nas caricaturas de Capistrano de Abreu, falecido em 1924 — um estudioso arcado ao peso dos anos, as lentes grossas a denunciar-lhe a miopia, os olhos sempre voltados para os velhos papéis, indiferente ao mundo que o cerca —, é um estereótipo inteiramente falso.

Tal como acontece com outros ramos do estudo do passado, os grandes progressos da História Econômica inspiraram-se nos problemas do presente. A partir da rápida queda de preços na crise mundial de 29, os historiadores desenvolveram a História dos Preços; a importância dos condicionamentos populacionais que equaciona problemas de economia, educação, saúde, nutrição, e tantos outros, tem levado ao desenvolvimento da Demografia Histórica e impulsionado o refinamento de suas técnicas quanto à investigação no tempo distante. A emergência e o envolver das sociedades altamente industrializadas proporcionam exemplos históricos de desenvolvimento, nos quais a importância das mudanças e a organização cada vez mais especializada e complexa significavam problemas completamente novos para o historiador, em comparação com a história humana anterior.

Os cultores da História Econômica sempre estiveram preocupados com as mudanças econômicas a longo prazo, como parte integrante do seu trabalho e da sua contribuição ao entendimento dos problemas do presente, mesmo quando os economistas ainda estavam concentrados em

análises de equilíbrio estático e flutuações a curto prazo. Consideram-nas tão legítimas de seu campo de estudos, como o estudo dos padrões de regularidade e de continuidade.

Pela sua natureza, a História Econômica, desde os primeiros desenvolvimentos, apóia-se na quantificação, mais do que qualquer outro setor da História. Referências cifradas acidentais, isoladas, a História pontual, segundo a designou Chaunu (1969), os aglomerados de cifras sem estrutura formal, calcados na ocorrência, sem crítica, marcam os primeiros passos no uso do número, que precederam à rigorosa sistematização de dados sob a análise estatística.

A quantificação abriu largos horizontes para a História Econômica. Associada, de modo geral, a maior rigor de análise, a uma forma de objetividade, proporciona possibilidade de comparações relevantes, seja, por exemplo, entre taxas de mudanças, estruturas econômicas e financeiras, esquemas de inter-relações de economias diferentes ou momentos históricos diferentes em um mesmo contexto de relações. Para muitas questões de História Econômica, vários argumentos satisfatórios têm como ponto de partida os resultados da mensuração. A procura da medida, na busca da exatidão da análise, tem sido uma das fronteiras dos progressos mais importantes da História Econômica, cujas conquistas são irreversíveis.

Contudo, o historiador é sempre cauteloso na aceitação dos testemunhos cifrados e está consciente de suas armadilhas. Sem dúvida, técnicas refinadas podem suprir lacunas de dados inexistentes e transformar a escuridão em luminosidade. Todavia, o preço da estatística histórica parece ser a eterna vigilância. Designações nominais idênticas com referência a um produto, em séries longas, podem obscurecer diferenças importantes em sua natureza, a comprometer a homogeneidade dos dados, condição fundamental para a validade dos resultados. Um exemplo simples: os historiadores perguntam se é legítimo comparar os preços da farinha de mandioca do século XIX, obtida por processos inteiramente manuais, com os do produto atual, resultado da utilização exclusiva da máquina.

Antes da adoção do sistema métrico decimal, e mesmo depois desta, uma das maiores dificuldades na sistematização dos dados é conhecer a equivalência das medidas antigas, dada a grande variação no imenso espaço territorial do nosso País. A velha discussão sobre o comportamento dos salários, com base na sua composição heterogênea ao longo do tempo,

mostra a necessidade do conhecimento íntimo das condições do trabalho assalariado, segundo o espaço e o tempo. As estimativas contornam o problema sem resolverem em definitivo o que somente a pesquisa histórica pode esclarecer.

Cavalcanti (1972, p. 385) [ver também Echattan (1971)] reclama da precisão dos dados que entram no produto nacional bruto, como a dos preços que figuram nos índices de deflação. Acreditando-se com veemência na significação dessas taxas, deixa-se de insistir, afirma o autor:

“no conhecimento de todos os passos e medidas tomadas na coleta e computação de estatísticas que as devem preceder. Sabe-se, neste aspecto, para citar um exemplo, que mesmo esforços honestos de levantamento estatístico muitas vezes se enchem de senões, nem sempre considerados explicitamente, pelo fato de ser necessário ajustar as informações disponíveis — organizadas com outras finalidades — ao arcabouço conceitual dos agregados nacionais. Ou seja, em não raras ocasiões, os dados existem, porém sem ter sido levantados com vista à sua adequação para estimativas do PIB ou de quaisquer de seus componentes. Isto, para não falar de erros introduzidos nos dados básicos de produção ou dispêndio — tais como erros de amostragem ou de enumeração em massa. Melhor conhecimento da forma pela qual as estatísticas de produto interno são conseguidas conduziria, certamente, à maior cautela na formulação de juízos sobre acontecimentos registrados na economia”.

Enfim, como escreve Vilar (1965), “a expressão quantitativa deve traduzir uma realidade que não depende daquele que a inscreve nem daquele que a lê”. Ideal dificilmente atingido, ao nosso ver, pois vivemos sob o peso da nossa cultura e sob a pressão dos acontecimentos do presente. Devemos ainda salientar um dos mais delicados exercícios de avaliação histórica: a necessidade de pesar a evidência estatística face às influências qualitativas.

Apesar do muito que podem acrescentar à riqueza da interpretação, os resultados estatísticos constituem apenas um entre outros caminhos que se justapõem na reflexão sobre os fenômenos econômicos do passado.

Os estudiosos da História Econômica estão cada vez mais interessados no embasamento teórico proporcionado pela Ciência Econômica, assim como pelas outras Ciências Sociais. Tal atitude decorre do progresso considerável da História como ciência, a distanciar-se da simples narrativa cronológica dos acontecimentos, ou seja, a História factual. Um “novo espírito” a anima e a abre a todos os domínios [Braudel (1963 e 1970)]. Todavia, o historiador não aceita a universalidade das

leis econômicas no tempo e no espaço, já que o rigor lógico tem como preço a abstração.

Ao estudar processos de mudança, ele parte da consideração de todos os fatos relevantes do contexto, quantificáveis ou não, como procede na análise de qualquer outro fenômeno do passado. Sabe que a historicidade do material que utiliza é dada por ele, ao conferir-lhe significação. A História é uma construção sua; ele deseja compreender a vida vivida, processo complexo que não se reduz ao comportamento de algumas variáveis. Pelas razões ligadas à sua formação, ao seu treinamento, à experiência acumulada, sente-se pouco atraído pelos modelos econométricos proporcionados pela metodologia da Nova História Econômica. O painel extenso de dados expressa a ambição do historiador de abranger todo o universo considerado, ainda que a heterogeneidade do material torne difícil a sistematização. Não almeja alcançar a precisão das fórmulas matemáticas na abordagem das realidades históricas, na certeza de que, para muitos aspectos dessa realidade, a exatidão é inatingível.

Em parte como resultado das mudanças econômicas e políticas e do progresso do conhecimento quanto ao social, os fatores econômicos vêm sendo propostos para integrar as investigações sobre as mudanças econômicas, como variáveis dependentes, ou, fora dos termos da teoria, como fatores exógenos. Para muitos economistas, as dificuldades quanto ao avanço dos países não desenvolvidos não residem nos fatores econômicos. Outros, ao procurarem medir a contribuição de diferentes fontes para o crescimento total, em economias desenvolvidas, concluíram que somente pequena fração da taxa de crescimento realizada pode ser diretamente identificada com o aumento dos fatores como capital, trabalho e recursos. Ressalta-se a importância de outros fatores, os sociais e culturais, a ser considerada, seja para explicar a inércia, a estagnação, ou os processos de mudança [Coats (1971) e Mathias (1971, p. 377)]. Segundo Rostow (1956, p. 515) e Goodrich (1960), se o economista quer realizar trabalho relevante quanto às áreas subdesenvolvidas, captadas em seus primeiros graus de desenvolvimento, ou mesmo de sociedades industrializadas, deve tratar com períodos longos, fora das estruturas teóricas que o têm interessado desde Stuart Mill.

Os conteúdos demográficos, a estrutura social, o modo de organização da comunidade, tradições de privilégio e outros valores subjacentes da sociedade, motivações várias tais como a educação, a psicologia social, a estrutura da demanda com relação a traços culturais e determinantes

sociais, entre outros, são condicionantes não estritamente econômicos, de grande importância na problemática do crescimento econômico. A longo prazo, as interações entre o econômico e o não-econômico dão o sentido do comportamento e, para muitos autores, os problemas realmente fundamentais do crescimento econômico, nas suas forças causais, devem ser inqueridos nas profundidades do social. O estudo do crescimento econômico leva o pesquisador, além dos preços e dos custos dos fatores, para outros domínios ainda pouco conhecidos quanto a seu relacionamento com os fenômenos econômicos. Teriam os economistas, perguntava Postan (1971, p. 135), explicado o complexo processo social que, historicamente, tem determinado o emprego da renda e sua alocação quanto ao consumo, ou melhor, quanto às classes consumidoras, ou teriam tentado descobrir as forças sociais que estão por trás da preferência pela liquidez? Há a realizar a imensa tarefa de conhecer historicamente as causas, as circunstâncias que explicam as propensões, a reconstrução do meio econômico e social que nos permite interpretar o "porquê" das direções do dispêndio. Muitos outros exemplos poderiam ser invocados.

De modo geral, é reconhecida a importância do trabalho do historiador, na exploração e na crítica das fontes. Todavia, reservar-lhe apenas estes encargos na colaboração multidisciplinar seria minimizar, preconceituosamente, suas grandes tarefas. Como qualquer outro cientista social, o historiador propõe e estuda problemas. Com referência à colaboração com os economistas, escreve Chaunu (1969, p. 310), "não se trata de assimilar técnicas um do outro, mas, sim, de assimilar pacientemente as exigências, as atitudes, os hábitos complementares — uma cultura, que evitam ao historiador se mover canhestamente no espaço econômico e aos economistas mal reconhecê-lo quando recuam através do passado". Cada cientista situa-se no seu próprio nível de explicação. A especificidade de cada fenômeno histórico, em cada parcela de tempo e de espaço, está implícita no esforço do historiador "para reconstruir uma economia, uma sociologia, uma política, uma estratégia — com os modos de pensamento que dela derivam e que os comanda", ainda que "se sinta tímido diante das técnicas a integrar, incerto quanto à esperança de as conjugar" [Vilar (1965, p. 293)].

A importância da História para a formação do economista foi ressaltada por Schumpeter sob três aspectos fundamentais: "primeiro, porque o objeto da Economia é essencialmente um projeto único no tempo histórico. Ninguém pode esperar entender o fenômeno econômico de qualquer época, incluindo-se o presente, se não tiver comando adequado dos fatos

históricos e soma adequada de senso histórico, que pode ser descrito como experiência histórica; segundo, o relato histórico não pode ser puramente econômico, mas pode inevitavelmente refletir também os fatos institucionais que não são puramente econômicos, pelo fato de proporcionar o melhor método para a compreensão de como os fatos econômicos e não-econômicos estão correlacionados uns com os outros, e como as várias ciências sociais devem ser correlacionadas umas com as outras; terceiro, ... muitos dos erros fundamentais cometidos em análise econômica devem-se mais freqüentemente à ausência de experiência histórica, do que a qualquer outra carência no equipamento do economista. História, por certo, deve ser entendida com a inclusão de setores que adquiriram nomes diferentes em consequência da especialização, tal como a Pré-História e a Etnologia" [Schumpeter (1955, p. 12)].

A bibliografia histórica brasileira deste último quarto de século ressen-te-se do pouco interesse da parte dos estudiosos de História Econômica com respeito aos problemas econômicos do passado recente, em contraste com a multiplicidade de trabalhos sobre a História Política e Social do mesmo período. O progresso destas está a refletir o interesse pelos eventos do presente; quanto aos fenômenos econômicos, os mais próximos de nós refletem a complexidade do mundo contemporâneo, e sua abordagem está a exigir formação especializada, mais consentânea com a dos economistas de modo geral. Paralelamente, é promissor o esforço destes para considerar o passado em suas investigações, sobretudo em face do interesse pelos estudos sobre o desenvolvimento brasileiro, em busca de uma perspectiva mais ampla, no tempo, para considerar os problemas do presente.

Não se pode esquecer, na bibliografia de História Econômica do Brasil, a importância relevante da contribuição de estudiosos procedentes de outras áreas do conhecimento, o que foi propiciado pelo advento tardio das disciplinas que lhe dizem respeito, nas instituições de ensino superior. Três obras, respectivamente de Simonsen (1937 e 1973) e de Prado Júnior (1942), conservam sua validade fundamental como obras de consulta indispensável e como manuais de ensino superior de História Econômica em nosso País.

Aquele, próspero empresário e engenheiro, deu preferência, no estudo do passado, aos vários setores da produção; avesso às generalizações e considerações vagas não raras em seu tempo, reuniu sólidos alicerces empíricos, sendo o iniciador da pesquisa e sistematização dos dados quan-

titativos quanto ao passado. Tem o mérito do pioneirismo nos estudos sobre a renda nacional, em 1944, ainda que estes carecessem de mais acurada abordagem técnica [Simonsen e Gudín (1977)]. Prado Júnior, graduado em Ciências Jurídicas, interpretou, na obra citada, os vários setores da atividade econômica colonial, sendo o primeiro a apontar a unidade do sistema, marco muito importante na reflexão histórica sobre o passado brasileiro. Não se pode deixar de considerar a inestimável contribuição de vários autores sobre os problemas monetários e financeiros, que formam um lastro de obras clássicas sobre o assunto, como foi o caso de Peláez e Suzigan (1976) e Nogueira e Peláez (1972).

Em análise dedicada exclusivamente à contribuição científica, da *Revista Brasileira de Economia*, Moura da Silva, Luque e Cruz (1977) observaram que, em 30 anos de existência (1947/76), o periódico, o mais importante do Brasil em sua especialidade, publicou 20 artigos de História Econômica, para um total de 452 títulos, ou seja, apenas 4,42% de sua produção em termos quantitativos. Como notam os autores, a "abertura" daquela revista aos artigos de História Econômica verifica-se somente no último quinquênio do período analisado, ou seja, nos anos 1971/76, quando inscreveram-se 17 artigos, em contraste com apenas três nos 25 anos anteriores.

Saes (1976) realizou estudo mais amplo no mesmo periódico, abrangendo a contribuição de todas as revistas do País destinadas à Economia que deram espaço à divulgação de trabalhos sobre a História Econômica. Segundo ele, o ano de 1950 assinala, cronologicamente, o advento dos economistas na área, nas publicações periódicas.

A precedência cabe a Furtado (1950), em artigo também publicado na *RBE*, no qual, em forma embrionária, já constam algumas idéias desenvolvidas posteriormente em *Formação econômica do Brasil*. Este livro tem exercido imensa influência na formação de estudantes e nas pesquisas de professores de História Econômica nos cursos superiores. O lastro do pensamento de Raul Prebisch, antigo colaborador da CEPAL, aliou-se em Celso Furtado à originalidade de idéias e de investigação. Na época em que foi publicada a primeira edição, a literatura histórica brasileira ressentia-se da carência de análises interpretativas sobre a evolução macroeconômica do País. O livro não objetiva reconstituir eventos, mas interpretar a formação brasileira, com largo embasamento teórico e domínio dos condicionamentos históricos mais importantes. Formulou hipóteses e novas interpretações, e foi o primeiro a divulgar, em texto

para o ensino superior de História Econômica, vários conceitos novos; coube-lhe o mérito de elaborar a análise da renda, na interpretação das várias economias que caracterizam as fases de desenvolvimento brasileiro, desde o passado colonial, o que significa o esforço para compreender as raízes históricas do subdesenvolvimento brasileiro.

Nos anos 60, os artigos sobre História Econômica publicados pelas revistas, informa-nos Saes, podem ser identificados, de um lado, pela filiação às idéias de Furtado, aos postulados sobre o desenvolvimento econômico que distinguem a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) quanto à importância dos condicionamentos históricos. Outro grupo de economistas, mais ligados à tradição do ensino de Economia das universidades norte-americanas, deu mais ênfase à teoria econômica. Nota ainda o autor a preferência dos economistas pelos estudos sobre o passado recente, contando-se poucos trabalhos sobre o período colonial e sobre o Império.

Nos últimos 20 anos, a messe de trabalhos de investigação original dos economistas cresceu extraordinariamente. É impulsionada pelas pesquisas realizadas nos diversos órgãos de assessoria das entidades governamentais, pelas unidades que se desenvolveram no âmbito das universidades e outros institutos de nível superior e sob o estímulo das carreiras universitárias.

É necessário divulgar entre os historiadores uma parcela daquele imenso labor, como forma de colaborar no sentido da aproximação mais estreita entre os dois grupos de cientistas. As pesquisas dos economistas puseram à disposição de todos os cientistas sociais uma contribuição relevante quanto aos testemunhos cifrados, a refletir os progressos dos órgãos de informação, as exigências quanto à objetividade da análise e o interesse pela formulação matemática. Estes aspectos, junto ao embasamento teórico, dão o caráter a este novo patamar do desenvolvimento científico da lavra dos economistas para compreensão dos fenômenos econômicos do País, no momento atual, e o distingue dos anteriores. Em consequência, o abandono das generalidades sem substância alia-se à tecnicidade dos métodos, à variedade das hipóteses, à significação das conclusões sugeridas, à clareza e objetividade da exposição.

Vistos em conjunto, livros e artigos, um esboço simples de classificação, não se afasta muito daquele já formulado por Saes. Parte dessa bibliografia resultou do trabalho dos graduados em Economia que optaram pela História Econômica em sua carreira acadêmica, revelando-se

atentos aos condicionamentos históricos dos problemas tratados à base empírica original, quantitativa e qualitativa. Outros, nutriram-se nos postulados do grupo da CEPAL. Parcela mais numerosa inspirou-se na teoria neoclássica. De modo geral, a História Econômica é tratada pelos dois últimos grupos, segundo a perspectiva dos economistas, e transpomos neste passo as palavras de Iglésias (1971, p. 200), o excelente historiador mineiro, em comentário à *Formação econômica do Brasil*, de Furtado: "Teoria econômica e erudição histórica formam o autor e dão consistência à obra. Interessou-lhe a análise dos processos econômicos e não a reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos". Enfim, complementando, um sulco característico do trabalho intelectual dos dois últimos grupos é o raciocínio dedutivo.

Nos últimos 20 anos (1960/80), o grande assunto na inquietude intelectual dos economistas tem sido o desenvolvimento econômico do País, examinado sob vários aspectos. Dada a aceleração da vida contemporânea, a apreciação de alguns fenômenos de mudança pode ter relativo êxito, em perspectivas parciais, na abordagem do espaço histórico de uma geração. Nem por isso queremos minimizar a importância das análises circunscritas a fatias limitadas da nossa vivência atual. Todo o imenso volume de informações que vem sendo recolhido pelas instituições especializadas, assim como o que vem sendo sistematizado e analisado pelos pesquisadores do presente, é fonte histórica rica no seu conteúdo. Na consideração do tempo longo, médio ou curto, as obras expressam a consciência do economista quanto ao sistema, o que é fato histórico relevante.

Para concluir, e como corolário das considerações precedentes, parece-nos auspicioso o alargamento das relações entre o historiador e o economista, cuja importância vem sendo salientada, pelo menos neste último meio século. Apesar dos progressos realizados, é longo o caminho a percorrer. Não se trata, apenas, de justapor trabalhos de historiadores e de economistas sobre assuntos correlatos em obras coletivas. A cooperação realmente fecunda ainda está para vir, com a abordagem conjunta de temas de interesse comum; nesta, a discussão aberta ao longo de todo o trabalho aquecerá o debate sobre metodologias, hipóteses, raciocínios, contextos teóricos e resultados. Queremos dizer, cientistas de ambos os setores — sem dispensar a contribuição dos outros que militam no campo do social — deveriam sentar-se à mesa de trabalho com o propósito de uma colaboração realmente efetiva, cada um com sua parcela quanto à especificidade de métodos, que lhe advém da própria formação. "A maior

função da história Econômica", afirma Hicks (1969), "é ser um forum onde economistas, sociólogos, historiadores, cientistas políticos possam se encontrar e juntos discutirem". Não é a História que tem o privilégio de explorar o tempo em todas as dimensões?

BIBLIOGRAFIA

- ANDREONI, João Antonio (André João Antonil, pseud.). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. [Introdução e vocabulário por A. P. Canabrava. Texto da edição de 1711.] São Paulo, ed. Nacional, 1967.
- ASHTON, T. S. The relation of Economic History to economic theory. *The Study of Economic History*. Collected inaugural lectures. Londres, 1971.
- BEER, Henry (diretor). *Révue de Synthèse Historique*. Paris, 1900.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Didlogos das grandezas do Brasil, pela primeira vez tirados em livro*. Rio de Janeiro, Oficina Industrial Gráfica, 1930.
- BRAUDEL, Paul Fernand. Les annales vues de Moscou. *Annales. Economies, Sociétés, Civilization*, 18 (1), 1963.
- . A favor de uma economia histórica. *La Historia y las Ciencias Sociales*. Madri, Alianza Editorial, 1970.
- CAVALCANTI, Clóvis. Uma avaliação das estimativas de renda e produto do Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 2 (2):381-98, dez. 1972.
- CHAUNU, P. L'Histoire serielle. Bilan et perspectives. *Révue Historique*, 494:297-320, abr./jun. 1969.
- COATS, A. W. Economic growth: the economic and social historian's dilemma. *The Study of Economic History*. Londres, 1971.
- FURTADO, Celso. Características gerais da economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 4 (1), mar. 1950.

- GOODRICH, Carter. Economic History: one field or two? *The Journal of Economic History*, 20 (4), dez. 1960.
- HIGHS, John. *A theory of Economic History*. Oxford, Clarendon Press, 1969.
- IGLÉSIAS, Francisco. *História e ideologia*. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- MATHIAS, Peter. Living with the neighbours: the role of Economic History. *The Study of Economic History*. Londres, 1971.
- MOURA DA SILVA, Adroaldo, LUQUE, Carlos Antonio, e CRUZ, Hélio Nogueira da. Reflexões à margem de trinta anos de história da RBE. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 31 (4):565-86, out./dez. 1977.
- NOGUEIRA, Denio, e PELÁEZ, Carlos Manuel. Ensaios sobre a economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, 26 (3):11-83, jul./set. 1972.
- PELÁEZ, Carlos Manuel, e SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Série Monográfica, 23. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.
- POSTAN, M. M. The historical method in social science. *The Study of Economic History*. Londres, 1971.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo. Colônia*. São Paulo, Martins, 1942.
- ROSTOW, W. W. The inter-relation of theory and Economic History. *The Journal of Economic History*, 17 (4), dez. 1956.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. A História Econômica vista sob a perspectiva das revistas de economia. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 30 (2):241-48, abr./jun. 1976.
- SCHATTAN, Salomão. Aprimoramento das estatísticas agrícolas no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 25 (3):113-29, set. 1971.
- SCHUMPETER, Joseph A. *History of economic analyses*. Nova York, Oxford University Press, 1955.
- SIMONSEN, Roberto Cockrane. *História econômica do Brasil, 1500-1820*. 2 v. (Brasiliana, v. 100 e 100-A). São Paulo, Ed. Nacional, 1937.

———. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. Seleção, notas e bibliografia de Edgar Carone. São Paulo, Ed. Nacional e Universidade de São Paulo, 1973.

SIMONSEN, Roberto Cockrane, e GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. [Coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Introdução de Carlos von Doellinger.] Série Pensamento Econômico Brasileiro, 3. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977.

WATOLI, Kula. Histoire et économie: la longue durée. *Annales. Economie, Sociétés, Civilisation*, 15 (2):294-313, mar./abr. 1960.

VILAR, Pierre. Pour une meilleure compréhension entre économistes et historiens. Histoire quantitative ou économétrie rétrospective? *Revue Historique*, 233:293-312, abr./jun. 1965.

LIVROS

Esta seção informa sobre livros de economia, editados nos últimos três anos, recém-adquiridos pelas bibliotecas do IPEA, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da FGV-Rio de Janeiro. As publicações apresentam-se agrupadas por assunto, segundo o sistema de classificação para livros do Journal of Economic Literature. A sigla abaixo de cada referência designa o local onde a obra se encontra disponível para consulta ou empréstimo. O sinal ● indica que consta uma súmula do trabalho em "resumos informativos".

Relação Classificada

000 ECONOMIA GERAL; TEORIA; HISTÓRIA; SISTEMAS

010 *Economia Geral*

AMARAL, Luiz. *Relações de consumo*. — Brasília : Fundação Petrônio Portella, 1983. 4 v.
FGV LE 85-001

AS AMÉRICAS numa encruzilhada : informe do diálogo interamericano. — Washington, D.C. : Woodrow Wilson International Center for Scholars, 1983. 79 p.
FGV LE 85-002

- ATKINSON, Anthony Barnes. *Social justice and public policy*. — Cambridge, Mass. : The MIT Press, 1983. 444 p. : tab., gráf.
INPES LE 85-003

BACHA, Edmar Lisboa. *Introdução à macroeconomia* : uma perspectiva brasileira. — 2. ed. — Rio de Janeiro : Campus, 1983. 204 p. : il.
FGV; INPES LE 84-004

COSTA, Paulo Henrique Soto. *Análise de projetos de investimento* / Paulo Henrique Soto Costa, Eduardo Vieira Attie. — Rio de Janeiro : FGV, 1984. 240 p.

CENDEC

LE 85-005

- ECONOMIA e cultura : 1930-1964 / Antônio Flávio de Oliveira Pierucci ... [et alii]. — In: HISTÓRIA Geral da Civilização Brasileira / direção de Sérgio Buarque de Holanda (período colonial e monárquico) e Boris Fausto com relação ao período republicano. — São Paulo : Difel, 1984. Tomo 3: O Brasil republicano, v. 4, 666 p. Inclui índice e bibliografia.

INPES

LE 85-006

- ENGENHARIA e consultoria no Brasil e no Grupo Andino : possíveis áreas de cooperação. — Brasília : IPEA/IPLAN, 1984. 385 p. : tab. — (IPEA/IPLAN. Estudos para o planejamento ; 25). Título original: Ingeniería y consultoria en Brasil y el Grupo Andino.

INPES; IPLAN

LE 85-007

- GALBRAITH, J. Kenneth. *A anatomia do poder* / tradutor Hilário Torloni. — São Paulo : Pioneira, 1984. 205 p.

INPES

LE 85-008

INGENIERÍA y consultoria en Brasil y el Grupo Andino : posibles áreas de cooperación CEPAL e IPEA. — Santiago : CEPAL ; Rio de Janeiro : IPEA, 1982. 320 p. : il.

FGV

LE 85-009

- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. — Petrópolis : Vozes, 1984. 288 p.

INPES

LE 85-010

MULLER-ARMACK, Alfred. *Regime econômico e política econômica* : estudos e conceitos sobre economia social de mercado e integração européia / tradutor Margit Martincic ; colaborador Daniel Camarinha da Silva. — Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1983. 434 p.

FGV

LE 85-011

PICHLER Walter Arno. *A política social brasileira, 1930-64* : evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul / Walter Arno Pichler ... [et alii] ; Coordenação Tanya Maria Macedo de Bar-

cellos. — Porto Alegre : Fundação de Economia e Estatística, 1983.
331 p.
FGV LE 85-012

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. *Construtores de Brasília* : estudo de operários e sua participação política / prefácio de Lícia do Prado Valladares. — Petrópolis : Vozes, 1983. 195 p.
FGV LE 85-013

020 *Teoria Geral da Economia*

EDGMAND, Michael R. *Macroeconomics* : theory and policy. — 2. ed.
— Englewood Cliffs, N. J. : Prentice-Hall, 1983. xii, 466 p. : il.
Obs.: O INPES possui a edição de 1979.
FGV; INPES LE 85-014

FREEMAN III, A. Myrick. *Intermediate microeconomic analysis*. —
New York : Harper & Row, 1983. xvii, 558 p. : il.
FGV LE 84-015

THEORY, policy, institutions : papers from the Carnegie-Rochester
Conferences on Public Policy / editores Karl Brunner & Allan H.
Meltzer. — Amsterdam : North-Holland, 1983. 444 p. : tab., gráf.
INPES LE 85-016

030 *História do Pensamento Econômico; Metodologia*

- FRANÇOIS Quesnay : economia / organizador Rolf Kuntz ; tradução
Mary M. de C. Neves ... [et alii] . — São Paulo : Ática, 1984.
— (Grandes científicas sociais ; 44).
INPES LE 85-017

040 *História Econômica*

Ver também: LE 85-006; LE 85-018; LE 85-086; LE 85-108.

050 *Sistemas Econômicos*

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The capitalist world-economy* :
essays. — Cambridge : Cambridge Univ. Press, 1979, reedição de 1983.
xiv, 305 p.

Obs.: O INPES possui a edição de 1979.
FGV; INPES

LE 85-018

100 CRESCIMENTO ECONÔMICO; DESENVOLVIMENTO; PLANEJAMENTO; CICLOS

LECAILLON, Jacques. *Income distribution and economic development : an analytical survey* / Jacques Lecaillon ... [et alii] . — Geneva : ILO, 1984. 212 p. : tab., gráf. — (World Employment Programme).
INPES

LE 85-019

120 *Estudos de Desenvolvimento Econômico*

Ver também: LE 85-069

ALLEN, G. C. *A economia japonesa* / trad. Hélio Pólvora ; rev. técnica Vicente Bastos Ribeiro. — Rio de Janeiro : Zahar, 1983. 245 p.
FGV

LE 85-020

APEC, Rio de Janeiro. *A economia brasileira e suas perspectivas* : Apecão, jun. 1984. — Rio de Janeiro, 1984. 307 p. : tab., gráf. — (Estudos APEC ; 23). Inclui anexo.
INPES

LE 85-021

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, Washington. *Progreso sócio-econômico na América Latina* : recursos naturais : relatório de 1983. — Washington, D.C., 1983. 408 p. : tab.
INPES

LE 85-022

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, Rio de Janeiro. *O desempenho da economia no primeiro semestre e perspectivas para o segundo semestre*. — Rio de Janeiro, 1983. 148 p.
IPLAN

LE 85-023

FURTADO, Milton Braga. *Síntese da economia brasileira*. — 2. ed. — Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1983. 230 p.
FGV

LE 85-024

MULLER, Geraldo. *Nutrição e desenvolvimento econômico* / Antonio Carlos Coelho Campino ; organizador Geraldo Muller ... [et alii] . — São Paulo : USP, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983. 78 p. : il.

FGV

LE 85-025

- Sørensen, Georg. *Transnational corporations in peripheral societies* : contributions towards self-centered development? — Aalborg : Aalborg University Press, 1983. 150 p. : tab. — (Aalborg University. Development research series ; 6).

INPES

LE 85-026

SOURROUILLE, Juan V. *Política económica y procesos de desarrollo : la experiencia argentina entre 1976 y 1981* / Juan V. Sourrouille, Jorge Lucangeli. — Santiago : CEPAL, 1983. 157 p. : il.

FGV

LE 85-027

130 *Flutuações, Projeções Econômicas e Inflação*

Ver também: LE 85-021; LE 85-023

- BARBOSA, Fernando de Holanda. *A inflação brasileira no pós-guerra : monetarismo versus estruturalismo*. — Rio de Janeiro : IPEA/INPES 1983. 231 p. : tab., gráf. — (IPEA/INPES. Série PNPE ; 8).

INPES

LE 85-028

BLIKSTEIN, Moriz. *Modelos matemáticos no planejamento de transportes urbanos* : uma abordagem crítica. — São Paulo : Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Núcleo de Pesquisas e Publicações, 1983. 103 p. : il.

FGV

LE 85-029

DERVIS, Kemal. *General equilibrium models for development policy* / Kemal Dervis, Jaime de Melo, Sherman Robinson. — Cambridge : Cambridge University Press, 1982. 526 p. : tab., gráf. — (World Bank research publication).

INPES

LE 85-030

MIZOGUCHI, Toshiyuki. *Equity and poverty under rapid economic growth* : the Japanese experience / Toshiyuki Mizoguchi, Noriyuki

Takayama. — Tokyo : Kinokuniya Company, 1984. 244 p. : tab.
— (Economic research series ; 21).

INPES LE 85-031

NEW directions in econometric modeling and forecasting in U.S.
agriculture / editor Gordon C. Rausser. — New York : North-Holland,
1982. 830 p. : tab., gráf.

INPES LE 85-032

OECD economic outlook, n. 32, Dec. 1982. — Paris : OCDE, 1982.
167 p. : tab., gráf.

INPES LE 85-033

OECD economic outlook, n. 34, Dec. 1983. — Paris : OCDE, 1983.
165 p. : tab., gráf.

INPES LE 85-034

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Business cycles* : a theoretical, historical,
and statistical analysis of the capitalist process. — Philadelphia :
Porcupine, 1982. 2 v.

UFRJ/FEA LE 85-035

SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE INDEXAÇÃO (1981 : Rio
de Janeiro). *Anais* ... — Rio de Janeiro : FGV, Escola de Pós-
Graduação em Economia, s.d. 1 v. : il.

FGV LE 85-036

200 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

210 *Métodos e Modelos Econômicos, Estatísticos e Matemáticos*

ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA (5 : 1983 : Belém).
— São Paulo : Sociedade Brasileira de Econometria, 1983. 614 p.

INPES LE 85-037

HADLEY, G. *Programación linear* / trad. por Almir Paz de Lima ...
[et alii] ; supervisão de Mario Ferreira Sobrinho. — Rio de Janeiro :
Guanabara Dois, 1982. 460 p. : il.

FGV LE 85-038

220 *Estatísticas Sócio-Econômicas*

Ver também: LE 85-019; LE 85-098; LE 85-101.

ROJAS RODRIGUES, Ana. *Un análisis econométrico de la balanza comercial en Costa Rica.* — Brasília : Escola de Administração Fazendária, Centro de Pesquisa, 1982. 122 p.

FGV

LE 85-039

300 TEORIA E INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS E FISCAIS

310 *Teoria e Instituições Monetárias e Financeiras*

McCARTY, Marilu Hurt. *Money and banking financial institutions and economic policy.* — Reading, Mass. : Addison-Wesley, 1982. xxiv, 571 p. : il.

FGV

LE 85-040

320 *Finanças Públicas Internas e Política Fiscal*

CANSECO ALVÁREZ, Manuel Díez. *El presupuesto como instrumento estabilizador en una economía primário-exportadora.* — Brasília : Escola de Administração Fazendária, Centro de Pesquisa, 1982. 110 p.

FGV

LE 85-041

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
INOR. *Fundos federais.* — 3. ed. — Brasília, 1984. 300 p.

INPES

LE 85-042

LONGO, Carlos Alberto. *Em defesa de um imposto de renda abrangente.* — São Paulo : USP, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983. 1/80 f. : tab. Convênio IPEA/PNPE.

INPES

LE 85-043

- LONGO, Carlos Alberto. *A disputa pela receita tributária no Brasil.* — São Paulo : IPE/USP, 1984. 179 p. Inclui apêndices. — (Série ensaios econômicos ; 34). Originalmente apresentada como tese de livre-docência à Faculdade de Economia e Administração da USP.

INPES

LE 85-044

- UEDA, Eurico. *Estrutura tributária estadual : potencialidades, adequação e reformas* / Eurico Ueda, Ivo Torres. — São Paulo : IPE/USP, 1984. 106 p. : tab. — (Série relatórios de pesquisa ; 18).
INPES LE 85-045

400 ECONOMIA INTERNACIONAL

410 *Teoria de Comércio Internacional*

Ver também: LE 85-011

- BHAGWATI, Jagdish N. *Lectures on international trade* / Jagdish N. Bhagwati, T. N. Srinivasan. — Cambridge, Mass. : The MIT Press, 1983. 414 p. : gráf. Inclui bibliografia e índice.
INPES LE 85-046
- ECONOMIC interdependence and flexible exchange rates / edited by Jagdeep S. Bhandari and Bluford H. Putnam with Jay H. Levin ; foreword by Rudiger Dornbusch. — Cambridge, Mass. : The MIT Press, 1983. 547 p. : tab., gráf.
INPES LE 85-047

420 *Relações de Comércio, Política Comercial, Integração Econômica*

Ver também: LE 85-076

- ANJARIA, Shailendra J. *Developments in international trade policy* / Shailendra J. Anjaria ... [et alii] . — Washington, D.C. : IMF, 1982. ix, 124 p.
FGV LE 85-048
- BRASIL-EUROPA OCIDENTAL: como sair da crise? Org. por Heinz-Michael Stahl. — Rio de Janeiro : Inst. Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social, 1983. 171 p. : tab. — (Coleção ILDES ; 6). Contém debates do simpósio promovido pelo ILDES em Angra dos Reis em set. 1983 e documentos de base de participantes brasileiros e europeus.
INPES LE 85-049
- RESENDE, Leone Soares de. *Exportação e incentivos : recursos e aplicação*. — 4. ed. rev. e ampl. — São Paulo : Aduaneiras, 1983. 143 p. : il.
FGV LE 85-050

Ver também: LE 85-039

CEPAL, Santiago. *El capital extranjero en la economía peruana : políticas y negociaciones en la década de los setenta.* — Santiago : Naciones Unidas, 1984. 178 p. : tab. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 36).

INPES

LE 85-051

CEPAL, Santiago. División de Desarrollo Económico. *La economía de América Latina en 1982 : evolución general, política cambiaria y renegociación de la deuda externa.* — Santiago : Naciones Unidas, 1984. 104 p. : tab., gráf. — (Cuadernos de la CEPAL ; 47).

INPES

LE 85-052

- CRUZ, Paulo Davidoff. *Dívida externa e política económica : a experiência brasileira nos anos setenta* / Paulo Davidoff Cruz ; prefácio: Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. — São Paulo : Brasiliense, 1984. 188 p. Bibliografía: p. 185-88.

INPES

LE 85-053

GEORGE, Abraham M. *International finance handbook* / eds. Abraham M. George, Ian H. Giddy. — New York : Wiley-Interscience, 1983. 2 v. : il.

FGV

LE 85-054

KHAN, Mohsin S. *Efectos macroeconómicos de cambios en las barreras al comercio y al movimiento de capitales : un modelo de simulación* / Mohsin S. Khan, Roberto Zahler. — Santiago : CEPAL, 1982. 79 p. : il.

FGV

LE 85-055

OCDE, Paris. *The internationalisation of banking composite reserve units in private markets.* — Paris : OCDE, June 1983. 142 p. : tab., gráf. — (Financial market trends ; 25).

INPES

LE 85-056

PECCHIOI, R. M. *The internationalisation of banking : the policy issues.* — Paris : OECD, 1983. 221 p. : tab. — (Trends in banking structure and regulation in OECD countries).

INPES

LE 85-057

WILLIAMS, Richard. *International capital markets : developments and prospects*, 1983 / Richard Williams ... [et alii] . — Washington, D.C. : IMF, 1983. vii, 9 p. : il.

FGV

LE 85-058

440 Investimentos Internacionais e Ajuda Externa

Ver também: LE 85-026

GRACIOSO, Francisco. *Como enfrentar as multinacionais, ou, no mínimo, como aprender com elas*. — São Paulo : Cultrix, 1983. 119 p.

FGV

LE 85-059

RASMUSSEN, U. W. *Counter trade : uma nova teoria monetária no comércio internacional*. — São Paulo : Aduaneiras, 1983. 92 p. : il.

FGV

LE 85-060

- WELLS Junior, Louis T. *Third world multinationals : the rise of foreign investment from developing countries*. — Cambridge, Mass. : The MIT Press, 1983. 206 p. : tab.

INPES

LE 85-061

500 ADMINISTRAÇÃO; FINANÇAS DAS EMPRESAS; COMERCIALIZAÇÃO; CONTABILIDADE

510 Administração

NAYLOR, Thomas H. *Managerial economics : corporate economics and strategy* / Thomas H. Naylor, John M. Vernon, Kenneth L. Wertz. — New York : McGraw-Hill, 1983. xv, 443 p. : il.

FGV

LE 85-062

520 Finanças e Investimentos das Empresas

SOUZA, Jorge de. *Cálculo financeiro sem mistérios*. — Brasília : Sistema de Informação e Comunicação, 1984. 191 p.

CENDEC

LE 85-063

TOLEDANO Y CASTILLO, Mario Alfonso. *Matemáticas financieras* / Mario Alfonso Toledano Y Castillo, Lilia Himmelstine Chavarria. — México : Continental, 1982. 269 p.
CENDEC LE 85-064

530 *Comercialização*

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. *Mercado brasileiro de comunicação*. — 2. ed. — Brasília, 1983. 124 p.
IPLAN LE 85-065

540 *Contabilidade*

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, Washington. *Análisis de costos marginales y diseño de tarifas de electricidad y agua*. — Washington, 1983. v.
CENDEC LE 85-066

CASHIN, James A. *Contabilidade de custos : 375 problemas resolvidos* / James A. Cashin, Ralph S. Polimeni. — São Paulo : McGraw-Hill do Brasil, 1982. 252 p. Tradução de: Schaum's outline series theory and problems of cost accounting.
CENDEC LE 85-067

600 ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL; MUDANÇA TECNOLÓGICA; ESTUDOS INDUSTRIAIS

610 *Organização Industrial e Política de Governo*

Ver também: LE 85-066; LE 85-068

ALMEIDA, Fernando Lopes de. *A expansão da indústria de bens de capital : fatores determinantes*. — Rio de Janeiro : FGV, 1983. 209 p. : tab. — (Série e teses EPGE ; 7). Originalmente apresentada como tese de doutorado à Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV. Título original: Fatores determinantes da expansão da indústria de bens de capital.
INPES LE 85-068

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, Washington. *Industrialización y desarrollo en América Latina*. — Washington, D.C., 1983. 521 p. : tab. Trabalho apresentado no Seminário patrocinado pelo BID, realizado em Washington, dez. 1982.

INPES

LE 85-069

- BARROS, Aluizio Antônio de. *Diversificação e concentração na indústria brasileira, 1974* / Aluizio Antônio de Barros, Samuel Sidsamer. — Rio de Janeiro : IBGE, 1983. 240 p. : tab.

INPES

LE 85-070

ENCONTRO SOBRE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DO SETOR TRANSPORTE (1 : 1983 : Rio de Janeiro). *I Encontro ...* — Rio de Janeiro : Escola Brasileira de Administração Pública, 1983. 373 p. : il.

FGV

LE 85-071

- HOLANDA Filho, Sérgio Buarque de. *Estrutura industrial no Brasil : concentração e diversificação*. — Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1983. 275 p. : tab. — (IPEA/INPES. Série PNPE ; 7). Originalmente apresentado como tese de doutorado à Univ. de São Paulo.

INPES

LE 85-072

- LIMA, José Luiz. *Estado e energia no Brasil : o setor elétrico no Brasil : das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962)*. — São Paulo : IPE/USP, 1984. 121 p. Inclui bibliografia. — (Ensaio econômico ; 36). Dissertação de mestrado apresentada em 1983 à Faculdade de Economia e Administração da USP.

INPES

LE 85-073

- MAGALHÃES, Antonio Rocha. *Industrialização e desenvolvimento regional : a nova indústria do Nordeste*. — Brasília : IPEA/IPLAN, 1983. 315 p. : tab. — (IPEA/IPLAN. Estudos para o planejamento ; 24).

INPES

LE 85-074

- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. — 4. ed. — Rio de Janeiro : Graal, 1984. 159 p. : tab.

INPES

LE 85-075

PENALVER, Manuel. *Política industrial e exportação de manufaturados do Brasil* / Manuel Penalver ... [et alii] ; trad. de James

Jude Muholland. — Rio de Janeiro : Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1983. viii, 179 p.

FGV

LE 85-076

SEMINÁRIO SOBRE PLANEJAMENTO E CONTROLE DO SETOR DE EMPRESAS ESTATAIS (1983 : Brasília). *Debates e reflexões*. — Brasília : IPEA ; CEPAL, 1983. 382 p.

INPES

LE 85-077

TEIXEIRA, Aluisio. *O movimento da industrialização nas economias capitalistas no pós-guerra*. — Rio de Janeiro : UFRJ, Instituto de Economia Industrial, 1983. xiii, 249 p. : il.

FGV

LE 85-078

620 *Mudança Tecnológica*

AValiação de caminhões e tratores a álcool. — São Paulo : Sociedade de Produtores de Açúcar e de Alcool, 1983. 171 p. : il. — (Coleção SOPRAL ; 3).

INPES

LE 85-079

FERREIRA, José Pelucio. *Ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento : a experiência do Brasil*. — Rio de Janeiro : UFRJ, Instituto de Economia Industrial, 1983. 177 p.

FGV

LE 85-080

HERRERA, Amílcar Oscar. *Ciência, tecnologia e desenvolvimento 2 / Amílcar Oscar Herrera ... [et alii]*. — Brasília : UNESCO : CNPq, 1983. 237 p. : il.

FGV

LE 85-081

630 *Estudos Industriais*

Ver também: LE 85-068.

- ESTUDOS sobre a construção pesada no Brasil / Antonio Jaime Gama Jobin, Antonio Tinoco Ferraz F.º, Victor Prochnik, Julio Sergio Gomes de Almeida (organizador). — Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. 271 p. : tab. — (UFRJ. Instituto de Economia Industrial. Relatório de pesquisa ; 2). Convênio IPEA/PNPE/ANPEC.

INPES ; FGV

LE 85-082

700 AGRICULTURA; RECURSOS NATURAIS

710 Agricultura

Ver também: LE 85-032

- ALCOOL e emprego : o impacto da produção de álcool de cana-de-açúcar e de madeira sobre a geração de empregos. — Brasília : COALBRA, 1983. 170 p. : tab. — (Cadernos COALBRA ; 3).
INPES LE 85-083
- BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Washington. *Brasil : uma avaliação preliminar dos programas de desenvolvimento rural para o Nordeste*. — Washington, D.C., 1983. 212 p. : tab.
INPES LE 85-084
- DINIZ, José Alexandre Felizola. *A região cacaueira da Bahia* / José Alexandre Felizola Diniz, Aluizio Capdeville Duarte. — Recife : SUDENE, 1983. 295 p. — (Estudos regionais ; 10).
LE 85-085
- JOBIM, Leopoldo. *Reforma agrária no Brasil colônia*. — São Paulo : Brasiliense, 1983. 83 p. : il.
FGV LE 85-086
- LARANJEIRA, Raimundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. — Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1983. xxvii, 203 p.
FGV LE 85-087
- MOLLETT, J. A. *Planning for agricultural development*. — London : Croom Helm, 1984. 355 p. : tab. — Bibliography p. 348-52.
INPES LE 85-088
- MUELLER, Charles Curt. *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial : um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. — Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1983. 363 p. : tab. — (IPEA/INPES. Série PNPE ; 9). Convênio IPEA/PNPE.
INPES LE 85-089
- PEROSA Jr., Roberto Mário. *Espaços e limites para a empresa capitalista na agricultura* / Roberto Mário Perosa Júnior, Antônio

- Carlos Kfoury Aidar. — São Paulo : FGV, Escola de Administração de Empresas, 1983. 82 p.
CENDEC LE 85-090
- RIBEIRO, Denis. *Comercialização agrícola e ação do governo*. — São Paulo : Ed. Unidas, 1983. 160 p. : tab.
INPES LE 85-091
- SANTOS, Gabriel Ferrato dos. *Abastecimento de alimentos : a intervenção do Estado e a reprodução da força de trabalho*. — s. 1. : FGV, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 1983. 101 p. — (EAESP/FGV. Relatório de pesquisa ; 27).
CENDEC ; FGV LE 85-092
- SANTOS, Zuleima A. Pires de Souza. *Adoção tecnológica na agricultura paulista*. — São Paulo : IPE/USP, 1984. 119 p. : tab., gráf. — (Série ensaios econômicos ; 35). Bibliografia p. 117-19. Dissertação de mestrado apresentada em 1983 à Faculdade de Economia e Administração da USP.
INPES LE 85-093
- SIMPÓSIO SOBRE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AGROPECUÁRIA (1981 : Porto Alegre). *Ciência e tecnologia na agropecuária*. — Porto Alegre : Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, 1982. 152 p.
FGV LE 85-094
- TOLLEY, George S. *Agricultural price policies and the developing countries* / George S. Tolley, Vinod Thomas, Chung Ming Wong. — Baltimore : Johns Hopkins Univ. Press, 1982. xii, 242 p. : il.
FGV LE 85-095

720 Recursos Naturais

Ver também: LE 85-022; LE 85-079

- AVALIAÇÃO econômica e social do Proálcool. — 2. ed. — São Paulo : Sociedade de Produtores de Açúcar e de Alcool, 1983. 95 p. : tab. — (Coleção SOPRAL ; 2).
INPES LE 85-096
- HART, David. *Nuclear power in India : a comparative analysis*. — London : George Allen & Unwin, 1983. 159 p. : tab.
INPES LE 85-097

800 MÃO-DE-OBRA; EMPREGO; POPULAÇÃO

820 *Mercado de Trabalho, Política do Governo*

Ver também: LE 85-083

BRASIL. Ministério do Trabalho. *RAIS 80 -- Relação Anual de Informações Sociais* : sinopse comentada do anuário do trabalho. v. A : Características gerais do emprego ; v. B : Rotatividade da mão-de-obra ; v. C : Emprego e remuneração. — Brasília, 1983. nv. Inclui anexo contendo tabelas selecionadas referentes aos v. A, B e C. INPES LE 85-098

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *Trabalho e condições de vida no Nordeste brasileiro* / orgs. Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Teresa Maria Frota Haguette. — São Paulo : Hucitec ; Brasília : CNPq, 1984. 293 p. : tab. — (Estudos brasileiros). INPES LE 85-099

- CHAHAD, José Paulo Z. *Aspectos econômicos da implantação de um seguro-desemprego* : 1a. pt. O seguro-desemprego no cenário internacional. — São Paulo : IPE, USP, 1984. 146 p. — (Série relatórios de pesquisa ; 19). INPES LE 85-100

GABRIEL, Selma. *Informações básicas sobre população e emprego 1976 a 1980* / Selma Gabriel ; Colaboradores Alfonso Rodrigues Arias, Sebastião F. Camargo, Eliseu F. Calsing. — Brasília : IPEA, Centro Nacional de Recursos Humanos, 1982. 95 p. IPLAN LE 85-101

900 PROGRAMAS DE BEM-ESTAR SOCIAL; CONSUMO; ECONOMIA REGIONAL E URBANA

910 *Programas de Bem-Estar Social*

Ver também: LE 85-025

- CONTROLLING the cost of social security / edited by Colin D. Campbell. — Lexington : Lexington Books, 1984. 267 p. : tab., gráf. INPES LE 85-102

Ver também: LE 85-074; LE 85-099

DINIZ, José Alexandre Felizola, coord. *A área centro-ocidental do Nordeste*. — Recife : Sudene, Coordenação de Planejamento Regional, Divisão de Política Espacial, 1982. 229 p. : il.

FGV

LE 85-103

MELO, Mário Lacerda de. *O meio-norte*. — Recife : SUDENE, 1983. 474 p. — (Estudos regionais ; 9).

CENDEC

LE 85-104

NICACIO, Ricardo Manoel. *O impacto da Zona Franca sobre a qualidade de vida de Manaus*. — Brasília : Escola de Administração Fazendária, Centro de Pesquisa, 1982. 161 p. : il.

FGV

LE 85-105

OLIVEIRA, Albertina Fortuna. *Ciência e tecnologia para a Amazônia / Albertina Fortuna Oliveira ... [et alii]* ; coord. Jean Hébert. — Belém : UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1983. 214 p.

FGV

LE 85-106

- SANCHEZ ARNAU, Juan Carlos. *La crisis económica internacional y su repercusión en América Latina*. — Santiago : Naciones Unidas, 1983. 81 p. : tab. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 32).

INPES

LE 85-107

SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA (2 : 1983 : Diamantina). *Anais ...* / Editor Haydn Coutinho Pimenta. — Belo Horizonte : UFMG, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 1983. 355 p. : tab. Título das partes: 1. "História econômica de Minas Gerais" ; 2. "A economia mineira dos anos oitenta".

INPES

LE 85-108

SLATER, D. H. *Capitalismo y desarrollo regional : ensayos críticos sobre la organización del espacio en el tercer mundo*. — Amsterdam : Cedla, 1982. 209 p.

FGV

LE 85-109

Resumos Informativos

Esta seção é redigida por Antonio de Lima Brito e a seleção e a revisão técnica estão a cargo da Editoria.

ALCOOL e emprego: o impacto da produção de álcool de cana-de-açúcar e de madeira sobre a geração de empregos. — Brasília : COALBRA, 1983. 170 p. : tab. — (Cadernos COALBRA ; 3).

INPES

LE 85-083

O trabalho tem como objetivo principal a avaliação do impacto que o programa Proálcool poderá produzir na economia brasileira, com destaque para o setor agrícola, mormente quanto ao nível ocupacional e às formas de empregos diretos gerados, os quais podem ser agrícolas ou industriais, permanentes ou temporários, mal ou bem remunerados, de baixa ou alta qualificação. Avalia, embasado na meta proposta pelo Proálcool de 10,7 bilhões de litros em 1985, para estimar que tipos de emprego permanente e temporário poderão ser criados através do aumento da produção de álcool, tanto a partir da cana-de-açúcar quanto da madeira. Calcula, com vistas ao atingimento da meta pretendida, as toneladas de matéria-prima indispensáveis para garantir, de antemão, a produção de álcool prevista, os hectares de terra que terão de ser plantados para o suprimento de cana ou de madeira, assim como os efetivos e as qualificações da mão-de-obra requerida, tanto para a fase agrícola quanto para a industrial. Por fim, faz uma comparação entre os diferentes impactos que adviriam da pretendida expansão da produção alcooleira a partir das duas matérias-primas utilizadas.

ATKINSON, Anthony Barnes. *Social justice and public policy*. — Cambridge, Mass. : The MIT Press, 1983. 444 p. : tab., gráf.

INPES

LE 85-003

O volume reúne o cerne dos estudos realizados pelo autor nos campos da desigualdade econômica e da política pública, incorporando dois temas relevantes desenvolvidos em pesquisas feitas nos últimos 15 anos. O pri-

meiro deles, o da equidade distributiva, apresenta estudos que analisam a mensuração da desigualdade e da mobilidade, a extensão e as causas da desigualdade, bem como os propósitos da política pública no que diz respeito à tributação e aos gastos públicos. Ainda no âmbito dessa mesma política, os ensaios objetivam compensar, de certa forma, o abandono a que os economistas relegaram as questões distributivas. Essa compensação, segundo Atkinson, deve-se ao fato de que certos problemas não podem ser discutidos de forma apropriada sem se levar em consideração a consequente repartição de ganhos e perdas. Tal é o caso da escolha entre a tributação direta ou indireta, a progressividade do imposto de renda, e a reformulação tanto do sistema de financiamento da casa própria quanto do seguro-desemprego. O segundo tema do livro é representativo da confiança que o autor deposita na análise econômica como sendo capaz de aclarar questões de interesse público, não indicando tal procedimento uma afirmação da Economia em detrimento das outras ciências sociais. Para Atkinson, se a pesquisa econômica não pode assegurar a solução dos problemas, sem dúvida é capaz de atenuar as dificuldades e ajudar a enfocar as questões centrais.

BARBOSA, Fernando de Holanda. *A inflação brasileira no pós-guerra : monetarismo versus estruturalismo*. — Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1983. 231 p. : tab., gráf. — (IPEA/INPES. Série PNPE ; 8).

INPES

LE 85-028

As origens da experiência inflacionária brasileira no pós-guerra vem suscitando ao longo do tempo um incessante debate, chegando mesmo a dividir os economistas da América Latina, e os do Brasil em particular, em duas escolas no que respeita aos motivos desencadeadores da inflação. De um lado, os monetaristas culpam o crescimento exagerado da oferta de moeda, e, de outro, os estruturalistas afirmam que o problema surge no âmbito do sistema econômico através de mudanças de preços relativos resultantes do crescimento econômico, não tendo suas origens, assim, na política monetária, que é passiva e acomoda as variações da renda nominal da economia. Neste trabalho Barbosa procura mostrar que a diferença entre os monetaristas e os estruturalistas não se atém às origens do processo inflacionário, sendo bem mais ampla. Discorda dos que defendem apenas a corrente estruturalista, para seguir a tradição daqueles "economistas treinados na visão científica de que uma idéia é para ser testada pela sua relevância empírica antes que pelo seu brilho intelectual", como

colocou Johnson, posição metodológica esta subjacente em todos os capítulos do livro. Ao final, o autor salienta as características básicas de programas de combate à inflação inspirados nas duas escolas, resume as principais conclusões da pesquisa e sugere as linhas gerais de uma proposta para a reformulação do conjunto de normas legais que norteiam a organização das instituições monetárias brasileiras.

BARROS, Aluizio Antônio de. *Diversificação e concentração na indústria brasileira, 1974* / Aluizio Antônio de Barros, Samuel Sidsamer. — Rio de Janeiro : IBGE. 1983. 240 p. : tab.

INPES

LE 85-070

Divulga os indicadores de diversificação e concentração, buscando atender a uma demanda crescente por informações industriais a nível de empresas, com base na Pesquisa Industrial de 1974 da FIBGE e seu cadastro de empresas e estabelecimentos, principiando por introduzir os conceitos e as medidas utilizadas na publicação (Capítulo I). Descreve a organização ou estrutura do setor industrial brasileiro, mostrando, para os diversos setores da indústria, a importância das pequenas, médias e grandes empresas, das empresas diversificadas e especializadas, bem como outras características de organização das empresas (Capítulo II). Analisa os quadros de diversificação das empresas industriais no Brasil no ano de 1974, i.e., o fato de as mesmas possuírem estabelecimentos em mais de um setor (Capítulo III). Discute os níveis de concentração observáveis nos vários setores da indústria nacional, ou seja, a proporção de atividade de um setor controlada por um pequeno número de empresas. Como conclusão, apresenta as classificações industriais utilizadas no trabalho e sua correspondência com a classificação industrial a seis dígitos, do IBGE (Anexo).

BHAGWATI, Jagdish N. *Lectures on international trade* / Jagdish N. Bhagwati, T. N. Srinivasan. — Cambridge, Mass. : The MIT Press, 1983. 414 p. : gráf. Inclui bibliografia e índice.

INPES

LE 85-046

Trata basicamente da teoria do comércio, a qual essencialmente é uma extensão da análise teórica do valor, conforme a concepção de Walras-Hicks. Dividido em quatro partes, faz, na primeira, um extenso estudo da análise do equilíbrio geral do comércio internacional incluindo teorias

alternativas da estrutura do comércio e focalizando, principalmente, os teoremas ricardianos e heckscher-ohlinianos, além da descrição do equilíbrio do livre comércio, com diferentes suposições relacionadas à tecnologia, distribuição da renda, aperfeiçoamento dos mercados de fatores e de mercadorias, assim como à variabilidade das dotações dos fatores. Na segunda parte, discute a estática comparativa da análise teórica do comércio com ênfase sobre as tarifas e as transferências. Na terceira, analisa as proposições da teoria comercial direcionadas ao bem-estar e trata, amplamente, das questões relacionadas ao comércio ótimo e às políticas não comerciais com suposições alternativas no que tange às oportunidades do comércio exterior e às imperfeições nos mercados internos (incluindo, por exemplo, externalidades na produção ou no consumo). Finalmente, na quarta parte focaliza algumas questões analíticas recentemente levantadas na literatura sobre o comércio, o crescimento e o desenvolvimento.

CHAHAD, José Paulo Z. *Aspectos econômicos da implantação de um seguro-emprego* : 1.^a pt. O seguro-desemprego no cenário internacional. — São Paulo : IPE/USP, 1984. 146 p. — (Série relatórios de pesquisa ; 19).

INPES

LE 85-100

Trata-se da primeira parte de um estudo mais amplo que o autor vem realizando sobre o tema. Discute inicialmente as posições da OIT com respeito ao seguro social para os desempregados (Capítulo 1). Apresenta a evolução histórica de diversas formas de seguro social, com destaque para o seguro-desemprego (Capítulo 2). Analisa com detalhes as especificidades deste seguro — cobertura, benefícios, valor do benefício, carência, financiamento, etc. — para um razoável número de países (Capítulo 3). Apresenta o estágio desse benefício nos países industrializados na década de 1970, época em que se obtiveram dados mais confiáveis (Capítulo 4), e, finalmente, aborda o tema no que diz respeito à sua validade, alcance e limitações nos países subdesenvolvidos (Capítulo 5).

CONTROLLING the cost of social security / edited by Colin D. Campbell. — Lexington : Lexington Books, 1984. 267 p. : tab., gráf.

INPES

LE 85-102

A coletânea apresenta os trabalhos de oito economistas especializados — quais sejam M. D. Levy, P. N. Van de Water, L. J. Kotlikoff, M. Kurz, R. V. Burkhauser, S. J. Schieber, P. Cagan e S. Rosen — originalmente

colocou Johnson, posição metodológica esta subjacente em todos os capítulos do livro. Ao final, o autor salienta as características básicas de programas de combate à inflação inspirados nas duas escolas, resume as principais conclusões da pesquisa e sugere as linhas gerais de uma proposta para a reformulação do conjunto de normas legais que norteiam a organização das instituições monetárias brasileiras.

BARROS, Aluizio Antônio de. *Diversificação e concentração na indústria brasileira, 1974* / Aluizio Antônio de Barros, Samuel Sidsamer. — Rio de Janeiro : IBGE. 1983. 240 p. : tab.

INPES

LE 85-070

Divulga os indicadores de diversificação e concentração, buscando atender a uma demanda crescente por informações industriais a nível de empresas, com base na Pesquisa Industrial de 1974 da FIBGE e seu cadastro de empresas e estabelecimentos, principiando por introduzir os conceitos e as medidas utilizadas na publicação (Capítulo I). Descreve a organização ou estrutura do setor industrial brasileiro, mostrando, para os diversos setores da indústria, a importância das pequenas, médias e grandes empresas, das empresas diversificadas e especializadas, bem como outras características de organização das empresas (Capítulo II). Analisa os quadros de diversificação das empresas industriais no Brasil no ano de 1974, i.e., o fato de as mesmas possuírem estabelecimentos em mais de um setor (Capítulo III). Discute os níveis de concentração observáveis nos vários setores da indústria nacional, ou seja, a proporção de atividade de um setor controlada por um pequeno número de empresas. Como conclusão, apresenta as classificações industriais utilizadas no trabalho e sua correspondência com a classificação industrial a seis dígitos, do IBGE (Anexo).

BHAGWATI, Jagdish N. *Lectures on international trade* / Jagdish N. Bhagwati, T. N. Srinivasan. — Cambridge, Mass. The MIT Press, 1983. 414 p. : gráf. Inclui bibliografia e índice.

INPES

LE 85-046

Trata basicamente da teoria do comércio, a qual essencialmente é uma extensão da análise teórica do valor, conforme a concepção de Walras-Hicks. Dividido em quatro partes, faz, na primeira, um extenso estudo da análise do equilíbrio geral do comércio internacional incluindo teorias

alternativas da estrutura do comércio e focalizando, principalmente, os teoremas ricardianos e heckscher-ohlinianos, além da descrição do equilíbrio do livre comércio, com diferentes suposições relacionadas à tecnologia, distribuição da renda, aperfeiçoamento dos mercados de fatores e de mercadorias, assim como à variabilidade das dotações dos fatores. Na segunda parte, discute a estática comparativa da análise teórica do comércio com ênfase sobre as tarifas e as transferências. Na terceira, analisa as proposições da teoria comercial direcionadas ao bem-estar e trata, amplamente, das questões relacionadas ao comércio ótimo e às políticas não comerciais com suposições alternativas no que tange às oportunidades do comércio exterior e às imperfeições nos mercados internos (incluindo, por exemplo, externalidades na produção ou no consumo). Finalmente, na quarta parte focaliza algumas questões analíticas recentemente levantadas na literatura sobre o comércio, o crescimento e o desenvolvimento.

CHAHAD, José Paulo Z. *Aspectos económicos da implantação de um seguro-emprego* : 1.^a pt. O seguro-desemprego no cenário internacional. — São Paulo : IPE/USP, 1984. 146 p. — (Série relatórios de pesquisa ; 19).

INPES

LE 85-100

Trata-se da primeira parte de um estudo mais amplo que o autor vem realizando sobre o tema. Discute inicialmente as posições da OIT com respeito ao seguro social para os desempregados (Capítulo 1). Apresenta a evolução histórica de diversas formas de seguro social, com destaque para o seguro-desemprego (Capítulo 2). Analisa com detalhes as especificidades deste seguro — cobertura, benefícios, valor do benefício, carência, financiamento, etc. — para um razoável número de países (Capítulo 3). Apresenta o estágio desse benefício nos países industrializados na década de 1970, época em que se obtiveram dados mais confiáveis (Capítulo 4), e, finalmente, aborda o tema no que diz respeito à sua validade, alcance e limitações nos países subdesenvolvidos (Capítulo 5).

CONTROLLING the cost of social security / edited by Colin D. Campbell. — Lexington : Lexington Books, 1984. 267 p. : tab., gráf.

INPES

LE 85-102

A coletânea apresenta os trabalhos de oito economistas especializados — quais sejam M. D. Levy, P. N. Van de Water, L. J. Kotlikoff, M. Kurz, R. V. Burkhauser, S. J. Schieber, P. Cagan e S. Rosen — originalmente

discutidos em conferência patrocinada pelo American Enterprise Institute for Public Policy Research, realizada em Washington em 25 e 26 de junho de 1981, e cujo tema é o controle dos gastos com a previdência social. Fornece uma avaliação exaustiva das principais propostas visando recuperar a balança financeira do sistema previdenciário norte-americano. Aponta as medidas tomadas no sentido de contornar o problema destacando as emendas apresentadas em 1977, impondo um aumento nos descontos sobre as folhas de pagamento e modificando o sistema de benefícios após a aposentadoria. Mostra as modificações introduzidas em 1983, destacando: a protelação do aumento dos descontos sobre a folha de pagamentos, inicialmente previsto para o período 1984/90; o aumento do percentual dos descontos sobre os ganhos dos autônomos; a taxação dos benefícios das pessoas de alta renda; a concessão de assistência previdenciária aos funcionários recém-admitidos, bem como aos das empresas não-lucrativas; uma defasagem de seis meses na correção anual dos benefícios; e, finalmente, o aumento de 65 para 67 anos de idade para habilitação ao benefício total quando da ocasião da aposentadoria.

CRUZ, Paulo Davidoff. *Dívida externa e política econômica : a experiência brasileira nos anos setenta* / Paulo Davidoff Cruz ; prefácio: Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. — São Paulo : Brasiliense, 1984. 188 p. Bibliografia p. 185-88.

INPES

LE 85-053

O volume analisa a ideologia e as políticas internas responsáveis pelo pique da dívida externa brasileira. Examina as alterações de ênfase na administração interna, demonstrando como estas responderam às oscilações do cenário financeiro externo, mimetismo que veio a contaminar toda a política econômica e a submeter as decisões às necessidades do ajustamento externo. Centra-se no exame das formas concretas de articulação/ inserção que o endividamento desenvolveu quanto aos movimentos da economia brasileira e aos padrões internos de financiamento. Focaliza o papel da política econômica como condicionadora dessas formas concretas, discutindo, ao mesmo tempo, como a própria abertura financeira para o exterior gerou progressivos condicionantes às diretivas da política econômica. Discute a natureza do endividamento externo brasileiro recente com base na análise das relações entre desequilíbrios das transações correntes e tomadas de recursos junto ao sistema financeiro internacional. Analisa a evolução do discurso governamental e das medidas de política econô-

mica no que tange ao processo de endividamento externo. Faz um exame acurado das principais características e tendências do endividamento, concentrando o enfoque nos tomadores domésticos de crédito externo. Por último, apresenta uma visão sintética e integrada das principais conclusões apontadas no decorrer do estudo.

ECONOMIA e cultura : 1930-1964 / Antônio Flávio de Oliveira Pierucci ... [et alii] . In: HISTÓRIA Geral da Civilização Brasileira / direção de Sérgio Buarque de Holanda (período colonial e monárquico) e Boris Fausto com relação ao período republicano. — São Paulo : Difel, 1984. Tomo 3: O Brasil republicano, v. 4, 666 p. Inclui índice e bibliografia.

INPES

LE 85-006

Trata-se do 4.^o volume do Tomo III da série "História Geral da Civilização Brasileira", dividido em duas partes, cujos títulos são "Economia e Demografia" e "Igreja, Educação e Cultura", abrangendo o período de 1930/64. O propósito é fornecer ao leitor temas bastante variados dentro de um quadro amplo da História brasileira, a partir da colaboração de autores de formação diversa, temas esses que vão desde a análise da estrutura econômica e das opções da política econômica, a partir dos anos 30, até a história da literatura e das diferentes artes. Como exemplo, encontram-se no volume aspectos díspares como as decisões das autoridades governamentais em favor da industrialização, as campanhas de educação popular, as "chanchadas" da Atlântida, e a malandragem e a música popular brasileira. No campo da Economia, destacam-se os trabalhos "O Brasil e a Economia Mundial — 1939/1945", de Marcelo de Paiva Abreu, "Relações Econômicas Internacionais do Brasil — 1945/1964", de Pedro Malan, "O Desenvolvimento da Produção Agropecuária — 1930/1970", de Tamás Szmrecsányi, "Interpretação do Brasil: uma Experiência Histórica de Desenvolvimento", de Paulo Singer, e "Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil: o Período Pós-30", de Neide L. Patarra.

ECONOMIC interdependence and flexible exchange rates / edited by Jagdeep S. Bhandari and Bluford H. Putnam with Jay H. Levin; foreword by Rudiger Dornbusch. — Cambridge, Mass. : The MIT Press, 1983. 547 p. : tab., gráf.

INPES

LE 85-047

A coletânea discute a questão da interdependência econômica e das taxas de câmbio flexíveis, através dos trabalhos de estudiosos oriundos de diferentes escolas do pensamento tanto do campo teórico quanto do empírico. Segundo os organizadores, muitos governos têm-se mostrado incapazes de evitar que suas economias sofram as consequências das crises internacionais, uma vez que os mercados mundiais deixaram seu âmbito puramente doméstico e partiram para um sistema internacional. Além disso, os custos do isolamento econômico, às vezes considerado um tipo de independência, também aumentaram. Ou seja, eles são de opinião que no sistema econômico mundial altamente integrado de hoje, as autoridades governamentais devem procurar chegar a um acordo no que diz respeito à interdependência econômica do sistema. No que tange à estrutura organizacional deste volume, o mesmo apresenta inicialmente uma análise exaustiva do funcionamento dos sistemas de taxas de câmbio flexíveis nos anos 70 (Frenkel). A primeira parte incorpora artigos relacionados à determinação da taxa de câmbio (Dornbusch, Kouri, Frankel, e Canto e Miles). A segunda trata da questão da importação de petróleo (Sachs, Krugman, e Buiter e Purvis). A terceira analisa as implicações políticas da interdependência econômica num sistema de taxas de câmbio flexíveis (Branson e Buiter, Turnovsky, Levin, Henderson e Waldo, Witte, Bilson, e Hool e Richardson). Finalizando, a quarta parte estuda as implicações que as crises econômicas apresentam no que toca à sua disseminação internacional (Darby, Knight e Mathieson, e Deardorff e Stern).

ESTUDOS sobre a construção pesada no Brasil / Antonio Jaime Gama Jobim, Antonio Tinoco Ferraz F., Victor Prochnik; Julio Sérgio Gomes de Almeida (organizador). — Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. 271 p. : tab. — (UFRJ. Instituto de Economia Industrial. Relatório de pesquisa ; 2). Convênio IPEA/PNPE/ANPEC.

INPES

LE 85-082

O livro engloba estudos desenvolvidos no IEI sobre a construção pesada no Brasil, os quais objetivam iniciar uma análise sistemática sobre este sub-setor, bem como contribuir para algumas questões que mais o distinguem no quadro da economia brasileira, quais sejam: a dinâmica do capital privado nacional, as relações com o Estado e setores da economia, e o gigantismo e a transnacionalização de várias empresas construtoras. Assim, inicialmente o relatório focaliza, numa perspectiva histórica,

as relações entre política econômica, Estado e formação de grandes blocos de capital privado nacional na construção pesada (Almeida e Ferraz Filho). Em seguida, tece considerações sobre a transnacionalização da engenharia brasileira iniciada nos anos sessenta e consolidada ao longo da década de setenta (Ferraz Filho). Como conclusão, analisa o impacto macroeconômico da construção pesada, mormente no que diz respeito à construção de barragens e rodovias, utilizando a Matriz de Relações Inter-setoriais (Jobim e Prochnik).

FRANÇOIS Quesnay : economia / organizador Rolf Kuntz ; tradução Mary M. de C. Neves ... [et alii] . — São Paulo : Ática, 1984. — (Grandes cientistas sociais ; 44).

INPES

LE 85-017

Trata-se de mais um volume da coleção Grandes Cientistas Sociais, a qual tem como propósito fazer chegar até o leitor interessado aqueles autores que mais se sobressaíram mundialmente em suas respectivas áreas, os quais são analisados mediante uma pormenorizada introdução crítica e bibliográfica, seguida de uma coletânea dos trabalhos mais representativos dos mesmos. Nesta coletânea o organizador apresenta aquele que é conhecido como o primeiro estudioso a decifrar os processos de circulação e de reprodução do capital. Quesnay (1694-1774) — médico da corte de Luís XV e líder dos fisiocratas, primeiro grupo a organizar-se em torno de uma doutrina econômica — destacou-se, antes de mais nada, pela sua preocupação com os problemas do desenvolvimento, aspecto quase sempre desapercibido pelos historiadores da ciência econômica, além de ser considerado por autores renomados (Marx, Schumpeter) como o fundador da economia moderna. Para outros, a ele coube um papel exponencial na formação de um estilo de pensamento, ao estudar os fenômenos da sociedade como fatos sujeitos a leis “naturais”, independentes da vontade humana, ao passo que há autores que o têm como detentor do mérito de ser o forjador, em sua forma primitiva, de instrumentos poderosos de investigação e de análise. Mas dentre os sete textos aqui apresentados, o *Quadro econômico* (*Tableau économique*) tido como o antepassado tanto dos esquemas de reprodução de Marx, da descrição global da economia de Walras, quanto dos modelos de equilíbrio geral e das modernas matrizes de relações intersetoriais. Sua versão primeira — um gráfico acompanhado de algumas explicações —, formulada em 1758, continuou ao longo de dois séculos evocado como um paradigma.

GALBRAITH, J. Kenneth. *A anatomia do poder* / tradutor Hilário Tonloni. — São Paulo : Pioneira, 1984. 205 p.

INPES

LE 85-008

Envolvido há pelo menos 40 anos com o tema do poder — seja exercendo influência como encarregado do controle de preços, durante a II Guerra Mundial; seja permanecendo nas margens, quando exercia outros cargos que lhe possibilitavam uma melhor situação para observar; seja ainda colocando no papel a experiência coletada, quando publicou seu primeiro livro, *American capitalism: the concept of countervailing power* (1952), ou ao trazer a lume *The new industrial state* (1967), considerado seu melhor trabalho na área econômica — Galbraith começa, no presente livro, pelos três meios com os quais o poder se exerce: pela punição, ou poder condigno; pela compensação, ou poder compensatório; pela persuasão, apelo à crença, ou poder condicionado. Passa depois a considerar as fontes do poder — suas origens na personalidade, na propriedade e na organização. A organização e o exercício intimamente associados do poder condicionado recebem particular atenção: são as mais importantes manifestações modernas de poder. Estabelecidos os pontos essenciais, o livro passa à dinâmica do poder — como as fontes do poder e os instrumentos de sua execução foram se alterando em importância, caráter e combinação ao longo do tempo. Trata de sua forma feudal; das mudanças com o capitalismo incipiente e o alto capitalismo; do exercício do poder na economia empresarial altamente organizada, assim como no Estado moderno e sua instituição militar. Examina, além de outros aspectos, a ilusão de poder — a tendência de políticos, jornalistas, e talvez professores, imaginarem que têm poder, quando não o têm.

HOLANDA Filho, Sérgio Buarque de. *Estrutura industrial no Brasil : concentração e diversificação*. — Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1983. 275 p. : tab. — (IPEA/INPES. Série PNPE ; 7). Originalmente apresentado como tese de doutorado à Univ. de São Paulo.

INPES

LE 85-072

Busca conhecer melhor alguns aspectos da estrutura industrial brasileira, por meio de indicadores ligados à concentração e diversificação. Pesquisa o peso das grandes empresas na indústria como um todo e setores específicos, bem como o nível de diversificação das atividades das firmas. Restringe a análise empírica a 1974, não avalia a evolução dos elementos estruturais pesquisados, mas permite, com um estudo *cross-section*, um

detalhamento e especificação de elementos da estrutura industrial. Quanto à organização, aborda, no primeiro capítulo, autores de diversas escolas econômicas sobre aspectos teóricos da concentração e diversificação industrial. No segundo, expõe os aspectos da estrutura industrial, discute os diversos conceitos práticos utilizados, apresenta os indicadores estimados, discutindo suas características. Nos dois capítulos finais descreve os resultados da pesquisa empírica e discute as questões apresentadas anteriormente.

LIMA, José Luiz. *Estado e energia no Brasil : o setor elétrico no Brasil : das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962)*. — São Paulo : IPE/USP, 121 p. Inclui bibliografia. — (Ensaio econômico ; 36). Dissertação de mestrado apresentada em 1983 à Faculdade de Economia e Administração da USP.

INPES

LE 85-073

Analisa as relações entre o Estado e o desenvolvimento do setor elétrico no Brasil ao longo do período 1890/1962. A preocupação central é identificar em cada fase do período mencionado os principais elementos que, na órbita do Estado, condicionavam os rumos do setor elétrico. Nesse sentido, focaliza os aspectos institucionais presentes nas relações Estado-setor elétrico e aborda as origens da estatização no contexto do planejamento econômico brasileiro. Resume os traços gerais da implantação e expansão do setor elétrico durante a República Velha, destacando as tentativas pioneiras de regulamentação institucional do mesmo. Apresenta as modificações institucionais do período 1930/45 com ênfase no estudo do Código de Águas de 1934 e da política oficial — o campo da energia elétrica durante a II Guerra Mundial. Analisa os rumos tomados pela área no Governo Dutra e no segundo Governo Vargas. Por último, aborda o avanço progressivo do Estado dentro do setor na vigência do Plano de Metas do Governo Kubitschek, quando a criação da Eletrobrás consolidou a intervenção estatal e fixou os pilares da atual estrutura setorial no Brasil.

LONGO, Carlos Alberto. *A disputa pela receita tributária no Brasil*. — São Paulo : IPE/USP, 1984. 179 p. Inclui apêndices. — (Série ensaios econômicos ; 34). Originalmente apresentada como tese de licenciatura à Faculdade de Economia e Administração da USP.

INPES

LE 85-044

As alterações feitas nos últimos 15 anos nos métodos de financiamento do setor público ajudaram a dilapidar as bases tributárias de 1965. Ficou, assim, praticamente impossível discernir qual o setor ou região realmente beneficiada com os incentivos fiscais generalizados, razão por que houve um consenso quanto à oportunidade de repensar o atual sistema tributário nos âmbitos federal, estadual e municipal e, dessa forma, adotar uma reaproximação de realismo orçamentário nessas três áreas governamentais. Diante do exposto, o presente estudo procura contribuir para um dos aspectos dessa reforma fiscal, qual seja a divisão de receitas e encargos entre esferas de governo. Assim, examina o tamanho do setor público brasileiro de forma a tornar explícita a sua composição em termos de receitas e despesas. Revê a literatura econômica do federalismo fiscal, daí tentando extrair parâmetros ligados à distribuição ideal de receitas e encargos entre as supracitadas esferas. Descreve, a seguir, a distribuição efetiva desses recursos e dispêndios no Brasil, sugerindo essa evidência que a distribuição de receitas e encargos se distancia bastante das implicações do modelo de federalismo fiscal delineado no terceiro capítulo. Apresenta uma discussão dos impostos de renda, circulação de mercadorias e predial-territorial, ressaltados pelo modelo de federalismo fiscal como apropriados a nível federal, estadual e municipal, encerrando com um sumário de sugestões visando à reforma fiscal.

MAGALHÃES, Antonio Rocha. *Industrialização e desenvolvimento regional : a nova indústria do Nordeste*. — Brasília : IPEA/IPLAN, 1983. 315 p. : tab. — (IPEA/IPLAN. Estudos para o planejamento ; 24). INPES LE 85-074

O trabalho propõe-se a fazer uma avaliação de aspectos relevantes da estratégia de industrialização do Nordeste, adotada pelo Governo Federal a partir do início da década de 60, embasado em informações coletadas em pesquisa direta promovida em 1978 pelo BNB e pela SUDENE, com dados quantitativos referentes a 1977. Apresenta o arcabouço teórico utilizado, chamando atenção para o fato de que o velho conflito entre rigor teórico e poder de explicação da realidade foi arbitrado, neste caso, em detrimento do primeiro (Capítulo 2). Inicia a análise de dados empíricos sobre a nova indústria (Capítulo 3), detendo-se no exame da efetividade dos instrumentos de estímulo à industrialização do Nordeste e, em sentido mais geral, à análise dos fatores que influenciaram a localização industrial na região. Analisa empiricamente as características estruturais da nova

indústria, em termos de propriedade, concentração e integração vertical e intra-regional. Estuda a contribuição da nova indústria para o crescimento macroeconômico regional, a criação de emprego urbano e auto-sustentação do crescimento (Capítulo 4). Testa algumas hipóteses sugeridas pelo enfoque de organização industrial quanto ao relacionamento entre desempenho e características estruturais (Capítulo 5), apresentando ao final as conclusões principais do trabalho, sobretudo no que respeita à contribuição da nova indústria para os objetivos em relação aos quais ela foi estimulada.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. — Petrópolis : Vozes, 1984. 288 p.

INPES

LE 85-010

O trabalho analisa a consolidação do pensamento econômico brasileiro dos anos 50 e 60, caracterizando a formação dos primeiros modelos analíticos, suas origens teóricas, suas principais fontes de inspiração e suas hipóteses básicas e proposições fundamentais. Aprecia criticamente cada modelo, desde o que o autor chama de Modelo de Substituição de Importações, de Rangel e Furtado, passando pelo Modelo Democrático Burguês, de Sodré e Guimarães, e finalmente o Modelo Brasileiro de Desenvolvimento, cujos principais expoentes foram Campos e Simonsen. Essa apreciação é feita seja do ponto de vista de sua coerência interna, de seu poder explicativo e de sua correspondência aos fatos, e, também, do ângulo de uma visão alternativa do processo de desenvolvimento capitalista. Esta, segundo Mantega, não se encontra totalmente explícita, mas subentendida e disseminada ao longo do trabalho, para não desviar a análise do seu projeto principal de reproduzir com fidelidade o pensamento econômico brasileiro da época. Trata-se, portanto, da reconstituição crítica das trajetórias teóricas das principais obras e pensadores, e de sua ordenação em correntes analíticas afins, que vão formar, no entender do autor, uma Economia Política Brasileira.

MUELLER, Charles Curt. *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial* : um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil. — Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1983. 363 p. : tab. — (IPEA/INPES. Séries PNPE ; 9). Convênio IPEA/PNPE.

INPES

LE 85-089

Parte do princípio de que as altas taxas de crescimento da renda real e as grandes transformações estruturais não sofreram uma evolução "natural", mas foram, isto sim, resultado da ação do Estado, cujas consequências se fizeram sentir, por exemplo, na submissão da agricultura aos requerimentos da expansão urbano-industrial. De acordo com Mueller, este estudo da evolução do processo de formação de políticas públicas relacionadas com a agricultura no Brasil, embora não sendo de história econômica, analisa, numa perspectiva histórica, as mudanças verificadas na formulação de políticas agrícolas e de políticas que afetam de forma substancial o setor, no período que vai da Proclamação da República até o fim da II Guerra, período em que o Brasil sofreu amplas transformações, mormente nas políticas referidas. Se, no início do período, essas políticas estavam atreladas mais aos interesses das oligarquias rurais, em meados da década de 40 já exibiam apreciável viés urbano-industrial, num prenúncio da intensa exação de recursos a que a agricultura passaria a ser submetida um pouco mais tarde.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. — 4.^a ed. — Rio de Janeiro : Graal, 1984. 159 p. : tab.

INPES

LE 85-075

Trata-se de coleção de ensaios representativa da essência do trabalho que o autor vem desenvolvendo na qualidade de estudioso das questões econômicas brasileiras. Inicia-se com "A Emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930)"; segue com "Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil"; continua com "Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)"; "Expansão capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro"; e encerra com "A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital". A meta primordial e persistente de Oliveira se reveste aqui de uma unidade patente na busca que empreende em todos os trabalhos apresentados, visando entender a especificidade do capitalismo no Brasil, vale dizer, deixar claro a quem serve, neste País, o movimento capitalista. Conforme se pode deduzir, a tentativa é a de uma pesquisa essencialmente das leis "que presidem, que fazem esse movimento, essa reprodução", segundo Marx. Assim, o autor tenta encarar a necessidade de ir além do reconhecimento puro e simples de que este País, "enquanto espaço social de reprodução, é uma criação do capitalismo". Oliveira

busca, enfim, reunir subsídios outros e prescrutar novos ângulos de uma questão bastante complexa que vem despertando a atenção dos que se preocupam com os destinos do Brasil. E isto após passado o milagre, quando começa a surgir o questionamento quanto às direções que deve seguir a evolução econômica do País.

SÁNCHEZ ARNAU, Juan Carlos. *La crisis económica internacional y su repercusión en América Latina*. — Santiago : Naciones Unidas, 1983.

81 p. : tab. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 32).

INPES

LE 85-107

O presente estudo analisa a crise econômica que se abateu sobre os países industrializados a partir de 1974, e que se agravou com o choque do petróleo, e suas repercussões posteriores sobre os países latino-americanos. Mostra que, embora de início a crise tenha demonstrado que afetaria essencialmente o setor industrial das economias das nações industrializadas, acabou por estender-se, inicialmente de forma distinta e depois de maneira generalizada, a todo o conjunto de seus aparatos econômicos. Por essa razão, a primeira parte do trabalho passa em revista as manifestações da crise nesses países através do comportamento dos grandes agregados econômicos e, em seguida, discute as diferentes interpretações dadas em cada um deles em particular. A segunda parte analisa o impacto da crise internacional sobre a economia da América Latina e apresenta algumas sugestões sobre certas medidas que, a curto e médio prazo, poderiam ser adotadas pelos países da região, no sentido de atenuar os efeitos deletérios do referido impacto.

SANTOS, Zuleima A. Pires de Souza. *Adoção tecnológica na agricultura paulista*. — São Paulo : IPE/USP, 1984. 119 p. : tab., gráf. — (Série ensaios econômicos ; 35). Bibliografia p. 117-19. Dissertação de mestrado apresentada em 1983 à Faculdade de Economia e Administração da USP.

INPES

LE 85-093

O estudo analisa o processo de geração de novas tecnologias e a sua adoção por parte de algumas culturas do Estado de São Paulo, tendo como objetivo compreender o processo de modernização do setor agrícola. Divide-se em duas partes, discutindo, na primeira, o modelo de adoção tecnológica (Capítulo I), e o uso da variável rendimento como indicadora desse

processo na agricultura paulista (Capítulo 2). Na segunda, focaliza os resultados da estimação do modelo de adoção tecnológica obtidos para os produtos estudados (Capítulo 3), os quais são analisados à luz de informações históricas de cada cultura (Capítulo 4), com as evidências de novos conhecimentos gerados pela pesquisa agrícola em disponibilidade para os agricultores, buscando identificar os momentos em que as indicações de um processo mais intenso de adoção de inovações tecnológicas redundaram em ganhos de produtividade. No final, sumaria as principais observações e conclusões elaboradas no decorrer do estudo.

Sørensen, Georg. *Transnational corporations in peripheral societies : contributions towards self-centered development?* — Aalborg : Aalborg University Press, 1983. 150 p. : tab. — (Aalborg University. Development research series ; 6).

INPES

LE 85-026

O trabalho se baseia na tese de Ph.D. do autor sobre as atividades das empresas transnacionais nas sociedades periféricas, tendo o Brasil, país a que são dedicados cinco dos oito capítulos do livro, como fonte maior em que Sørensen colhe os seus subsídios. Mostra que inúmeras nações periféricas vêm apresentando altas taxas de crescimento econômico nas últimas décadas e aponta as corporações transnacionais como responsáveis em grande medida por esse desenvolvimento. Coloca em questão o fato de estarem essas empresas contribuindo para um desenvolvimento independente na periferia ou, ao contrário, contribuindo para a independência econômica dos países em que operam. Tenta desvendar essa dúvida através de uma análise das características e do comportamento das empresas transnacionais de uma maneira geral, e do caso brasileiro em particular, uma vez que, na opinião do autor, as multinacionais estão há bastante tempo profundamente comprometidas com a economia deste País. Mostra, por outro lado, que as referidas atividades podem conter elementos "construtivos" ou "destrutivos". No primeiro caso (Capítulos 2 e 3), aponta as alterações nas características e no comportamento supracitados, no que se relaciona ao processo de acumulação nos países centrais, que chama dinâmica "internacional". No segundo (Capítulos 4 a 8), analisa as mudanças nas condições em que operam as transnacionais nas economias hospedeiras (no caso, o Brasil), que chama de dinâmica "nacional".

UEDA, Eurico. *Estrutura tributária estadual : potencialidades, adequação e reformas* / Eurico Ueda, Ivo Torres. — São Paulo : IPE/USP, 1984. 106 p. : tab. — (Série relatórios de pesquisa ; 18).

INPES

LE 85-045

O volume focaliza basicamente os resultados perversos da reforma tributária de 1967 no que diz respeito às **finanças estaduais**. Centralizando os recursos financeiros nas mãos do Governo Federal através do ICM, que é o principal gerador de receita, a citada reforma acabou, segundo os autores, deteriorando a situação financeira de Estados e municípios. Aponta a finalidade básica da mesma, que era de conduzir políticas econômicas que atingissem os grandes objetivos nacionais, para o que se considerou necessária a eliminação da autonomia tributária de Estados e municípios com vistas a evitar conflitos de interesses entre esferas de Governo. Mostra como os resultados das medidas postas em prática foram catastróficos, já que ocorreu uma erosão da base tributária do ICM, aumentando o diferencial entre as elasticidades-renda efetiva e potencial, o que, acoplado ao crescimento dos dispêndios, acarretou uma deterioração das finanças estaduais que nem os Estados mais desenvolvidos conseguiram controlar. Destaca, na primeira parte do livro, as evidências empíricas, focalizando os componentes da estrutura tributária estadual, a teoria do imposto sobre valor adicionado, e a natureza e escopo do ICM, além de discutir se este apresenta ou não condições de preencher o critério de adequação fiscal. Na segunda parte, analisa as principais propostas de reformulação do sistema tributário do Governo Federal e Estados, tendo como ponto central a mensuração do impacto financeiro dessas sugestões.

WELLS Junior, Louis T. *Third world multinationals : the rise of foreign investment from developing countries*. — Cambridge, Mass. : The MIT Press, 1983. 206 p. : tab.

INPES

LE 85-061

Analisa o crescimento dos investimentos que alguns países do Terceiro Mundo, mormente os do Sul e Sudeste da Ásia e da América Latina, estão realizando no estrangeiro, gerando uma "nova onda de multinacionais", e destaca o impacto que tais incursões vêm causando na ordem econômica internacional. Investiga a razão de tais empresas terem abandonado a simples exportação de bens ou as licenças concedidas no estrangeiro, para investirem em subsidiárias, *joint ventures* ou mesmo por conta própria.

Identifica, ao lado dos custos de transporte, barreiras tarifárias e restrições às importações, fatores outros como a simples motivação dos empresários em investir no estrangeiro, a necessidade de manutenção da propriedade ou as vantagens oriundas da concorrência, ou ainda o intercâmbio de níveis tecnológicos ou de laços étnicos. Compara as semelhanças e as diferenças entre essas empresas e as dos países industrializados. Examina as possíveis implicações, seja das relações entre países hóspedes e hospedeiros, seja das Norte-Sul em geral. Conclui afirmando que seria enganoso prever um futuro brilhante para todas essas empresas pois embora exista um ou outro investidor bem-sucedido, outros indícios sugerem uma previsão mais cautelosa. Cita como exemplos os casos da S.I.A.M. di Tella, argentina, que acaba de vender sua participação internacional; da Alpar-gatas, do mesmo país, cuja subsidiária brasileira tornou-se mais criativa que a matriz; e, mais recentemente, o caso dos investidores indianos, cujas taxas negativas se mostram inexoravelmente altas. Todavia, essa previsão de curta existência para muitas dessas firmas subsidiárias não significa, conclui Wells, que os fluxos de investimento globais declinarão. Pelo contrário, as condições que ensejaram o crescimento observado até agora indicam que eles continuarão.

PUBLICAÇÕES ESPECIAIS

Esta seção relaciona principalmente textos inéditos e edições de circulação dirigida considerados de difícil acesso. Divide-se em três partes: (i) "Publicações Seriadas", cobrindo cerca de 100 títulos normalmente registrados na Biblioteca do INPE; (ii) "Estudos e Pesquisas" focalizando não só contribuições da área acadêmica, mas uma série de outros trabalhos desenvolvidos no âmbito da articulação de políticas e da formulação do planejamento; e, (iii) "Referência", divulgando obras que compilam informações de natureza numérica ou descritiva. A sigla abaixo das citações, nas duas últimas partes, indica a coleção à qual a mesma pertence.

Publicações Seriadas

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Washington, D.C.

World Bank reprint series.

MUNASINGHE, Mohan. *Integrated national energy planning (INEP) in developing countries.* — s.d. — n. 165. Separata de: *Natural Resources Forum*, Dordrecht, 4:359-73, 1980.

NORTON, Roger D. *Market equilibrium computations in activity analysis models* / Roger D. Norton, Pasquale Lucio Scandizzo. — 1981. — n. 189. Separata de: *Operations Research*, Baltimore, 29 (2):243-62, Mar./Apr. 1981.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Washington, D.C.

World Bank. Development Research Department. Discussion paper.

PYATT, Graham. *Inertia in employment.* — 1984. 32 p. : gráf. — n. 73.

Lit. econ., 7(1): 175-196, 1985.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOL-
VIMENTO, Washington, D.C.

World Bank. Energy department paper.

AHMED, Masood. *Guidelines for the presentation of energy data in bank reports.* — 1982. 12 f. : tab. — n. 7.

JULIUS, DeAnne. *Energy pricing in developing countries.* — 1981. 201 p. : tab. — n. 1.

JULIUS, DeAnne. *Energy pricing in developing countries : lessons from the Egypt study.* — 1981. 14 p. : tab. — n. 3.

MANIBOG, Fernando R. *Bangladesh : rural and renewable energy issues and prospects.* — 1982. 62 p. : tab. — n. 5.

MASHAYEKHI, Afsaneh. *Marginal cost of natural gas in developing countries : concepts and applications.* — 1983. 21 p. : tab., gráf. — n. 10.

POWER system load management technologies. — 1983. 132 p. : tab. — n. 11.

STUDY of alternative fuels for use in internal combustion engines. — 1981. pág. irreg. : tab., gráf. — n. 4.

SUZOR, Norland C. *Identifying the basic conditions for economic generation of public electricity from surplus bagasse in sugar mills /* Norland C. Suzor, P. E. Bouvet. — 1983. 158 p. : tab., gráf. — n. 13.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOL-
VIMENTO, Washington, D.C.

World Bank. Staff working paper.

DERVIS, Kemal. *Policy analysis of shadow pricing, foreign borrowing, and resource extraction in Egypt /* Kemal Dervis, Ricardo Martin, Sweder van Wijnbergen. — 1984. 161 p. : tab., gráf. — n. 622.

CORPORACIÓN DE INVESTIGACIONES ECONÓMICAS PARA LA-
TINOAMERICA, Santiago de Chile.

Estudios CIEPLAN.

- ARELLANO, José Pablo. *De la liberalización a la intervención : el mercado de capitales en Chile 1974-83.* — 1983. 45 p. — n. 74. Publicado em Colección Estudios Cieplan, n. 11, dic. 1983.
- ARELLANO, José Pablo. *Políticas de vivienda popular : lecciones de la experiencia chilena.* — 1982. 33 p. — n. 66. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 9, dic. 1982.
- CORTAZAR, René. *Políticas de reajustes y salarios en Chile : 1974-1982.* — 1983. 20 p. — n. 71. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 10, jun. 1983.
- CORTAZAR, René. *Salarios nominales e inflación : Chile 1974-1982.* — 1983. 27 p. — n. 76. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 11, dic. 1983.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *El experimento monetarista en Chile : una síntesis crítica.* — 1982. 36 p. — n. 65. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 9, dic. 1982.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *El problema de la deuda externa y la apertura financiera en Chile.* — 1983. 26 p. — n. 77. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 11, dic. 1983.
- FOXLEY, Alejandro. *Algunas condiciones para una democratización estable : el caso de Chile.* — 1982. 31 p. — n. 69. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 9, dic. 1982.
- HIRSCHMAN, Albert O. *La estrategia de desarrollo económico : una reevaluación.* — 1983. 22 p. — n. 73. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 10, jun. 1983.
- HURTADO R. T., Carlos. *La economía chilena entre 1830 y 1930 : sus limitaciones y sus herencias.* — 1984. 24 p. — n. 80. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 12, mar. 1984.
- LAGOS E., Ricardo. *El precio de la ortodoxia.* — 1984. 13 p. — n. 83. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 12, mar. 1984.
- MARCEL, Mario. *Indicadores líderes de recesión y expansión económica / Mario Marcel, Patricio Meller.* — 1983. 33 p. — n. 75. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 11, dic. 1983.
- MARFAN, Manuel. *Políticas reactivadoras y recesión externa : Chile 1929-1938.* — 1984. 31 p. — n. 82. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 12, mar. 1984.

- MELLER, Patricio. *Características de la tecnología de las filiales manufactureras norteamericanas*. — 1983. 23 p. — n. 72. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 10, jun. 1983.
- MELLER, Patricio. *Las diferencias (económicas) entre el mercado del trabajo y el mercado de las papas*. — 1982. 31 p. — n. 67. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 9, dic. 1982.
- MELLER, Patricio. *Elementos útiles e inútiles en la literatura económica sobre recesiones y depresiones*. — 1984. 24 p. — n. 84. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 12, mar. 1984.
- MORANDE, Felipe. *Factores determinantes de los precios internos de bienes transables en Chile*. — 1983. 37 p. — n. 78. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 11, dic. 1983.
- MUÑOZ, Oscar. *La economía mixta como camino al pleno empleo : lecciones de un cuarto de siglo*. — 1982. 32 p. — n. 68. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 9, dic. 1982.
- PALMA, J. Gabriel. *Chile 1914-1935 : de economía exportadora a sustitutiva de importaciones*. — 1984. 28 p. — n. 81. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 12, mar. 1984.
- RACZYNSKI, Dagmar. *Reformas al sector salud : dialogos y debates*. — 1983. 40 p. — n. 70. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 10, jun. 1983.
- VILLALOBOS R., Sergio. *Sugerencias para un enfoque del siglo XIX*. — 1984. 28 p. — n. 79. Publicado em Colección Estudios Cieplan n. 12, mar. 1984.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Instituto de Pesquisas, Rio de Janeiro.
- Textos para discussão. Grupo de Energia.*
- CECCHI, José Cesário. *Energia na indústria de vidro*. — Mar. de 1984. 92 p. : tab. — n. 20.
- PINHEIRO, Armando Manuel da Rocha Castelar. *Uma análise dos processos de conservação de energia e substituição do óleo combustível na indústria do cimento*. — Mar. de 1984. 102 p. : tab. — n. 19.

INTERNATIONAL DEVELOPMENT CENTER OF JAPAN, Tokyo.

IDCJ. Working paper series.

OHKAWA, Kazushi. *Capital output ratios and the "residuals" : issues of development planning.* — 1984. 39 p. : tab., gráf. — n. 28.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, Geneva.

World employment programme research. Working paper.

WATANABE, Susumu. *Micro-electronics and employment in the Japanese automobile industry.* — 1984. 69 p. : tab. — n. 129.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, Rio de Janeiro.

PUC-RJ. Texto para discussão.

ABREU, Marcelo de Paiva. *The concept of "graduation" of developing countries : its genesis in multilateral organizations, a priori criticisms and an estimate of the costs of its application in the case of Brazil / Marcelo de Paiva Abreu, Winston Fritsch.* — 1984. 46 f. : tab. — n. 71.

ARIDA, Persio. *Cournot : epistemologia e análise econômica (um ensaio didático).* — 1984. 120 f. — n. 69.

BACHA, Edmar Lisboa. *External shocks and growth prospects : the case of Brazil, 1973-1989.* — 1984. 39 f. : tab. — n. 73.

CAMARGO, José Márcio. *Minimum wage in Brazil : theory, policy and empirical evidence.* — 1984. 49 f. : tab. — n. 67.

LOPES, Francisco Lafaiete de Pádua. *Sistemas alternativos de política salarial.* — 1984. 51 f. : gráf. — n. 66.

MASCOLO, João Luiz. *Características tecnológicas do setor industrial exportador / João Luiz Mascolo, Helson Cavalcante Braga.* — 1984. 43 f. : tab. — n. 72.

MODIANO, Eduardo Marco. *Elasticidade-renda e preços da demanda de energia elétrica no Brasil.* — 1984. 19 f. : tab., gráf. — n. 68.

MODIANO, Eduardo Marco. *Salários, preços e câmbio : os multiplicadores dos choques numa economia indexada.* — 1984. 55 f. : tab. — n. 70.

LA TROBE UNIVERSITY, Melbourne.

Economics discussion paper.

MEAGHER, G. A. *Fiscal policy and Australian industry : the effects of a change in the mix of direct and indirect taxation.* — 1983. 43 p. : tab. — n. 7/83.

RABY, Geoff. *Production instability and the diversification of phase I science in Australia : the case of the catarrh epizootics in pre-1850 New South Wales.* — 1984. 25 p. — n. 2/84.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo.

Trabalho para discussão interna.

ARAUJO Jr., José Tavares. *Mercados contestáveis e concorrência schumpeteriana nas economias de industrialização recente.* — 1984. 37 f. — n. 4/84.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. *Salários e emprego no Brasil : notas de pesquisa / José Paulo Zeetano Chahad, Carlos Antonio Luque.* — 1984. 19 p. : tab. — n. 13/84.

DIAS, Guilherme Leite da Silva. *Fundamentos para uma nova política agrícola / Guilherme Leite da Silva Dias, José Roberto Mendonça de Barros.* — 1984. 22 f. : tab. — n. 1/84.

ENDO, Seiti Kaneko. *Informe sobre os resultados da pesquisa de orçamentos familiares no Município de São Paulo.* — 1984. 26 p. : tab. — n. 7/84.

LAMOUNIER, Bolivar. *Política econômica e abertura política no Brasil : 1973/1983 / Bolivar Lamounier, Alkimar Ribeiro de Moura.* — 1984. 48 p. : tab. — n. 6/84.

LERDA, Juan Carlos. *Anotações sobre mark-up na teoria convencional da firma.* — 1984. 27 f. : gráf. — n. 10/84.

MACEDO, Roberto Brás Matos de. *Diferenciais de salários entre empresas privadas e estatais.* — 1984. 9 f. : tab. — n. 5/84.

MARTONE, Celso Luiz. *A questão das dívidas e a inconsistência da política de ajustamento*. — 1984. 45 p. : gráf. — n. 11/84.

MELO, Zélia Maria Cardoso de. *Economia urbana em São Paulo (1850-1890)* / Zélia Maria Cardoso de Melo, Flávio A. M. de Saes. — 1984. não paginado : tab. — n. 9/84.

POSSAS, Mario Luiz. *Complexos industriais : uma proposta de metodologia*. — 1984. 18 p. — n. 12/84.

RESENDE, Gervásio Castro de. *Recessão, agricultura e setor externo : notas preliminares* / Gervásio Castro de Resende, Milton da Mata. — 1984. 24 p. — n. 8/84.

SABOIA, João Luiz Maurity. *A controvérsia sobre o salário mínimo e a taxa de salários na economia brasileira : novas evidências*. — 1984. 23 f. : 24 tab. — n. 2/84.

SILVA, Adroaldo Moura da. *Taxa de juros e depósitos em moeda estrangeira no Brasil*. — 1984. 19 f. — n. 3/84.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Economia Industrial, Rio de Janeiro.

UFRJ/IEI. *Texto para discussão*.

ALMEIDA, Júlio Sergio Gomes de. *A crise do mercado paralelo de letras : causas e conseqüências sobre a reforma financeira de 1964-66*. — 1984. 24 p. — n. 43.

AMADEO, Edward. *Salários reais e nível de emprego : uma nota sobre causalidade*. — 1983. 12 p. — n. 39.

ARAÚJO Jr., José Tavares de. *Mercados contestáveis e concorrência schumpeteriana nas economias de industrialização recente*. — 1984. 27 p. — n. 42.

CASTRO, Antonio Barros de. *Ajustamento X adaptação estrutural : a experiência brasileira*. — 1984. 19 p. : tab. — n. 49.

ERBER, Fabio Stefano. *The capital goods industry and the dynamics of economic development in LDCs : the case of Brazil*. — 1984. 42 p. : tab. — n. 48.

- FIORI, José Luis. *Por uma economia política do tempo conjuntural*. — 1984. 67 p. — n. 44.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto de Almeida. *The activities of Brazilian firms abroad*. — 1984. 97 p. : tab. — n. 50.
- HOBDAY, Mike. *The Brazilian telecommunications industry : accumulation of microelectronic technology in the manufacturing and service sectors*. — 1984. 69 p. : tab. — n. 47.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *Towards the general theory (Elementos preparatórios da teoria geral)*. — 1984. 27 p. — n. 40.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Operárias e política operária : 1900-1920*. — 1984. 21 p. — n. 45.
- TEIXEIRA, Aloísio. *Da filosofia clássica alemã à crítica da economia política : notas sobre o percurso teórico de Marx*. — 1984. 23 p. — n. 41.
- TEIXEIRA, Aloísio. *O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra*. — 1983. 249 p. : tab., gráf. Bibliografia p. 235-49. — n. 25. Originalmente apresentado como tese de Mestrado a UFRJ.
- TIGRE, Paulo Bastos. *Computadores brasileiros : os desafios da crise*. — 1983. 11 p. : tab., gráf. — n. 27.
- UNIVERSITY OF CAMBRIDGE, Cambridge.
- Centre of Latin American Studies. Working papers.*
- GARCIA HURTADO, Alvaro. *The political economy of the rise and fall of the Chicago-boys*. — 1983. 39 p. : tab. — n. 38.
- VARGAS LLOSA, Mario. *La utopia archaica*. — s.d. 32 p. — n. 33.
- UNIVERSITY OF SUSSEX. Institute of Development Studies, Brighton.
- IDS. Discussion paper.*
- SHEAHAN, John. *Early industrialisation and violent reaction : Argentina and Brazil*. — 1982. 36 p. : tab. — n. 176.

WILLIAMS COLLEGE, Williamstown.

The Center for Development Economics. Research memorandum series.

BRUTON, Henry J. *The search for a development economics*. — 1983. 94 p. — n. 87.

LEVY, Brian. *Public enterprises and the transfer of technology in the ammonia industry*. — 1983. 36 p. : tab. — n. 88.

WILLIAMS COLLEGE, Williamstown.

Department of Economics. Research paper series.

ALSTON, Lee James. *Inheritance laws across colonies : causes and consequences* / Lee James Alston, Morton Owen Schapiro. — 1984. 17 p. : tab. — n. 64.

ALSTON, Lee James. *Paternalism and loyalty in Southern agriculture : a constraint on the growth of the welfare state* / Lee James Alston, Joseph E. Ferrie. — 1984. 62 p. : tab. — n. 61.

ALSTON, Lee James. *Tenancy choice in a competitive framework with transactions costs : a theoretical and empirical analysis* / Lee James Alston, Jeffrey B. Nugent. — 1984. 19 p. : tab. — n. 63.

BOLTON, Roger. *Equity in financing local services : the case of residential refuse*. — 1983. 28 p. : gráf. — n. 62.

ROSS, David R. *A measure of conditional bivariate association*. — 1984. 20 p. — n. 66.

SRINAGESH, P. *Public utility pricing under risk : self-rationing with non-linear prices*. — 1984. 24 p. : gráf. — n. 65.

Estudos e Pesquisas

ALVAREZ, Julio E. *El abastecimiento de alimentos del Gran Buenos Aires*. — Curitiba : IPARDES/PROCADES, 1982. não paginado. Curso internacional de desenvolvimento rural e abastecimento alimentar urbano. INPES

- AVALIAÇÃO do carro a álcool. — 2. ed. — São Paulo : Sociedade de Produtores de Açúcar e de Alcool, 1982. 47 p. : tab. — (Coleção SOPRAL ; 1). INPES
- BALASSA, Bela A. *Exports, policy choices, and economic growth in developing countries after the 1973 oil shock*. — Washington, D.C. : World Bank, Development Research Department, Economics and Research Staff, 1983. FGV
- BAUMANN, Renato. *A política brasileira de financiamento às exportações* / Renato Baumann, Helson Cavalcante Braga. — Rio de Janeiro : SEPLAN : FUNCEX, 1984. 169 f. : tab., gráf. Versão preliminar. INPES
- BELLO, José Luis de Almeida. *A capacidade efetiva de produção das indústrias de bens de capital e a utilização dessa capacidade em face da atual conjuntura econômico-financeira do país : os investimentos infra-estrutura*. — Brasília : IPEA, Instituto de Planejamento, 1982. 59 p. IPLAN
- BLIKSTEIN, Moriz. *Modelos matemáticos no planejamento de transportes urbanos : uma abordagem crítica*. — São Paulo : FGV, Escola de Adm. de Empresas de São Paulo, 1983. 48 p. — (EAESP-FGV. Relatório de pesquisa ; 26). GENDEC
- BOUHID, Jorge Morais. *O desenvolvimento de uma técnica probabilística de previsão tecnológica e sua aplicação ao crescimento do parque computacional brasileiro*. — São José dos Campos, 1983. 270 f. : tab., gráf. Tese (M) Instituto Tecnológico de Aeronáutica. INPES
- BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Departamento de Aviação Civil. *Sinopse das previsões de demanda de serviços de transporte aéreo*. — s.l., 1984. IPLAN
- BRASIL. SUDAM. *Avaliação da safra 1981/1982 de arroz, milho, feijão e mandioca : região Norte*. — Belém, 1983. 88 p. IPLAN
- BRITTO, Rosian C. de C. *Aspectos do setor oleiro paraense* / Rosian C. de C. Brito ... [et alii]. — Belém : Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, 1982. 68 p. — (Estudos Paraenses; 53). INPES; IPLAN
- CALSING, Elizeu Francisco. *Extensão e características da pobreza no Brasil : estimativas das desigualdades sociais*. — Brasília : IPEA, Centro Nacional de Recursos Humanos : Unicef, 1983. 43 p. IPLAN

- CAMINHÕES a álcool. — São Paulo : Sociedade de Produtores de Açúcar e de Alcool, 1982. 30 p. : il. INPES
- CAMPINO, Antonio Carlos Coelho. *Decomposição das margens de comercialização de produtos básicos de alimentos : relatório final* / Antonio Carlos Coelho Campino, Denise Cavallini Cyrillo. — São Paulo : SEPLAN : FIPE, 1984. 381 fls. : tab. INPES
- CASCÃO, Luis Antonio F. *STC : custos e tarifas no sistema ferroviário federal* / Luis Antonio F. Cascão e Lúcia Malnati Panariello. — Brasília : IPEA, Instituto de Planejamento, 1983. 91 p. — (Informações setoriais ; 98). IPLAN
- COELHO, Carlos Henrique Mota. *CPS : projeções de arrecadação de impostos setoriais* / Carlos Henrique Mota Coelho, Juan José Pereira. — Brasília : IPEA, Instituto de Planejamento, CPS, 1983. 61 p. — (Informações setoriais ; 101). IPLAN
- COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO CANDIOTA. *Estudo dos custos de transportes de carvão energético destinado às fábricas de cimento.* — s.l., 1982. 55 f. : tab., gráf. INPES
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO, Porto Alegre. *Mina de Candiota : preservação do meio ambiente.* — Porto Alegre, 1982. paginação irregular : il. INPES
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO, Porto Alegre. *Mina do Iruí : preservação do meio ambiente.* — Porto Alegre, 1983. paginação irregular : il. INPES
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO, Porto Alegre. *Minas do Leão I e II : preservação do meio ambiente.* — Porto Alegre, 1983. paginação irregular : il. INPES
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, Brasília. *Ação programada em ciência e tecnologia : energia I.* — Brasília, 1983. 96 p. INPES
- CORDEN, W. M. *The revival of protectionism* — New York : Group of Thirty, 1984. 27 p. — (Group of Thirty occasional papers ; 14). INPES
- COSTA, Lucival José Siqueira. *O sindicalismo no governo de Getúlio Vargas.* — Rio de Janeiro : Escola Brasileira de Administração Pública, 1983. 20 p. FGV

- CRUZ, Paulo Davidoff. *Dívida externa, política econômica e padrões de financiamento* : a experiência brasileira nos anos setenta. — Campinas, 1984. 244 p. : tab., gráf. Tese (D) Univ. Estadual de Campinas. INPES
- FARIAS Neto, João José de. *Estimação pontual, estimação de intervalo e teste de χ^2 para ajustamento ("goodness of fit")*. — Rio de Janeiro : PUC, 1982. 49 f. INPES
- FARO, Clovis de. *Determinação numérica da taxa interna de retorno* : confronto entre os algoritmos de Boulding e de Wild. — Rio de Janeiro : FGV, Escola de Pós-Graduação em Economia, 1983. 42 f. FGV
- FIASCHI, Adriano Aldo, coord. *Conservação de energia na indústria do vidro* : manual de recomendações. — São Paulo : Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1983. 316 p. : tab., gráf. INPES
- FIGLIOLI, José Osmir. *A informatização do setor público como forma de obtenção de ganhos substanciais de produtividade*. — Rio de Janeiro : Escola Brasileira de Administração Pública, 1983, 34 p. FGV
- FLUOR ENGINEERS AND CONSTRUCTORS, INC. *Brazil Southern Cone energy network coal gasification for SNG production and pipeline system feasibility study*. — Washington, D.C. : United States Trade and Development Program and Agency for International Development, 1982. v. 2, paginação irregular. INPES
- FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO, São Paulo. *Estudos da administração pública paulista 1979/81*. — São Paulo, 1983. 699 p. IPLAN
- FÜRST, Patrícia. *Um estudo das relações intersetoriais Brasil/1970* : aplicação do método de componentes principais. — Rio de Janeiro, 1984. 103 f. Tese (M) Univ. Federal do Rio de Janeiro. INPES
- IGLESIAS, Enrique V. *Síntesis preliminar de la economía latinoamericana durante 1983*. — Santiago : Cepal, 1983. 50 p. CENDEC
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Instituto de Planejamento. CPS. *SAA : monografias sobre algodão, amendoim, cana-de-açúcar, mandioca e soja*. — Brasília, 1983. paginação irregular. — (Informações setoriais ; 92). IPLAN
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Instituto de Planejamento. CPS. *SIS : desempenho atual da indústria*. — Brasília, 1982. 38 p. — (Informações setoriais ; 67). IPLAN

- ISUAN, Ernesto A. *Cambio, estratificación y contraste regional en Brasil : análisis de algunos aspectos de la estructura socio-económica* / Ernesto A. Isuan, Eliseu F. Calsing. — Brasília, 1983. 37 p. Apresentado no Seminário "Cambios recientes en las estructuras y la estratificación sociales en América Latina ..." promovido pela CEPAL em 1983. IPLAN
- JOHNSON, G. G. *Aspects of the international banking safety net* / G. G. Johnson, Richard K. Abrams. — Washington, D. C. : International Monetary Fund, 1983. v., 36 p. FGV
- LOBO, Luiz Carlos de Danin. *Os centros de formação e treinamento como mecanismo de coordenação : um novo enfoque para o desenvolvimento institucional* — Brasília : OEA, 1984. 25 p. CENDEC
- MANTEL, Rolf R. *Acerca de la medición de los beneficios sociales de una unión aduanera* / Rolf R. Mantel, Ana M. Mantel Martirena. — Buenos Aires : Instituto Torcuato Di Tella, Centro de Investigaciones Económicas, 1983. 27 p. : il. FGV
- MARQUES, Maria Silvia Bastos. *A terceira versão do acordo Brasil-FMI* / Maria Silvia Bastos Marques, Paulo Nogueira Batista Jr. — Rio de Janeiro : FGV, Instituto Brasileiro de Economia, CEMEI, 1983. 18 f. FGV
- MARTINS, Paulo Emilio Matos. *Finsocial : análise de uma política governamental*. — Rio de Janeiro : Escola Brasileira de Administração Pública, 1983. 34 p. FGV
- MENDONÇA, Luis Carvalheira. *A participação do cidadão nas decisões da administração pública*. — Rio de Janeiro : FGV, Escola Brasileira de Administração Pública, 1984 — (Cadernos EBAP ; 30). CENDEC
- MESQUITA, Almir. *Brasil, produção per-capita de alimentos : matérias-primas e fibras 1960-1981*. — Brasília : IPEA, Instituto de Planejamento, s. d. 43 p. — (Informações setoriais ; 57). IPLAN
- MESQUITA, Almir. *SAA-CPS : informe conjuntural sobre a borracha natural e perspectivas para o período 1985-1992*. — Brasília : IPEA, Instituto de Planejamento, CPS, 1983. 8 p. — (Informe setorial ; 90). IPLAN
- MOLINAR, Eldis Cecilio Barnes. *O crédito rural no Brasil : relação com a modernização da agricultura e aspectos distributivos*. — Piraci-

- caba : Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1984. 160 f. :
tab. Tese (M) Univ. de São Paulo. INPES
- MOTA, Paulo Roberto. *Avaliação de empresas públicas nos países em desenvolvimento* : a perspectiva social — Rio de Janeiro : Escola Brasileira de Administração Pública, 1983, 39 p. FGV
- OKAWA, Kazushi. *Capital formation, productivity and employment* : Japan's historical experience and its possible relevance to LDCs / Kazushi Okawa, Nobukiyo Takamatsu. — Tokyo : International Development Center of Japan, 1983. 36 p. : il. FGV
- OLIVEIRA, Daniel Andrade Ribeiro de. *Programa de mobilização energética* : criação, funcionamento e sistemática de avaliação de programas e projetos / Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira, Ricardo Luis Santiago. — Brasília : IPEA, Instituto de Planejamento, 1984. 34 p. : tab. INPES
- OLIVEIRA, Jane Souto de. *Reavaliação das favelas do município do Rio de Janeiro, 1980* / Jane Souto de Oliveira, Lilian de Jesus Garcia Neumayer. — Rio de Janeiro, 1983. 18 f. Inclui anexo. INPES
- OTSUKA, Katsuo. *Economic growth and changes in the industrial structure* : Australia and Japan. — Tokyo : International Development Center of Japan, 1983. 36 p. FGV
- PELLIANO, Anna Maria M. *O problema alimentar brasileiro* : situação atual, perspectivas e proposta de políticas / Anna Maria M. Peliano ... [et alii] . — Brasília : IPEA, Centro Nacional de Recursos Humanos, 1983. 41 p. — (CNRH. Documento de Trabalho ; 11). IPLAN
- PIRAGIBE, Clélia Virgínia Santos. *A indústria de computadores* : intervenção do Estado e padrão de competição. — Rio de Janeiro. 1984. 266 f. : tab., gráf. Tese (M) Univ. Federal do Rio de Janeiro. INPES
- PROCENGE CONSULTORES S.A., Recife. *As empresas estatais* : dilemas, distorções e modelos — Recife, 1984. 92 p. CENDEC
- PROJETO NORDESTE. Coordenação Executiva. Grupo 1 *Proposta de política de desenvolvimento regional para o Nordeste*. — Recife, 1983. 169 p. Relatório preliminar. IPLAN
- QUESTÕES básicas sobre o etanol de madeira. — Brasília : COALBRA, 1983. 56 p. : il. — (Cadernos COALBRA ; 2). INPES

- RECK, Garrone. *Análise econômica das empresas de transporte rodoviário de carga*. — Rio de Janeiro, 1983. 104 f. Tese (M) Univ. Federal do Rio de Janeiro. INPES
- RIBEIRO, José Leonardo. *Transmissão de preços do feijão nos mercados atacadista e varejista da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. — Belo Horizonte : EPAMIG, 1983. não paginado : tab. INPES
- RIO GRANDE DO SUL. Comissão Estadual de Energia. *A lenha e seus derivados no balanço energético do Rio Grande do Sul*. — Porto Alegre, 1984. 62 p. : il. INPES
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde e de Meio Ambiente. *A saúde no Rio Grande do Sul : 1970-82*. — Porto Alegre, 1983. 48 p. IPLAN
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia. *Biomassa florestal como fonte de energia alternativa na substituição do óleo combustível : uma diagnose para o Estado de São Paulo*. — São Paulo, 1982. 95 f. : il. Documento síntese. IPLAN
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia. Coordenadoria da Indústria e Comércio. *Diretrizes para a política de desenvolvimento e desconcentração industrial : documento-síntese*. — São Paulo, 1982. 102 p. : il. FGV
- SEVERO, Cloraldino Soares. *Transportes no Brasil : conjuntura atual*. — Rio de Janeiro : Ministério dos Transportes, 1983. 63 p. Palestra do Ministro dos Transportes na Escola Superior de Guerra, 8/8/83. CENDEC
- SOUZA, Reinaldo Castro. *Manual de utilização do programa (WMTS1: WISCONSIN MULTIPLE TIME SERIES PACKAGE-1) para a análise e previsão de séries temporais multivariadas*. — Rio de Janeiro : PUC, 1983. 33 f. INPES
- SOUZA, Reinaldo Castro. *Métodos automáticos de amortecimento exponencial para previsão de séries temporais*. — Rio de Janeiro : PUC, 1983. 63 f. INPES
- SOUZA, Reinaldo Castro. *Modelos multivariados de TIAO & BOX para séries temporais vetoriais*. — Rio de Janeiro : PUC, 1983. 69 f. INPES

- SOUZA, Reinaldo Castro. *A quantitative comparison of forecasting techniques : application to Brazilian times series.* — Rio de Janeiro : PUC, 1982. 38 f. : tab., gráf. INPES
- SOUZA, Reinaldo Castro. *Testes de hipóteses e análises de variâncias.* — Rio de Janeiro : PUC, 1982. 31 f. : tab. INPES
- STRATTON, A. *Methanol production from natural gas or coal* / A. Stratton, D. F. Hemming, M. Teper. — London : International Energy Agency Coal Research, 1982. 51 f. : tab., gráf. INPES
- SUZIGAN, Wilson. *Investment in the manufacturing industry in Brazil, 1869-1939.* — London, 1984. 364 f. : tab. Tese (Ph.D) University College London. INPES
- TAUILE, José Ricardo. *Microelectronics, automation and economic development : the case of numerically controlled machine tools in Brazil.* s. 1., 1984. 205 f. : tab., gráf. Tese (Ph.D) New School for Social Research. INPES
- THOMAS, K. D. *A critique of the Brazilian economic crisis in perspective.* — Melbourne : La Trobe Univ., School of Economics, 1983. 37 f. FGV
- UNGERER, Horst. *The European monetary system : the experience 1979-82.* — Washington, D. C. : IMF, 1983. vi, 41 p. FGV
- VARÃO, Antonio Proença. *Análise econômica dos projectos das empresas públicas e seu enquadramento.* — Lisboa : Banco de Fomento Nacional, Direcção dos Serviços de Estudos Económicos, 1983. 47 p. FGV
- VEIGA, Andirana Cardoso. *Transmissão de preços de arroz nos mercados atacadistas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.* — Belo Horizonte : EPAMIG, 1983. não paginado : tab., gráf. INPES
- DE VINCENZI, Leticia J. Braga. *Educação como capital humano : uma análise crítica.* — Rio de Janeiro, 1983. 103 p. FGV
- XAVIER, Antônio Carlos da R. *Custo direto de funcionamento das escolas públicas de 1.º grau no Estado do Mato Grosso do Sul : levantamento do custo aluno/ano* / Antônio Carlos da R. Xavier, Antonio Emílio Marques. — Brasília : MEC : BIRD, 1983. 52 p. — (Projeto: planejamento de longo prazo). IPLAN

Referência

- ANUARIO estadístico de América Latina, 1981. — Santiago : CEPAL, 1982. 727 p. INPES
- ANUARIO estatístico do Brasil : 1983. — Rio de Janeiro : IBGE, 1983. 988 p. INPES
- ANUARIO estatístico do Estado de São Paulo : 1981. — São Paulo : Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1982. 1020 p. INPES
- ANUARIO estatístico do Estado de São Paulo : 1982. — São Paulo : Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1983. 977 p. INPES
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE PAPEL E CELULOSE, São Paulo. *Relatório estatístico ANFPC* : 1982. — São Paulo, 1983. 216 p. : tab. INPES
- BANCO DO BRASIL S.A., Rio de Janeiro. *CACEX. Séries estatísticas* : 1982. — Rio de Janeiro, 1983. 650 p. INPES
- BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Washington. *The future of the Economic Development Institute*. — Washington, D. C., 1983. 45 p. CENDEC
- BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS, Basel. *Annual report* : 1st April 1983 — 31st March 1984. — Basle, 1984. 173 p. : tab., gráf. INPES
- BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. *Bibliografia brasileira de energia nuclear* : 1982. — Rio de Janeiro, 1983. 222 p. INPES
- BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. *Bibliografia brasileira de energia nuclear* : 1983. — Rio de Janeiro, 1984. 274 p. INPES
- BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Industrial. *Plano diretor para o setor industrial*. — Brasília, 1983. 62 p. IPLAN

- BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Industrial. *Relatório anual* : 1983.
— Brasília, 1984. 148 p. : tab., gráf. INPES
- BRASIL. Coordenação do Sistema de Informações Econômico-Fiscais.
Arrecadação dos tributos federais : v. 8, 1981. — Brasília, 1982. 547 p.
INPES
- BRASIL. Coordenação do Sistema de Informações Econômico-Fiscais.
Arrecadação dos tributos federais : v. 9, 1982. — Brasília, 1984. 591 p.
INPES
- BRASIL. Coordenação do Sistema de Informações Econômico-Fiscais.
I.P.I. : arrecadação setorial : v. 9, 1982. — Brasília, 1984. 209 p.
INPES
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Catálogo das instituições
de ensino superior* : 1983. — Brasília, 1983. 476 p. INPES
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Balanço energético nacional*
: 1984. — Brasília, 1984. 131 p. INPES
- BRASIL. Secretaria de Planejamento. Secretaria de Controle de Empresas
Estatais. *Relatório anual da SEST* : v. 3, 1982. — Brasília, 1983. 181 p.
: tab., gráf. INPES
- BRASIL. Secretaria de Planejamento. Secretaria de Controle de Em-
presas Estatais. *Relatório anual SEST* : 1983. — Brasília, 1984. 139 p.
INPES
- BRASIL. Secretaria de Planejamento. Secretaria de Modernização e Re-
forma Administrativa. *Sistema de informações organizacionais da
administração federal* : poder executivo : estrutura e atribuições. —
Brasília, 1983. 2 v. Incluir anexo. INPES/IPLAN
- BRASIL. SUDAM. *Sudam, ano 15*. — Belém, 1982. vii, 53 p. FGV
- BRASIL. SUDENE. *Relatório anual* : 1982. — Recife, 1983. 199 p. : il.
INPES
- CAMPANHOLE, Adriano. *Consolidação das leis da previdência social
e legislação complementar* / Adriano Campanhole, Hilton Lobo Cam-
panhole. — 31. ed. rev. e atual. — São Paulo : Atlas, 1983. 602 p.
FGV
- CEPAL, Santiago. *Directorio* : sistemas regionales de información de
apoyo a la gestión ambiental. — Santiago, 1984. 83 p. INPES

- COSTA, Nair Teixeira da. *Financiamento da educação II* : bibliografia analítica / Nair Teixeira da Costa ... [et alii] . — Rio de Janeiro : Instituto de Estudos Avançados em Educação, Centro de Documentação, 1983. 33 p. FGV
- ECONOMIC report of the President : transmitted to the Congress in February 1983. — Washington, D. C., 1983. 287 p. : tab., gráf. INPES
- ELETROBRAS. *Catálogo coletivo de periódicos das empresas brasileiras de energia elétrica*. — Rio de Janeiro, 1983. Não paginado. INPES
- FEDERAL RESERVE BANK OF NEW YORK. *Annual report for the year ended December 31, 1983*. — New York, 1984. 35 p. : tab., gráf. INPES
- FMI, Washington. *Annual report of the Executive Board for the financial year ended April 30, 1983*. — Washington, D. C., 1983. 229 p. : tab., gráf. INPES
- FMI, Washington. *Annual report on exchange arrangements and exchange restrictions* : 1983. — Washington, D. C., 1983. 530 p. INPES
- FMI, Washington. *Summary proceedings of the thirty-eight annual meeting of the Board of Governors* : September 27-30, 1983. — Washington, D. C., 1984. 315 p. INPES
- FORTES, Helvia de Lucas. *Bibliografia especializada em financiamento da educação*. — 4. ed. rev. e atual. — Brasília : Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 1983. 109 f. FGV
- FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO, São Paulo. *Perfil da administração pública paulista*. — 3. ed. — São Paulo, 1982. 868 p. GENDEC
- FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ, Londrina. *Diretrizes da pesquisa agropecuária*. — Londrina, 1982. 26 p. — (Documentos IAPAR ; 6). IPLAN
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Censo agropecuário* : Bahia, 2 v. ; Pernambuco, 716 p. Paraíba, 667 p. ; Rio Grande do Norte, 319 p. — Rio de Janeiro, 1983. — (Recenseamento geral do Brasil ; 9. 1980). Publicações separadas conforme indica o subtítulo das partes. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Censo agropecuário* : Brasil, 494 p. ; Goiás, 2 v. ; Minas Gerais, 4 v. ; São Paulo, 3 v. ; Rio Grande do Sul, 2 v. — Rio de Janeiro, 1984. — (Recenseamento geral do Brasil ; 9. 1980). Publicações separadas conforme indica o subtítulo das partes. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Censo comercial* : Rio de Janeiro, 257 p. ; Espírito Santo, 239 p. ; Bahia, 411 p. ; Alagoas, 245 p. ; Rio Grande do Norte, 269 p. ; Ceará, 291 p. ; Pará, 249 p. ; Acre, 205 p. ; Rondônia, 205 p. ; Roraima-Amapá, 401 p. ; Mato Grosso, 237 p. ; Mato Grosso do Sul, 239 p. ; Goiás, 319 p. — Rio de Janeiro, 1984. — (Recenseamento geral do Brasil ; 9. 1980). Publicações separadas conforme indica o subtítulo das partes. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Censo dos serviços* : Acre, 100 p. ; Amazonas, 108 p. ; Pará, 124 p. ; Distrito Federal, 96 p. — Rio de Janeiro, 1984. — (Recenseamento geral do Brasil ; 9. 1980). Publicações separadas conforme indica o subtítulo das partes. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios, v. 6, 1982* : t. 10 Paraná, 62 p. ; t. 11 Rio Grande do Sul, 62 p. ; t. 12 Goiás, 62 p. — Rio de Janeiro, 1984. Publicações separadas conforme indica o subtítulo das partes. INPES

LUNA, E. P. *Terminglês* : glossário de expressões inglesas de uso corrente no comércio exterior. — 3. ed. — Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1984. 116 p. CENDEC

NAÇÕES UNIDAS, New York. Department of International Economic and Social Affairs. *Statistical yearbook* : 1981. — New York, 1983. 1070 p. INPES

NOEL, Emile. *Como funcionam as instituições da Comunidade Económica Europeia*. — Bruxelles : Comissão das Comunidades Europeias, Direção Geral de Informação, 198-. 30 p. : il. FGV

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A., Rio de Janeiro. *Relatório anual* : 1983. — Rio de Janeiro, 1984. 103 p. Inclui anexo. INPES

ROSENBERG, Jerry Martin. *Dictionary of business and management*.
— 2. ed. — New York : John Wiley, 1983. xv, 631 p. FGV

SAMARA, Eni de Mesquita. *Demografia histórica : bibliografia brasileira*
/ Eni de Mesquita Samara, Iraci del Nero da Costa. — São Paulo
: USP, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1984. 75 p. — (IPE/USP.
Relatórios de pesquisa ; 23). INPES

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. Departamen-
to Nacional, Rio de Janeiro. *Bibliografia sobre produtividade no*
trabalho. — Rio de Janeiro, 1982, 23 p. FGV

TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. *Investigações de ciências sociais em*
saúde no Brasil. — Rio de Janeiro : FGV, Escola Brasileira de Admi-
nistração Pública, 1984. 35 p. — (Cadernos EBAP ; 29). CENDEC

Composto e impresso no
Centro de Serviços Gráficos
do IBGE, Rio de Janeiro - RJ.
— O. S. 24 710 —

pesquisa e planejamento econômico

SUMARIO DO VOLUME 15

ABRIL DE 1985

NÚMERO 1

Salários, preços e câmbio: os multiplicadores dos choques numa economia indexada — Eduardo M. Modiano

Reflexões sobre o dilema entre inflação e crescimento econômico na década de 80 — Cláudio R. Contador

Balança comercial, preços relativos e a relação câmbio/salário no Brasil: 1973/83 — Helson C. Braga, Flávio Castelo Branco e Pedro S. Malan

Sistemas alternativos de indexação salarial: uma análise teórica — Francisco Lafaete Lopes

Efeitos macroeconômicos de uma redistribuição de renda: um estudo para o Brasil — Ronaldo Lamounier Locatelli

Modernização da agricultura e distribuição de renda no Brasil — Rodolfo Hoffmann e Angela A. Kageyama

Uma avaliação econômica dos impactos ambientais decorrentes da produção de carvão mineral — Sérgio Margulis

Notas sobre uma nova decomposição do Índice de Gini — José W. Rossi

Structuralist macroeconomics, de Lance Taylor (Resenha) — Edmar L. Bacha

Dangerous currents. The state of economics, de Lester C. Thurow (Resenha) — Clóvis Cavalcanti

outras publicações do ipea

Análise matemática: um texto para economistas — Antonio Salazar Pessoa Brandão	Cr\$ 12.810
Programação linear: conceitos e aplicações — Edgar Augusto Lanzer	Cr\$ 4.470
Estrutura industrial no Brasil: concentração e diversificação — Sérgio Buarque de Holanda Filho	Cr\$ 6.800
Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil — Charles C. Mueller	Cr\$ 9.370
Mudanças na estrutura e produtividade da agricultura brasileira, 1963/73: noventa e nove fazendas revisitadas (tomo I — o Brasil Sul e Sudeste) — William H. Nicholls e Ruy Miller Paiva	Cr\$ 4.860
Empresas do governo como instrumento de política econômica: os sistemas siderbrás, eletrobrás, petrobrás e telebrás — Annibal Villanova Villela	Cr\$ 10.400
Engenharia e consultoria no Brasil e no Grupo Andino: possíveis áreas de cooperação — Projeto de Pesquisa Conjunta IPEA/CEPAL	Cr\$ 15.500
Política e financiamento do sistema de saúde brasileiro: uma perspectiva internacional — William Paul McGreevey, Lúcia Pontes de Miranda Baptista, Vitor Gomes Pinto, Sérgio Francisco Piola e Solon Magalhães Vianna/ Saúde para poucos ou para muitos: o dilema da zona rural e das pequenas localidades — Vitor Gomes Pinto	Cr\$ 13.250
Literatura Econômica, vol. 6, n.º 4 (out. 1984)	

pedidos pelo reembolso postal:

**serviço editorial — av. presidente antônio carlos, 51/13.º andar
— cep 20020 — rio de janeiro (rj)**



**IMPRESSO NO CENTRO
DE SERVIÇOS GRÁFICOS DO IBGE**